

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 17 de Julho de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1233 • Director: Carlos Brito

## EM FOCO O futuro das pescas nacionais

Na doutrina neoliberal em que assenta a política comunitária há mesmo quem defenda a privatização dos recursos pesqueiros com o seu acesso a ser vendido em sistema de acções como se de uma instituição financeira se tratasse.



■ Carlos Luís Figueira Pág. 20

## O 'Estado rosa' ao serviço do PS

A ausência de escrúpulos dos responsáveis do PS na instrumentalização do aparelho de Estado a seu favor, parece não conhecer limites. Vale tudo, sobretudo quando se trata de combater a CDU. Desde a realização de inquéritos e sindicâncias por parte da IGF e da IGAT usando dois pesos e duas medidas, até à utilização de dinheiros e cargos públicos na campanha eleitoral do PS.

■ António Filipe Pág. 21

## O Brasil vai mal, mas Clinton felicita Henrique Cardoso

As ameaças que em 1996 se esboçavam concretizaram-se. O Brasil está mais céptico, mais tenso, mais endividado.

■ Miguel Urbano Rodrigues Págs. 24 e 25

## TRABALHADORES Vitória dos mineiros em Neves Corvo

Após cinco dias de greve, trabalhadores analisam hoje em plenário novas propostas da administração

Pág. 11

# Revisão constitucional Nas costas do Povo

O entendimento estabelecido à margem da Assembleia da República e da Comissão Eventual de Revisão Constitucional pelo PS e pelo PSD, com vista à maior revisão constitucional de sempre, adultera regras do funcionamento democrático até agora em vigor e elimina marcas do 25 de Abril, como referências ao povo e aos trabalhadores. O alerta é do PCP, em declaração divulgada anteontem, quando subia a Plenário da AR o acordo cozinhado nos bastidores.



Pág. 5

**COM AUTÁRQUICAS CDU e sobre!**

**Algarve precisa da CDU reforçada**

Em resposta de reafirmação do compromisso do PCP com a defesa dos interesses da população algarvia, o PCP reforça a sua presença no Algarve através da CDU. A CDU é a força política que representa os interesses da população algarvia e que luta pela defesa dos seus interesses. O PCP reforça a sua presença no Algarve através da CDU, que é a força política que representa os interesses da população algarvia e que luta pela defesa dos seus interesses.

Devido a problemas técnicos o **Suplemento especial sobre a Festa do «Avante!»** não pôde ser incluído nesta edição, como tínhamos anunciado. Esperamos poder fazê-lo na próxima semana.

# O País precisa de uma política de esquerda

O debate sobre o Estado da Nação, imposto pelo PCP com a sua interpelação ao Governo, demonstrou o que há muito vem sendo denunciado: o executivo de Guterres abandonou todas as referências de esquerda e socialistas e assume-se como um servidor cego dos interesses do grande capital. O Governo, incapaz de responder às sete notas acusatórias de Carlos Carvalhas, optou pela chicana política. Acabou por traçar o seu próprio retrato.

Págs. 14 e 19



Carlos Carvalho critica processo de revisão constitucional

## RESUMO

### 9 Quarta-feira

Governo reduz muitas previstas para patronato, no caso de falta de pagamento de contribuições à segurança social e atrasos salariais ■ Sobrecarga na Ponte 25 de Abril provoca deformação no tabuleiro ■ Deputados do PS pretendem introduzir directiva europeia sobre pausas laborais ■ Final da Cimeira da Aliança Atlântica ■ Nacionalistas irlandeses convocam manifestação em Derry ■ Presidente angolano termina visita a Itália com assinatura de um acordo de cooperação que abrange recuperação de infra-estruturas ■ Ministro das Finanças afirma intenção de voltar a avançar com contestado sistema especial de tributação de IVA.

### 10 Quinta-feira

Interpelação do PCP ao governo ■ Organizações de agricultores, reunidas em Bruxelas, contestam cortes nos preços ■ ETA ameaça executar um vereador basco do PP sequestrado, caso governo não resolva problema dos etarras presos ■ Tropas da NATO na Bósnia avançam com operação de captura de pessoas acusadas de crimes de guerra ■ Combates recomeçam no Norte do Camboja ■ Reatado diálogo cipriota para tentar solucionar conflito que se arrasta há 23 anos ■ Câmara do Seixal anuncia abertura de Escola de Segunda Oportunidade, um projecto-piloto que envolve outras seis cidades europeias ■ Acidente com cabo eléctrico de semáforo mata jovem em Lisboa ■ Mineiros de Neves Corvo manifestam-se em Lisboa.

### 11 Sexta-feira

Governo propõe semana de quatro dias na função pública com equivalente redução salarial ■ A Comissão dos Direitos do Homem do Parlamento autónomo basco denuncia política prisional de Espanha ■ Onze palestinianos ficaram feridos em confrontos, em Hebron, com tropas israelitas ■ Chuvas torrenciais inundam países da Europa de Leste ■ Trabalhos no IC-7 vão parar, na sequência de bloqueio popular de protesto e de atropelamento mortal de dois manifestantes ■ Protestantes e católicos da aldeia de Newtonbutler estabelecem acordo sobre as marchas da Ordem de Orange.

### 12 Sábado

Manifestações em Espanha pela paz e contra o terrorismo ■ Carvalhas defende, em Roma, que a esquerda deve continuar a lutar «contra os défices democráticos na construção da UE» ■ Os Verdes

iniciam, no Porto, reunião para avaliar actual situação ecológica ■ O Fórum Mediterrânico, reunido em Argel, critica política de colonização de Israel ■ Cuba prepara regresso de restos mortais de Che Guevara ■ O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil decreta uma série de greves para o verão ■ Avião despenha-se em Santiago de Cuba ■ Egito proíbe excisões nos hospitais públicos ou privados ■ Clinton admite prolongar presença de tropas norte-americanas na Bósnia, para além de período previsto de 1998.

### 13 Domingo

Inquérito oficial considera haver má preparação dos alunos do ensino secundário ■ Primeira medalha nacional em disciplinas técnicas, com vitória de Carlos Calado no salto, no Europeu sub-23 ■ Os Verdes criticam falta de acção do Ministério do Ambiente ■ Centenas de milhar de pessoas, por toda a Espanha, manifestam-se contra assassinio de Miguel Angel pela ETA ■ Imprensa de Argel revela que 21 pessoas foram assassinadas sexta e sábado, vítimas da violência islamita ■ Bombaim, capital económica da Índia, vive o seu segundo dia de greve de protesto e homenagem a 12 pessoas mortas em confrontos com a polícia ■ Restos mortais de Che Guevara chegam a Havana ■ Anunciada criação de Centro Internacional de Vulcanologia nos Açores.

### 14 Segunda-feira

Com a ausência de Marcelo Rebelo de Sousa, realiza-se na RTP 1 um debate entre António Guterres, Carlos Carvalhas e Manuel Monteiro ■ Tribunal de Almada multa obras da Ponte 25 de Abril em mil contos por falta de um plano de segurança na travessia ferroviária ■ Por proposta dos sindicatos, a Espanha pára dez minutos, como protesto pelo crime da ETA ■ A Autoridade Palestiniana envia 200 polícias para Hebron a fim de impor a calma na cidade.

### 15 Terça-feira

Em conferência de imprensa do PCP, Carlos Carvalhas faz declaração sobre o processo de revisão constitucional... ■ ... no dia em que este sobe a Plenário na Assembleia da República ■ A fronteira de Aragão é encerrada por terem sido detectados focos de peste suína em dois lotes de animais oriundos de Saragoça e Teruel ■ Grupo de países árabes apresenta na ONU projecto de resolução que prevê a instauração de sanções económicas contra Israel ■ Na Argélia, Abassi Madani, líder da Frente Islâmica de Salvação, é posto em liberdade condicional.

## EDITORIAL

# A grande ambição

O debate que reuniu na televisão os três dirigentes de partidos com representação parlamentar - um deles também primeiro-ministro - não terá perdido muito com a falta de comparência do quarto convidado. Marcelo Rebelo de Sousa decerto apostou nos calores de Verão, que muitas vezes lavam a memória da opinião pública ou afastam do pequeno ecrã largas faixas de costumeiros telespectadores, nesta quadra de férias mais voltadas para a lazer de um passeio à beira-mar e mais propensos ao esquecimento dos aborrecimentos de todo o ano. Até às autárquicas, muitas ondas quebrarão nas praias, muita água passará sob as pontes, muita tinta será gasta a apagar a ausência daquele que gosta de se intitular como líder da oposição.

É que, se tivesse brindado a opinião pública com a sua presença e participação no debate, mais difícil seria esquecer a quase identidade de pontos de vista que o liga, e ao seu partido, às opções fundamentais da política do Governo de Guterres; mais fácil seria discernir, apesar da distribuição igualitária dos tempos não ter sido minimamente cumprida pela direcção do programa, que o debate se travava a dois - de um lado, o PS no Governo, com o PSD e o PP a ampará-lo nas escolhas; do outro, uma oposição verdadeira, protagonizada pelo PCP, cujo secretário-geral deixou vincada não apenas a crítica à política de direita do executivo de Guterres, como não se absteve de, responsavelmente, indicar as poucas áreas onde se verificaram medidas positivas, apontando-lhes as deficiências e insuficiências.

Mais importante, porém, que o debate, onde, em redondos discursos, foi dada oportunidade a Guterres de pintar de cor-de-rosa a actuação do seu Governo, e a Monteiro de fingir pobremente uma oposição que não se verifica nas opções determinantes da governação, foi o que se passou, há uma semana, no plenário da Assembleia da República, lugar muito arredado das celebrações mediáticas e onde, a muito gosto do poder, quase nada se passaria de importante para a vida democrática do País.

A interpelação ao Governo, da iniciativa do PCP, e a que o nosso jornal dá hoje, naturalmente, relevo, veio situar o debate político não apenas escolhendo um lugar de onde se pretende afastá-lo, como o veio pôr nos termos em que interessa aos portugueses e ao País que ele seja colocado: longe das dramatizações pseudodesestabilizadoras e espectaculares de uma pouco eventual "demissão a prazo" de Guterres e do seu Governo, e ancorado sobre as questões mais sentidas pelos portugueses, sobre a política de direita praticada pelo PS no poder e sobre os seus resultados, avaliados ao fim de quase dois anos de prática.

De tal avaliação retira o PCP duas conclusões, que Carlos Carvalhas adiantou na sua intervenção, que o "Avante!" hoje publica: primeira, o PS violou ou deixou sem cumprimento muitas das promessas eleitorais que fez há dois anos durante a campanha para as legislativas, incluindo promessas constantes dos Estados Gerais e do Programa Eleitoral; segunda, o Governo afastou-se decididamente de uma política de esquerda

e realizou no essencial, no que é mais estruturante, uma política de continuidade das políticas de direita dos governos/PSD de Cavaco Silva.

Também na Assembleia, com muito menos audiência que um debate televisivo, mas ainda assim para que constasse, não se coibiu o Governo de apresentar-se como autor de melhorias, parecendo não se dar conta do profundo desânimo e desencanto que grassa no País, nomeadamente em muitos milhares de cidadãos que votaram PS.

O PCP interpelou o executivo de Guterres não sobre o que ele e os seus dizem de si, mas confrontando-o com os factos, com os resultados de uma orientação política cujos traços fundamentais Carvalhas sublinhou, em sete notas, acusando o Governo de:

- ter abandonado uma séria perspectiva social da política em benefício do poder das forças de mercado;

- ter posto à frente dos interesses das pessoas as pressões dos lobbies dos grupos económicos e as exigências cegas dos mercados financeiros;

- sacrificar os interesses nacionais em benefício da construção de uma Europa federal e para ganho de grandes empresas estrangeiras que cada vez mais dominam a economia portuguesa;

- deixar os problemas fundamentais sem solução, governando mais para autopropaganda do que para o País;

- desbaratar o património público, num autêntico regabofe de privatizações e concessões de serviços públicos que torna o País num despudorado casino onde só ganham os grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros;

- defraudar os interesses e direitos dos trabalhadores, como designadamente fez com a promessa não cumprida das 40 horas, com a aprovação da lei de flexibilidade e polivalência, com a rejeição da reposição da idade da reforma das mulheres aos 62 anos ou com as ameaças do aumento da idade da reforma;

- ter ocupado sistematicamente o aparelho de Estado com "tachos para a rapaziada", os famosos boys que o Primeiro-Ministro esconjurou mas a quem depois abriu a porta completamente.

Estas acusações são baseadas em factos e apoiadas em abundantes - e algumas bem trágicas - provas acumuladas ao longo de quase dois anos. Não se trata de opiniões sobre a realidade, mas da própria realidade que aí está a dizer como é má esta política e como tudo virá a ser pior se ela prosseguir. A interpelação do PCP, através do debate suscitado, veio confirmá-lo. Um debate que ainda deixou bem claro, tal como disse então Octávio Teixeira, que o Governo e o PS têm hoje um grande objectivo e uma enorme ambição e elegeram o grande inimigo. O grande objectivo do enfeudamento a Maasticht, a grande ambição de conseguirem o poder absoluto. Quanto ao grande inimigo, trata-se, obviamente, do PCP. O Partido que vai mostrando publicamente que cada vez mais o PS e o Governo substituem os princípios e valores por interesses; o Partido que mostra aos portugueses que há uma política e um projecto de esquerda em Portugal.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socolo Pereira Gomes  
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socolo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.ª A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
1100 Lisboa  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B L4. 227 — 4470 Maia  
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## ACTUAL

# Políticos. Jornalistas.

## «O que faziam há 30 anos»

«Políticos. O que faziam há 30 anos»; «Retrato do Poder enquanto jovem»: eis o tema que a Revista Expresso, muito oportunamente, resolveu abordar. «No Maio de 68 usavam cabelo comprido, barba e patilhas a condizer e alguns não dispensavam as calças à boca-de-sino. Manifestavam-se contra o regime nas ruas e nas assembleias gerais de estudantes. Quase todos militavam no PCP ou em organizações que tinham o livrinho vermelho de Mao como bíblia. Hoje são ministros e secretários de Estado ou destacados dirigentes da oposição social-democrata»: assim resume o autor do trabalho o percurso de cerca de uma vintena de políticos — percurso que, diga-se desde já, ele acompanha com complacência, com simpatia e até com admiração. Enfim, gostos... e, possivelmente, também a consciência de que está a escrever sobre gente que hoje detém muito, muito, muito poder. Há que dizer que a vintena de políticos referida constitui uma ínfima parte dos que, tendo sido outrora fogosos revolucionários, estão hoje do outro lado da barricada, defendendo com a ferosidade passada o oposto do que então defendiam.

Tres comentários se me afiguram pertinentes sobre a matéria. Em primeiro lugar: seria curioso e elucidativo assinalar em que momentos concretos se operou a transformação desses arrependidos, em que situação concreta eles trocaram os punhos fechados e os gritos de «morte ao capitalismo» pelas suas actuais funções de diligentes e

prestimosos servidores do capitalismo. Estou em crer que se se procedesse a tal análise, se concluiria que, regra geral, essas metamorfoses ocorreram em momentos particularmente difíceis da sempre difícil luta anti-capitalista e anti-imperialista; em momentos em que face à força e à dimensão das ofensivas do inimigo, tudo parece perdido; em momentos, enfim, que são decisivos para a aferição da força e da seriedade das convicções, dos princípios, dos valores, dos objectivos que sustentam a intervenção de cada um nessa luta.

Em segundo lugar: seria curioso e igualmente elucidativo estabelecer um paralelo entre os valores que há trinta anos motivavam esses «revolucionários» e os valores que eles hoje praticam, bem como verificar a diferença entre as suas contas bancárias de então e as de agora.

Em terceiro lugar: seria curioso e sempre elucidativo dar continuidade a esta interessante experiência da Revista Expresso seguindo, por exemplo, o trilho dos jornalistas que hoje dão cartas na maior parte dos órgãos de comunicação social de grande audiência.

Sugiro um título: «Jornalistas. O que eram há trinta anos». E sugiro que comecem pelo próprio Expresso: onde estava, o que eram política e ideologicamente, há trinta anos, parte dos jornalistas hoje responsáveis pelo Expresso, a começar pelo seu director e, depois, por aí fora?... A propósito e

como isto anda tudo ligado, há uma semana a rubrica «Altos e Baixos, de José António Lima, castigou Carlos Carvalhas com um «Baixo» pelo facto do PCP ter cometido o horrendo crime de votar contra o Projecto de Lei das Finanças Locais do Governo. Implacável, JAL condena deste jeito: «colado à direita contra os socialistas, o PCP não está numa posição eleitoralmente confortável em vésperas de autárquicas». Dois erros dois: ao contrário do que JAL desejaria, mostra a realidade de quem «não está numa posição eleitoralmente confortável em véspera de autárquicas» é o PS; embora JAL finja não ver o que é evidente, quem está colado e bem colado à direita é o PS. O PCP defende hoje, nesta e noutras matérias, o mesmo que defendeu aquando dos governos PSD e vota, agora como então, naquilo que defende; quem passou a ter opiniões diferentes — opostas mesmo — e, por isso, vota agora em sentido oposto ao que votou anteriormente são, nomeadamente, o PS e o PSD — partidos onde abundam os «revolucionários» de há trinta anos.

Que JAL promova o trocatisimo aos pináculos celestiais dos seus «Altos» e condene impiedosamente a coerência e a dignidade ao infernal fogo dos seus «Baixos», é uma questão que se compreende... à luz do conteúdo do tal percurso de trinta anos, naturalmente.

■ José Casanova

## Exames

S. Exa. a Secretária de Estado da Educação e Inovação deu uma conferência de imprensa na passada semana em relação à qual é difícil de eleger o ângulo mais impressionante. Se é a ausência de apresentação dos resultados dos exames nacionais do 12º ano — cujo anúncio tinha sido prometido — e a sua substituição por infundadas “análises” acompanhadas por um chorrilho de mal disfarçados auto-elogios. Ou se é a redondez inconfundível do estilo, a evocar (sem ofensa) o de um conhecido almirante corta-fitas que há mais de duas décadas preenchia o anedotário nacional.

Disse S. Exa.: “O GAVE - Gabinete de Avaliação Educacional - acompanhou, em permanência, a realização das provas tendo prestado todos os esclarecimentos solicitados. Na grande maioria dos casos, os pedidos de esclarecimento relacionam-se com questões pontuais relativas às provas. Noutros casos não chegou mesmo a haver qualquer pedido de esclarecimento.”

Compreende-se que não pudesse dizer de outro modo quem apenas procurava sublinhar “o clima de total e completa normalidade que se tem vivido” (sic). E quem estava apenas a cumprir mais um acto da já longa operação de mistificação conduzida em torno dos exames do 12º ano.

Tendo construído, no passado ano lectivo, a fábula de que os erros técnicos que se verificaram em algumas provas tinham sido os responsáveis pelo descalabro educativo que todo o processo de exames tinha revelado — o que serviu à maravilha para o próprio Ministro da Educação sacudir a água do seu capote em relação à política de realização de exames nacionais para a finalização do ensino secundário e para passar culpas para alguns funcionários menores — logo a estratégia para o presente ano ficou delineada. E foi um passo até à atribuição, à normal organização técnica da época de exames, o carácter

de uma “operação” de transcendente dificuldade e o significado de uma épica vitória da carecida equipa da 5 de Outubro.

Propaganda à parte, as interrogações e os problemas subsistem, porém.

A realização de exames nacionais para finalizar o ensino secundário em situação de grande desigualdade de condições de aprendizagem dos alunos apresenta vantagens em relação à avaliação contínua? Ou limita-se, nas presentes condições, a agravar a selectividade nesse grau de ensino, ainda por cima amplificando discriminações de base económica, social e cultural e as injustiças resultantes das notórias diferenças de desempenho existentes no interior do sistema?

Apresentada a realização de exames nacionais no 12º ano como substitutiva das provas nacionais específicas no acesso ao ensino superior, como se compreende que o Ministério da Educação pretenda agora introduzir mais um exame para a entrada no ensino superior, com a particularidade de ser pago pelos alunos e de ser realizado em condições que visam facilitar o ingresso nas escolas privadas?

Um Ministério da Educação obcecado pela selectividade e pela realização de exames para reduzir a dimensão do sistema público, quando a realidade nua e crua — como revela o significativo inquérito sobre orientações curriculares que acaba de ser divulgado — é que os jovens estão a sair do ensino secundário com “pouca” ou mesmo “muito pouca preparação” em todos os seus objectivos; um Ministério da Educação que em relação à questão fundamental da preparação dos alunos não está verdadeiramente a fazer nada e que embandeira em arco apesar das previsíveis médias negativas; — não é um Ministério que está a falhar em relação ao seu papel e que precisa, urgentemente, de ser levado a exame nacional?

■ Edgar Correia

# PALESTINA

## Em nome da lei, da justiça e da paz!

Um dos mais velhos conflitos que varre todo o Médio Oriente e põe em perigo a paz mundial é o que opõe Israel aos povos e países árabes, nomeadamente aos palestinianos, à Síria e ao Líbano.

Contra toda a comunidade internacional, Israel continua a ocupação militar na faixa de Gaza, grande parte da Cisjordânia, Jerusalém leste, o sul do Líbano e os montes Golan da Síria.

Encetou com Isaac Rabin e sob pressão mundial um complexo processo negocial que por parte dos palestinianos e da opinião pública mundial deveria conduzir ao reconhecimento dos nacionais palestinianos e à consequente criação do estado palestiniano livre, soberano e independente em território palestiniano.

Os designados Acordos de Oslo ficando muito aquém das resoluções 242 e 336 da ONU suscitaram na direita e na extrema-direita israelita um clima de verdadeira psicose contra o processo negocial.

O partido Likoud de B. Netanyahu aliado aos vários fundamentalistas judeus tudo fizeram no domínio político para impedir que o caminho de Oslo, apesar das limitações, abrisse a avenida da paz entre israelitas e palestinianos e os restantes países árabes.

O covarde assassinato de Isac Rabin criou novas e inúmeras dificuldades ao caminho. Deve, entretanto, sublinhar-se que o próprio Rabin e os trabalhistas no poder não só não abriram as portas da paz, como apesar de negociarem, mantiveram milhares de prisioneiros políticos, intensificaram os colonatos e negaram sempre o reconhecimento do Estado palestiniano.

Este impasse foi aproveitado a fundo pelo Likoud de Netanyahu para mobilizar as camadas mais conservadoras da sociedade israelita. O líder do Likoud ajudou bastante a criar esse tal clima de psicose contra os palestinianos.

Tendo ganho as eleições, Netanyahu congelou os Acordos de Oslo e abriu um processo interno de privatizações ao estilo mais neoliberal dos senhores do FMI e Banco Mundial.

Netanyahu, que passou grande parte da sua vida nos EUA, a pouco e pouco foi ganhando o apoio dos vários escalões da Administração dos EUA.

Clinton apoiou Shimon Peres, mas hoje está com Netanyahu, e pressiona os seus amigos árabes para se afastarem dos palestinianos.

Netanyahu joga no tempo e na tentativa de mudar geograficamente Jerusalém e parte dos territórios palestinianos. O plano é este: **em vez da terra pela paz, Israel ficará com a terra e dará à população palestiniana a superfície mínima dos territórios, e todos os graves problemas socioeconómicos se acumularão e explodirão nas mãos dos próprios palestinianos.**

Só que Netanyahu não faz o que quer. Os escândalos dentro da sua coligação estão rebentando. Ele próprio saiu chamuscado de um escândalo sobre a nomeação de um protegido seu. A crise passou a ser a palavra mais ouvida em Israel. Estivemos em Israel nos trabalhos do 23º Congresso do Partido Comunista de Israel. Visitámos cidades árabes como Nazareth, Jerusalém leste e fomos a Ramalá, a capital da nova Palestina. Vimos a importante influência do PCI na população árabe israelita e no esforço do PCI para ganhar novos aderentes entre os judeus de Israel. Nesse fim-de-semana mais de 50.000 israelitas pediram novas eleições.

Netanyahu pode contar com o apoio dos sectores mais retrógrados de Israel e com o sionismo disseminado entre toda a população judaica, mas não vai poder conter a luta popular do povo árabe palestiniano. Com pedras, fisas e inteligência os palestinianos vão prosseguir a sua INTIFADA nas ruas, nas novas condições, que levaram algumas cidades à jurisdição da Autoridade Palestiniana. Cabe-nos desenvolver, pelas formas ao nosso alcance, a solidariedade com o povo palestiniano. E se é importante que a União Europeia apoie a causa palestiniana, não é menos importante que cada país condene sem apelo nem agravo a política belicista e expansionista de Israel. Em nome da lei, da justiça e da paz no mundo.

■ Domingos Lopes



Foto: Vítor Castro

Vidas

— O «oásis» de que se fala, mal dá para o tremçoço

## SEMANA

## Metro para Odivelas

O Ministro do Equipamento, João Cravinho, aproveitou a sua deslocação às cerimónias que assinalaram o 7º aniversário da elevação de Odivelas a cidade para anunciar que esta populosa Freguesia do Concelho de Loures vai, finalmente, beneficiar do prolongamento da linha do Metropolitano de Lisboa até ao seu território. Esta extensão do Metro terá um total de 4,6 quilómetros, divididos, a partir da estação do Campo Grande, pelas novas estações de Lumiar, Calçada de Carriche, Odivel-

las Sul e Odivelas Norte. Esta obra, que custará 28 milhões de contos, estará pronta no ano 2001, proporcionando uma deslocação de oito minutos entre o Campo Grande e o extremo Norte de Odivelas, num percurso com capacidade para transportar 9000 passageiros por hora, em comboios a sair de quatro em quatro minutos. Demétrio Alves, presidente da Câmara Municipal de Loures, aplaudiu e saudou esta medida, há anos reclamada pela autarquia e consideranda a solução mais comple-

ta, nomeadamente por ir ser concretizada no horizonte temporal dos próximos quatro anos. Esta extensão do Metropolitano a Odivelas irá, finalmente, descongestionar o grave estrangulamento no acesso à capital feito pela Calçada de Carriche. Entretanto, a CDU de Loures (a força política que gere este Município) exige que o Governo apresente já, no próximo Orçamento de Estado para 1998, a verba necessária à concretização desta obra, finalmente anunciada pelo poder central.



## Mais chacinas na Argélia

Nova chacina em Argel vitimou mortalmente pelo menos 21 pessoas e feriu mais de 40, em resultado da explosão de uma bomba de fabrico artesanal ocorrida na passada segunda-feira no mercado de Baraki, nos arredores de Argel. Este mercado realiza-se uma vez por semana e é dos mais concorridos da região, sendo ali que a população se abastece de fruta, legumes e roupa. As sus-

peitas por mais este brutal atentado apontam de novo os fundamentalistas do Grupo Islâmico Armado (GIA), a quem se atribui, igualmente, outros atentados mortais ocorridos nos últimos dias: sete viajantes mortos no passado sábado perto de Dellys, no litoral leste, vítimas de um morteiro artesanal contra o autocarro em que seguiam, e oito pessoas enforcadas na

passada quinta-feira em Hattatba, no litoral oeste. Atribui-se aos fundamentalistas islâmicos a morte de pelo menos 82 pessoas nos últimos quatro dias - mais de metade na região de Médéa, um feudo do GIA -, enquanto ultrapassa os 300 o número de mortos em massacres colectivos e atentados à bomba perpetrados desde as eleições legislativas do passado dia 5 de Junho.



## Graves insuficiências no ensino secundário

O Diário de Notícias divulgou os resultados de um inquérito da autoria de Maria Ivone Gaspar e apoiado pelo Instituto de Inovação Educativa,

onde se conclui que os jovens portugueses saem do ensino secundário com «pouca» ou mesmo «muito pouca preparação» em todos os objecti-

vos de desenvolvimento intelectual: «na comunicação oral e escrita na língua materna; na língua estrangeira; no raciocínio quantitativo e no cálculo

matemático; na recolha, organização e avaliação de informações; na análise e solução de problemas e nos conhecimentos e métodos fundamentais da ciência, tecnologia e cultura humanística». O estudo teve como base 4549 inquiridos, entre alunos e professores do secundário e do ensino superior, pais de estudantes, trabalhadores e empregadores, amostra considerada «significativa e rica em perspectivas».



## Restos mortais do «Che» levados para Cuba

Os restos mortais de Ernesto «Che» Guevara e de outros três guerrilheiros chegaram esta semana a Cuba, após serem exumados do local onde os seus assassinos os haviam enterrado clandestinamente na Bolívia, na sequência de uma emboscada conduzida por agentes da CIA, em Outubro de 1967. Uma breve e discreta cerimónia nocturna realizada na base militar de San Antonio de los Banos, 35 quilómetros a Oeste de Havana, assinalou a chegada dos restos mortais do lendário guerrilheiro, que irão repousar num mausoléu construído para o efeito, no quadro de cerimónias solenes promovidas pelo Governo cuba-

no e que se realizarão em Outubro próximo, no 30º aniversário do assassinato de Guevara. Estiveram presentes nesta cerimónia de recepção dos restos mortais dos guerrilheiros altas figuras do Estado cubano, nomeadamente o presidente Fidel Castro e o ministro das Forças Armadas, Raul Castro, bem como a viúva do «Che», Aleida March, e os seus quatro filhos, tendo usado da palavra a filha mais velha, Aleida Guevara March, numa breve alocução onde assinalou os «ideais de Martí e de Bolívar por um continente unido e independente», que seu pai defendeu durante toda a vida.

## Execuções no Camboja

Enquanto a situação no Camboja se agrava, vivendo-se nas últimas horas uma situação de pré-guerra civil, o Departamento de Estado norte-americano diz estar «preocupado» com informações sobre prisões e execuções de colaboradores do primeiro co-Primeiro-Ministro, o príncipe Norodom Ranariddh. Washington afirma não dispor de «confirmação independente sobre estas informações», negadas por Hun Sen e os seus colaboradores, mas adianta que as mesmas «emanam de pessoas fiáveis», pelo que pretende continuar a informar-se sobre o assunto. Os responsáveis norte-ameri-

canos continuavam a falar com Hun Sen, o segundo Primeiro-Ministro, que tomou o poder. Entretanto, suspenderam a sua ajuda económica ao Camboja por 30 dias a fim de protestar contra a expulsão do príncipe Norodom Ranariddh da coligação governamental pelo outro primeiro-ministro Hun Sen. O Príncipe Ranariddh deixou o Camboja a 4 de Julho, após ter sido advertido por conselheiros sobre a possibilidade de um golpe de Estado. Na sexta-feira, declarou em Washington estar pronto a negociar com Hun Sen, com quem partilhava o poder desde 1993.



“O Partido Socialista tem dado provas de que nas questões fundamentais conduz a política do Governo anterior. Quem está no poder não é a esquerda.”

(Carlos Carvalhas - «Rádio Renascença», 14.07.97)

“Todas as revisões desde 1976 têm sido uma degradação do texto constitucional. (...) o PS, o PSD e o CDS/PP, incomodados com uma Constituição que estabelece orientações e valores contrários à política de direita que têm realizado no Governo, têm procurado sucessivamente adaptar a Constituição a essa política.”

(Octávio Teixeira, líder parlamentar do PCP, citado em «Público», 15.07.97)

“Dividido entre o que deve ser feito por interesse do Estado e o que tem de fazer por conveniência do partido - a quem nem sequer pertence -, Sousa Franco já só é meio ministro das Finanças e em fase de acelerada perda de credibilidade.”

(Fernando Madrinha - «Expresso», 12.07.97)

“(...) em pouco tempo Sousa Franco desmontou grande parte da imagem de rigor e competência que lhe era atribuída. A sua inabilidade política era conhecida. Os erros técnicos são uma novidade. A fuga às responsabilidades uma surpresa. Por este caminho, o ministro, em vez de um trunfo, vai tornar-se rapidamente um empecilho para o Governo.”

(Nicolau Santos - «Público», 13.07.97)

“Entre a residência oficial de S. Bento, os gabinetes da Gomes Teixeira e os desconfortos ministeriais espalhados pela cidade, palpitam intrigas apenas comparáveis às que envenenaram os últimos tempos de Cavaco.”

(João Carreira Bom - «Expresso», 12.07.97)

“Nos disparates, na arrogância e na fuga às responsabilidades políticas e pessoais, os actuais ministros e secretários de Estado estão cada vez mais parecidos com os seus homólogos cavaquistas. São todos diferentes, são todos iguais.”

(António Ribeiro Ferreira - «Diário Económico», 10.07.97)

“Não faz qualquer sentido depois de dois anos de governação os ministros recorrerem à comparação com as práticas do cavaquismo para justificar os seus desaires.”

(Narana Coissoró - «O Independente», 11.07.97)

“Depois da campanha jornalística de que fui vítima, o projecto de Sagres deixou de ser um projecto de arquitectura e passou a ser uma novela ordinária.”

(João Carreira, arquitecto - «Público», 13.07.97)

Revisão Constitucional

Má na forma e no conteúdo

O PS é surdo a críticas e a protestos, afirmou Carlos Carvalhas na conferência de imprensa de terça-feira. Entretanto, uma jornada nacional de esclarecimento sobre a revisão constitucional foi levada a cabo, nas segunda e terça-feira passadas, em todo o País. Um folheto, alertando para o que de mais grave está em causa, serviu de suporte à campanha

O PCP promoveu na manhã de terça-feira, na Rua Soeiro Pereira Gomes, uma conferência de imprensa com a participação do seu Secretário-geral, Carlos Carvalhas, de Luís Sá, membro da Comissão Política, apresentados por Rui Fernandes. Carlos Carvalhas leu uma declaração, com a posição do PCP sobre o processo de revisão constitucional - que nesse dia subiu a plenário -, e o acordo PS/PSD. Depois de colocar os membros da mesa à disposição dos jornalistas para responder a questões que eventualmente suscitassem dúvidas, Carlos Carvalhas considerou particularmente revelador o facto de o PS aproveitar o período de férias e a ausência dos trabalhadores para, a «mata-cavalos», discutir o processo de revisão constitucional. «O que o PS e o PSD pretendem, de facto, é fazer passar a revisão sem grandes sobressaltos.» Luís Sá considerou as propostas do PS e do PSD, para alteração das Câmaras Municipais, «aberrantes» e violadoras da vontade popular. A serem aprovadas, disse, isso significa que um presidente de Câmara que apresente uma proposta de Câmara integralmente do seu partido pode ver aprovada essa composição com os votos de apenas um terço dos mandatos. Uma forma de pôr fim às Câmaras plurais e de impedir a fiscalização e a intervenção construtiva e enriquecedora das minorias, concluiu. Entretanto, instado a revelar o sentido de voto dos comunistas, Carlos Carvalhas respondeu que, se o PCP considera esta revisão má «na forma e no seu conteúdo global», o voto dos seus deputados iria ser naturalmente negativo.

Uma declaração e um apelo

Transcrevemos a seguir o texto da declaração lida pelo Secretário-geral do PCP.

«A revisão constitucional que hoje sobe a Plenário é má na forma e má no seu conteúdo global.

Testemunha o profundo entendimento do PS com o PSD e o deslizar constante do PS para a direita, satisfazendo as suas reivindicações imediatas fundamentais no plano da Constituição.

Mostrando uma praticamente total surdez em relação às críticas e protestos dos mais diferentes sectores, o PS e o PSD querem avançar a «mata-cavalos» o acordo que estabeleceram à margem da Assembleia da República e da Comissão Eventual de Revisão Constitucional.

Em vez de um debate sereno, rigoroso e aprofundado, o PS e o PSD, com o PP, optaram por um ritmo de trabalho acelerado, sem disponibilidade para o devido debate e ponderação das soluções.

Este facto é tanto mais grave quanto estamos perante a maior revisão constitucional de sempre em extensão. Está prevista, com efeito, a revisão de mais de metade dos artigos da Constituição. Mas não é só na extensão.

O que o PSD e o PS querem é com a revisão constitucional poderem vir com novas leis eleitorais fabricar maiorias com menos votos.

A revisão constitucional é de facto marcada pela adulteração das regras da democraticidade da eleição do Presidente da República, da Assembleia da República e das Câmaras Municipais, remetendo aspectos fundamentais para entendimentos futuros do PS e PSD a expressar em Lei ordinária; enfraquece direitos dos trabalhadores (como o direito à greve); elimina a obrigatoriedade do sector público da economia; consagra algumas soluções desequilibradas e inaceitáveis em relação às Regiões Autónomas.

A revisão inviabiliza o referendo sobre a moeda única e de Tratados (apenas admite referendos sobre questões seleccionadas pelo poder político e que para este sejam convenientes); dificulta e pode mesmo impossibilitar, a regionalização, que em relação ao processo fica nas mãos do PSD.

Por outro lado, a revisão elimina marcas democráticas e do 25 de Abril (como a referência a «povo» num dos artigos; aos trabalhadores em diversos artigos; à apropriação colectiva de meios de produção e solos). O PCP alerta, por outro lado, para o facto de se ter verificado a recusa da consagração expressa do princípio de que a lei do orçamento de Estado tem que respeitar a Lei de Finanças Locais, ao mesmo tempo que abriu caminho a novos encargos das autarquias em matéria de habitação e de segurança e tranquilidade pública (o que pode significar mais encargos com menos verbas).

Apesar de todas as dificuldades, o PCP não deixará de intervir firme e activamente nesta revisão na nova fase que se abre hoje. Da mesma forma, intervirá em todo o período ulterior na eventual elaboração das leis de execução que se venham a elaborar.

O PCP apela para a intervenção e a luta de todos os trabalhadores, dos diferentes sectores democráticos, incluindo militantes do próprio PS, no sentido de travar as medidas em curso ou a que esta revisão visa abrir caminho.

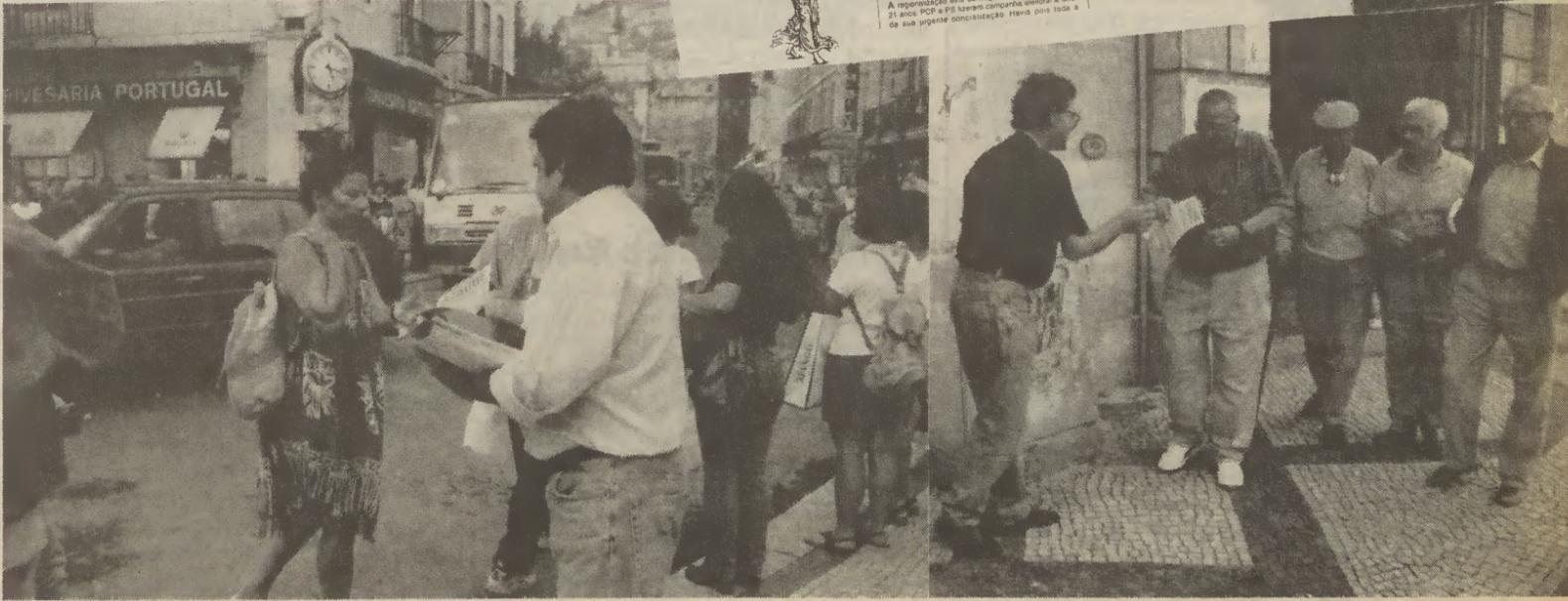
É certo que o PS e o PSD procuram fazer passar a revisão sem grandes sobressaltos, com um ritmo alucinante, e com tentativa da sua concretização em pleno Verão e em clima pré-eleitoral, desviar as atenções e desarmar a luta dos trabalhadores e do povo.

A gravidade do assunto justifica, porém, o nosso alerta e o nosso apelo.»



O que está em causa

A collection of small text boxes and graphics explaining the political stakes of the constitutional revision, including 'Querem novas leis para a batota eleitoral', 'Querem acabar com o pluralismo nas câmaras municipais', 'Querem impedir o referendo sobre a moeda única', and 'Querem dificultar a regionalização'.



## Peniche PCP debate Pescas

O PCP promoveu, no passado domingo, em Peniche uma reunião de Quadros para as questões das Pescas, em que participou o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Cerca de 60 destacados activistas do PCP no sector participaram interessados numa reunião que se realizou para balanço da sua actividade nos últimos dois anos.

Depois de uma introdução de Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política que falou

sobre os objectivos da reunião, interveio Vasco Valdez que abordou a questão dos recursos.

Na parte da manhã intervieram ainda Rodeia Machado e Sérgio Ribeiro, que trataram as linhas de orientação do PCP respectivamente na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, e Frederico Pereira que falou sobre os problemas sociais nas pescas.

Antes do encerramento dos trabalhos para o almoço, Carlos Carvalhas usou da palavra para

uma breve saudação ao encontro.

O debate que se seguiu na parte da tarde foi muito vivo e animado pelas intervenções de vários camaradas que deram as suas perspectivas sobre a questão dos recursos, a política comunitária de pescas e as questões sociais.

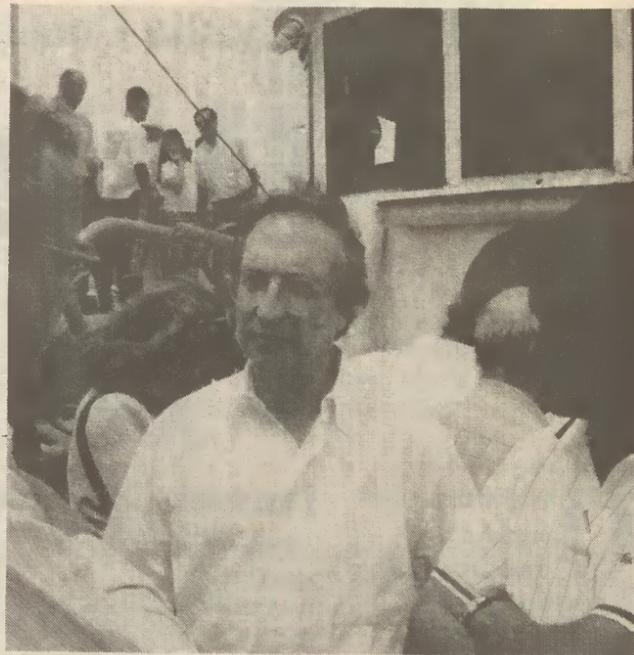
Coube a Carlos Luís Figueira a intervenção de encerramento dos trabalhos.

Entretanto, no intervalo do meio-dia, muitos dos presentes

aproveitaram para participar no almoço-convívio promovido pela CDU, em que participou Carlos Carvalhas que, na ocasião, teve oportunidade de contactar e ouvir os problemas dos pescadores de Peniche.

Num barco de pesca atracado na muralha - o «Rumo ao Socialismo» -, viveu-se um ambiente de confiança, alegria e camaradagem que uma belíssima caldeirada ajudou a reforçar.

Um passeio de barco culminou esta iniciativa da CDU.



## COIMBRA Tragédia pára obras

A Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, em comunicado onde se associa à dor dos familiares dos dois populares que morreram na concentração de protesto junto do nó do IP3 com o IC7, considera como principais responsáveis dos acontecimentos o Governador Civil de Coimbra, o Governo e a JAE.

As pessoas - mais de um milhar -, protestavam apenas contra a eliminação do acesso local para norte, no novo traçado do futuro nó com o IC7 que, a verificar-se, afectaria 23 povoações. Reuniões, abaixo-assinado, deslocação de uma delegação ao governador civil de Coimbra não foram suficientes para a obtenção de respostas positivas às pretensões dos populares, dizem os comunistas, mas, depois da tragédia, as obras pararam! Daí que, ao culpabilizar as populações pelo acontecido, o governador civil esteja a «desempenhar um papel pouco digno», sabendo - como sabe - que os manifestantes apenas exigiam um direito que tinham antes das obras, acusa a DORP do PCP, ao mesmo tempo que manifesta a sua solidariedade às populações em luta.

## PORTO SALVO Droga em debate

No passado dia 12 de Julho, realizou-se na SIMPS - Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo uma sessão-debate sobre toxicod dependência, da iniciativa da juventude CDU.

O debate teve a participação do deputado do PCP António Filipe, de Carlos Paço d'Arcos, escritor, do dr. Eduardo Coelho Mós, psicólogo, e do jovem ex-toxicod dependente Manuel que hoje se dedica a tentar ajudar outros toxicómanos.

Vivo e participativo, o debate abordou assuntos tão importantes como razões da iniciação, porquês e consequências do consumo, tráfico e reinserção social, entre outros.

No final, era unânime a ideia de que, não resolvendo embora os problemas dos toxicod dependentes, estes debates contribuem decididamente para a consciencialização da juventude sobre os perigos desta verdadeira praga social.

## AÇORES Banif e Governo tentam despedir

No prosseguimento da privatização e venda ao desbarato do BCA e da Açoriana de Seguros pelo Governo PSD, o BANIF e o Governo Regional - importante accionista do BCA - entendem-se agora para, «sob a capa das rescisões por acordo mútuo, tentar despedir na prática cerca de 100 trabalhadores (considerados velhos e inúteis...) das duas empresas».

Na denúncia que faz, o Gabinete de Imprensa do PCP/Açores recorda os seus múltiplos alertas para a política de «dispensa de pessoal» que invariavelmente se segue a uma privatização, independentemente das declarações que possam ter sido proferidas em sentido contrário.

Para o PCP, com a privatização do BCA perdeu toda a região e as pequenas e médias empresas dominantes na sua economia, ensaiando-se agora o afastamento dos trabalhadores do Grupo. Tudo, segundo uma lógica de «lucro» e «racionalidade» que nada tem a ver com os interesses da Região e dos seus trabalhadores.

## PS apela em Beja a frentismo contra o PCP...

O Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP, procedendo à análise da situação política e social da região, responsabilizou o Governo do PS pelo conflito nas minas de Neves Corvo e manifestou a sua «total solidariedade» aos trabalhadores em luta.

Sendo o Estado o principal accionista da empresa - 51% do capital -, ele é naturalmente o responsável directo pela violência que significa a tentativa da administração de impor a laboração contínua na empresa, numa situação de desrespeito por direitos fundamentais dos trabalhadores que, aliás, não se verifica em nenhum país da Comunidade Europeia.

Ainda na opinião do PCP, o PS está a boicotar deliberadamente o processo da regionalização, procurando, ao mesmo tempo, ignorar as opiniões expressas pela esmagadora maioria das Assembleias Municipais

alentejanas em defesa de uma única região do Alentejo.

Na sua análise, o OIRA debruçou-se também sobre a «forma discriminatória» como o Canal 1 da RTP está a tratar as várias candidaturas. Enquanto ignora as candidaturas CDU - como foi o caso recente de Beja, onde participou o secretário-geral do PCP -, às candidaturas do PS dá uma «descarada e injustificada cobertura». Quanto ao programa TV-Regiões, que merece também a crítica dos comunistas alentejanos, ele transmite uma imagem negativa dos municípios CDU, sem que entretanto dê voz aos eleitos para exprimirem os seus pontos de vista.

No que respeita à nova versão do PROALLENTEJO, o OIRA do PCP diz que, embora se apresente de uma forma mais organizada, «continua a ser uma base manifestamente insuficiente, muito aquém do Estudo para

a Definição de uma Base Económica para a Região do Alentejo» mandado elaborar pela CCRA.

Por fim, os comunistas analisam o comportamento do responsável pela Federação do Distrito de Beja do PS, António Saleiro, cujos «dramáticos» e «patéticos» apelos a um frentismo de direita PS/PSD/PP contra o PCP constituem em si «elementos suficientes de reflexão para todos os democratas e homens e mulheres de esquerda do Alentejo» sobre as concepções políticas de quem os subscreeve. Postura tanto mais grave, para o PCP, quanto é sabido que António Saleiro, sendo «governador civil de um distrito que sempre se posicionou à esquerda», está com os seus «insultos» a atingir os seus habitantes, não reunindo, por isso «o mínimo de condições para o exercício do mandato que o governo lhe confiou», afigurando-se como uma afronta a sua manutenção no cargo.

## ... e em Évora mente

Manifestando «profunda indignação» pelas declarações do Governador Civil de Évora à TV-Regiões, «abusivas» e «ofensivas» para o povo do Concelho, a Comissão Concelhia de Évora do PCP divulgou um comunicado onde «desmonta» algumas das afirmações então proferidas.

Começam os comunistas por lembrar ao governador civil que, contrariamente ao que afirmou, ele não representa o distrito nem a sua população - uma vez que

não foi eleito - mas apenas e unicamente o Governo, por quem foi nomeado.

Quanto às obras do Mercado Abastecedor e da Central de camionagem em Évora, que reclamou para o seu Governo, entende o PCP esclarecer que tais obras, assinadas antes do PS ser governo, só foram possíveis graças ao empenho e esforço financeiro da autarquia eborense. E porque o governador civil também o esqueceu, os comu-

nistas lembram as reservas que em relação ao Mercado Abastecedor foram levantadas pelo Ministro da Agricultura do Governo PS, com a alegação de que, existindo perto hipermercados e o Mercado Abastecedor de Badajoz, preferível seria que o Governo investisse nas vias de ligação à vizinha Espanha.

Quanto ao Hospital do Patrocinio, a Concelhia do PCP, sem negar a falta que ele faz à cidade, afirma que não basta integrá-

lo no Hospital Espírito Santo, é necessário colocá-lo ao serviço da população e esclarecer de vez os valores envolvidos na recuperação do imóvel.

Por fim, o PCP manifesta a sua preocupação pela instrumentalização que está a ser feita pelo PS e seus representantes de um órgão público de informação e repudia a falta de isenção do governador civil de Évora que, a continuar, lhe retirará condições para o exercício do cargo.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Carlos dos Santos Covões Junior

Com 80 anos de idade, faleceu recentemente nos Inválidos do Comércio, onde se encontrava internado, o camarada Carlos dos Santos Covões Júnior, profissional de artes gráficas. Antifascista de longa data e membro do Partido já na clandestinidade, estava actualmente organizado na freguesia de Parede.

#### Felícia Rosa Ismael

Faleceu recentemente, com 87 anos de idade, a camarada Felícia Rosa Ismael, residente no Barreiro.

#### Fernando Clímaco Ramos

Faleceu no dia 7 de Julho, com 67 anos de idade, o camarada Francisco Clímaco Ramos, membro da célula do PCP na Companhia de Seguros Tranquilidade.

Quadro técnico na situação de reformado, defendeu sempre com coerência os interesses dos trabalhadores. Pertenceu - sempre eleito - à Comissão Interna da ex-Companhia de Seguros Garantia Funchalense e, após a nacionalização da Tranquilidade, à sua Comissão Administrativa, Conselho de Gestão na altura da fusão; Comissão de Trabalhadores; Comissão de Fiscalização.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Campanha Nacional de Fundos

## Leiria ultrapassa previsão

Apesar do período de férias que se atravessa, as organizações fazem um esforço para não deixar arrefecer a Campanha Nacional de Fundos.

Como tem sido noticiado pelo «Avante!», ainda que de forma desigual, a campanha desenvolve-se a um ritmo que permite a previsão de que a meta nacional estabelecida é não só possível de atingir como mesmo de ultrapassar. Mas para isso, dizem os responsáveis pela campanha, é

necessário que não «se durma» sobre os resultados já alcançados.

Não é o caso do concelho de Leiria que, conforme informação chegada ao nosso jornal, ultrapassou neste momento as previsões. Assim, para uma previsão de 600 contos, a realização em 15 de Julho era de 936,2, verificando-se assim uma variação absoluta de 336,2 contos (56,033%).

O concelho de Leiria está, pois, de parabéns!

## CDU

## Candidatos da CDU

A Coligação Democrática Unitária continua a divulgação dos seus candidatos às próximas eleições, através de inúmeras iniciativas públicas por todo o País. O «Avante!» tem vindo a acompanhar essas iniciativas e a dar conhecimento dos diversos cabeças de listas às Câmaras e Assembleias Municipais que vão sendo apresentados.

## ARRONCHES



José António Botelho

José António das Dores Botelho, de 44 anos, é o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Arronches.

Comerciante e Tesoureiro da Junta de Freguesia de Assunção de 1994 a 1997, o candidato da Coligação Democrática Unitária apresenta como razões da sua candidatura ter o actual mandato mostrado a necessidade da intervenção da CDU no Executivo camarário e requerer o desenvolvimento do concelho de Arronches um trabalho baseado na honestidade e competência. Condições que a experiência de quatro anos na Junta de Freguesia de Assunção e o trabalho aí desenvolvido mostraram possuir.

## CONDEIXA-A-NOVA



Sérgio de Souza Oliveira

Com a presença de Sérgio Teixeira, da Comissão Política do PCP, a CDU apresentou no passado dia 12 de Julho os seus candidatos à Câmara e Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova.

Sérgio de Souza Oliveira, de 56 anos, é o candidato à Câmara Municipal. Advogado, fez o curso de Mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e é Pós-Graduado em Sociologia da África Negra pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo. É ainda Professor Convidado da Faculdade de Ciências da Universidade de Ifé, Nigéria, responsável pelo intercâmbio cultural da Universidade de Abidjan, Costa do Marfim, membro do Centro Internacional de Criminologia Biológica e Médico-Legal e membro da Sociedade Internacional de Criminologia da Faculdade.

O candidato da CDU à presidência da Assembleia Municipal é António Correia Coelho, de 47 anos, profissional de seguros, eleito na Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova.

Duas pessoas, diz a CDU, «profundamente empenhadas na resolução dos problemas locais» e que basearão a sua acção «no trabalho e por critérios de seriedade, honestidade e competência, como é apanágio da CDU.»

## CRATO

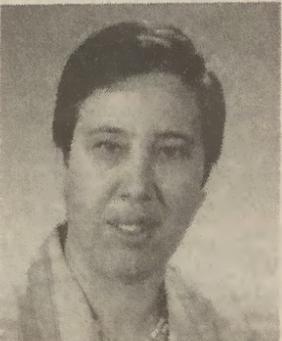


Manuel António Ferreira

Também no Crato, a CDU apresentou publicamente o cabeça de lista à Câmara Municipal, Manuel António Sanches Ferreira, 48 anos, funcionário público. Vereador na Câmara Municipal de Crato de 1977 a 1993, em 1994 Manuel António Sanches Ferreira candidatou-se e foi eleito presidente da Câmara Municipal, cargo que exerce até ao momento.

Depois de fazer um pequeno balanço à obra realizada, o candidato da CDU prometeu continuar a cumprir e a honrar os compromissos assumidos com a população do Crato. Razão por que a CDU está confiante de que continuará a merecer a confiança da população do concelho.

## FREIXO DE ESPADA À CINTA



Odete Brás

No sábado passado foram igualmente publicitados os nomes dos candidatos da Coligação Democrática Unitária aos órgãos municipais de Freixo de Espada à Cinta.

Odete Veneranda Tiago Brás da Silva, 39 anos, empregada de escritório, natural da freguesia de Ligares, é a candidata à

Câmara Municipal. Foi membro da primeira Comissão Concelhia de Freixo do PCP e é actualmente dirigente nacional do MDM - Movimento Democrático de Mulheres.

Relembrando o que há três anos disse quando se candidatou - que não era seu objectivo fazer promessas que não pudesse cumprir -, Odete Brás, na declaração de candidatura, reafirmou a mesma postura «porque para os candidatos da CDU Trabalho, Honestidade e Competência não são palavras vãs».

O candidato à Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta é Carlos Manuel da Canhota, 39 anos, funcionário público, natural da freguesia de Freixo, Freixo de Espada à Cinta.

## MIRANDA DO CORVO



Celeste Dias Cardoso

Em Miranda Corvo, no passado dia 11 de Julho, a CDU divulgou igualmente as suas candidaturas à Câmara e Assembleia Municipais.

Celeste Dias Cardoso, de 34 anos, advogada, independente, é a candidata à presidência da Câmara Municipal e Dalila Gameiro Salvador, de 32 anos, psicóloga, independente, a candidata à Assembleia Municipal de Miranda do Corvo.

## MONTEMOR-O-VELHO



Isabel Pinto Coelho

No dia 5 de Julho, num jantar-convívio em que esteve presente Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP, a CDU apresentou publicamente os seus primeiros candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho.

É Isabel Pinto Coelho, de 32 anos, advogada, a cabeça de lista à Câmara Municipal. Exerce advocacia em Figueira da Foz e Montemor e no Sindicato da Função Pública do Centro. É membro da Junta de Freguesia de Verride, Montemor, e da

Comissão Concelhia de Montemor-o-Velho do PCP.

O candidato da CDU à Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho é João Carlos Abrantes, de 52 anos, técnico agrícola. Actual eleito na Assembleia Municipal de Montemor, foi deputado à Assembleia da República pelo PCP. É membro da Comissão Concelhia de Montemor e da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP.

## NISA



José Manuel Basso

Com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, foi publicamente anunciada, no dia 5 de Julho, a candidatura de José Manuel Basso à Câmara Municipal de Nisa.

«Aceito mais este desafio», disse José Manuel Basso na ocasião, porque «conheço bem a Câmara e a maneira de a pôr ao serviço da população do Concelho». Reconhecendo que o actual mandato não correu da melhor maneira, já que «a maioria dos eleitos para a vereação em vez de colaboraram só criaram dificuldades», o autarca da CDU afirmou que o que valeu foi a sua «paciência sem limites» que o levou a não reagir mesmo perante as mais grosseiras provocações.

Propondo-se retomar «um projecto de futuro digno para o concelho de Nisa», José Manuel Basso conta para isso com «uma equipa forte no trabalho municipal» e com o «empenhamento democrático de todos os que forem eleitos».

José Manuel Basso, médico, 42 anos de idade, tem sido consecutivamente eleito Presidente da Câmara de Nisa nos mandatos de 1983/85, 1986/89, 1990/93 e 1994/97.

## PENAMACOR



Carlos Gerales Birra

No dia 6 de Julho, a CDU deu conhecimento público dos candidatos que nas próximas eleições apresenta à Presidência da Câmara e da

Assembleia Municipal de Penamacor.

Carlos Gerales Lopes Birra é o candidato à Câmara Municipal. Comerciante, tem 41 anos e é natural e reside na freguesia Aldeia do Bispo, do concelho de Penamacor. Pertence à Comissão Concelhia de Penamacor e ao Conselho Regional do PCP.

Serafim Martins Marques, construtor civil, de 38 anos, natural e residente na freguesia de Águas, concelho de Penamacor, é o candidato da CDU à Assembleia Municipal. Pertence à Comissão Concelhia de Penamacor do PCP.

## S. BRÁS DE ALPORTEL

Em S. Brás de Alportel o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal nas próximas eleições é, conforme foi publicamente divulgado no passado dia 12 de Julho, Orlando Sobral da Silva, de 60 anos, técnico de telecomunicações (reformado).

Membro da Comissão Concelhia de S. Brás de Alportel do PCP e da Comissão Coordenadora da CDU de S. Brás de Alportel, foi vereador da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel. É actualmente eleito na Assembleia Municipal.

## TORRE DE MONCORVO



Sidónio Fernandes

Em 12 de Julho, foi a vez de serem publicitados os cabeças de lista à presidência dos órgãos municipais de Torre de Moncorvo.

O candidato à Câmara Municipal é Sidónio Caetano Fernandes, de 64 anos, vendedor, independente. Natural da freguesia de Moncorvo, Torre de Moncorvo, foi em 1980 candidato à Assembleia de República pelo círculo eleitoral de Bragança.

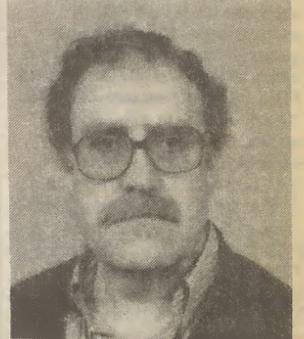
Na declaração que fez quando



da apresentação da sua candidatura, Sidónio Caetano Fernandes, depois de apresentar algumas propostas para o concelho que considera «realistas», manifestou-se abertamente pela regionalização e criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro e apelou à população para deixar de ter preconceitos em relação aos candidatos da CDU.

À Assembleia Municipal é Isaura dos Anjos Paula Bento Costa, de 42 anos, a candidata da CDU. Tendo trabalhado na Acção Social Escolar de 1977/1988, na Escola Secundária de Torre de Moncorvo, é desde 1988 funcionária do Movimento Sindical. Trabalha actualmente no Executivo Distrital da Guarda do Sindicato dos Professores da Região Centro e faz parte dos Corpos Gerentes do Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito da Guarda.

## VIEIRA DO MINHO



José Costa Fernandes

José Costa Fernandes, 51 anos, ajudante de notário é o candidato apresentado pela CDU à presidência da Câmara Municipal de Vieira do Minho. Natural de Cantelães e residente da Vila de Vieira do Minho, foi membro da Assembleia Municipal de Vieira do Minho de 1985 a 1989 e de 1991 a 1993. É membro da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Vieira do Minho.

Na declaração pública da sua candidatura, José Costa Fernandes, depois de considerar que a ausência da CDU no Executivo da Câmara, durante todos estes anos, se tem traduzido «num grande prejuízo para a população» do concelho, sublinhou a importância de eleger um representante desta Coligação, a qual - disse - será «uma oposição construtiva, mas também firme e determinada».

CDU

PCP-PEV



# Colecta mínima põe Governo em maus lençóis

A decisão de cobrar antecipadamente o IVA a pequenos contribuintes, logo seguida de uma outra suspendendo a primeira por tempo indeterminado, provocou uma situação de grande embaraço ao Governo, pondo em causa a imagem de rigor e eficiência na gestão das finanças que a sua propaganda procura fazer passar.

O que ficou do debate sobre esta questão, realizado na semana transacta, a pedido do PSD, foi mesmo um testemunho de "desorientação e descontrolo", para utilizar a expressão do deputado comunista Lino de Carvalho.

Marques Mendes (PSD), caracterizando a conduta do Governo neste processo, considerou-a como "um erro político,

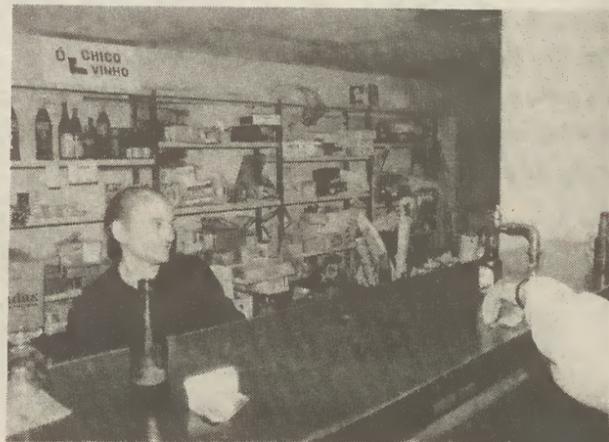
um acto hipócrita e uma profunda desonestidade".

Não menos dura foi a apreciação da bancada do PCP. Lino de Carvalho, depois de criticar "a confusão e a tentativa de todos se desresponsabilizarem e descartarem de uma medida claramente incómoda para o PS", acusou o Governo de "uma maneira irresponsável e inepta antecipar receitas

ficiais à custa dos pequenos contribuintes".

Perante os ataques das oposições, ensaiada pelo Ministro das Finanças foi a tese do "erro", numa tentativa de transferir o ónus para os serviços da Administração Fiscal. Este esforço, porém, não resultaria, já que Lino de Carvalho, atalhando argumentos, tratou de lembrar ao ministro que o Decreto-Lei estipula de forma clara que o regime especial de tributação do IVA é aplicável já em 1997 aos pequenos contribuintes com volumes de negócios não superior a 1500 contos e que até agora estavam isentos.

O que o Governo pretendia, por conseguinte, na perspecti-



Governo quis antecipar receitas à custa dos pequenos contribuintes

va do parlamentar do PCP, era lançar um imposto sobre os pequenos prestadores de serviços, até aqui isentos porque não auferiam a receita que gerava o IVA.

Daí o repto lançado por Lino de Carvalho ao Governo, e em particular ao Primeiro-Ministro, para que assuma politicamente o erro e não o transfira para os trabalhadores da Administração Fiscal.

A impopularidade desta medida, em vésperas de eleições autárquicas, foi, aliás, a razão que levou o Governo a fazer marcha atrás, segundo Lino de Carvalho, que alertou para a hipótese de a mesma ser

retomada após o acto eleitoral, o que, do seu ponto de vista, seria de uma total falta de seriedade.

"Se entendem que o combate à evasão e à fraude fiscal passa por este regime especial do IVA então assumam-no e não o subordinem a critérios eleitoralistas imediatos", desafiou Lino de Carvalho, que não quis perder a oportunidade para fazer uma sugestão ao Governo: "não se esqueçam ao mesmo tempo de fazer uma verdadeira reforma fiscal que tribute as grandes fortunas e os grandes lucros dos grupos económicos e das empresas do sector bancário e segurador".

## Ponte 25 de Abril



O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Assembleia da República um requerimento em que solicita ao Governo

informação "urgente" acerca dos estudos feitos sobre as obras na ponte 25 de Abril e das condições de segurança existentes.

Dirigido ao Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, o requerimento, subscrito pelo deputado Rodeia Machado, visa obter esclarecimentos que permitam "tranquilizar os mais de 220 mil utentes diários da ponte 25 de Abril". Para o parlamentar do PCP, as notícias recentemente divulgadas sobre a alteração no tabuleiro da ponte, com uma deflexão de 2,9 metros, e posteriores declarações de responsáveis acerca da normalidade e previsibilidade deste facto, tornam incompreensível a não divulgação pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) do estudo sobre esta matéria.

## Parlamentos regionais



A Comissão dos Assuntos Constitucionais aprovou na passada semana, por maioria, uma alteração ao "Estatuto da

Oposição" estipulando a obrigatoriedade de a Assembleia da República e os Parlamentos Regionais incluírem na sua mesa um vice-presidente de cada partido.

A alteração, inscrita em projecto de lei do PS, aprovado pelo plenário na generalidade, mereceu o apoio do PCP, a abstenção do PP e os votos contra do PSD. Nos termos da alteração agora aprovada, que terá sobretudo efeitos no Parlamento da Madeira (a actual mesa é composta por dois vice-presidentes do PSD e um secretário do PS), a "Assembleia da República e as Assembleias Legislativas Regionais têm uma mesa de composição plural, incluindo obrigatoriamente vice-presidentes propostos por cada um dos quatro Grupos Parlamentares, a eleger em termos a regular nos respectivos regimentos".

## Conselho de Fiscalização do SIS



A eleição do Conselho de Fiscalização do SIS, marcada para o próximo dia 24, poderá ser adiada para Setembro

por razões de calendário. Em causa está, de acordo com uma informação veiculada pela agência Lusa, na dificuldade da aprovação e promulgação pelo Presidente da República da alteração à Lei-Quadro dos Serviços de Informações que permitirá a realização da eleição do Conselho em lista conjunta. Seria "muito difícil" que a alteração estivesse em vigor até ao próximo dia 24, uma vez que nem sequer foi votada ainda na Assembleia da República, de modo a permitir a eleição dos membros do Conselho em lista conjunta, como acordaram PS e PSD. A primeira eleição dos membros do Conselho de Fiscalização fez-se em lista nominal - os deputados votavam sim ou não para cada nome - e redundou num fracasso total. Recorde-se que só Robin de Andrade, indicado por consenso entre aqueles dois partidos, conseguiu ser eleito. Os nomes indicados pelo PS, Luís Silveira, e pelo PSD, Marques Vidal, não conseguiram reunir os votos necessários à eleição.



O Alqueva é um empreendimento de inegável interesse nacional

## Expropriações no Alqueva

A Assembleia da República aprovou uma iniciativa legislativa do Governo que o autoriza a criar mecanismos expeditos de expropriação de terrenos que serão inundados com a execução do empreendimento do Alqueva. Dado o evidente interesse público do projecto, para a bancada comunista, é inquestionável a adopção dos instrumentos considerados necessários à sua rápida concretização. Em causa estão não apenas aqueles terrenos como também os necessários para a reinstalação da Aldeia da Luz ou que fiquem localizados na área das albufeiras de Alqueva

e do Pedrógão. Não menos importante, no entender do deputado Lino de Carvalho, que se pronunciou em nome da bancada comunista, é a adopção de medidas que garantam o pagamento das indemnizações aos habitantes da Aldeia da Luz.

Para Lino de Carvalho, não podem, todavia, deixar de ser adoptados alguns procedimentos cautelares, exemplificando, a este respeito, seja com a "garantia de direitos para os proprietários e população afectadas", seja com a necessária concordância que terá de haver com as autarquias locais para a

reinstalação da Aldeia da Luz, seja ainda quanto às compensações devidas aos municípios no âmbito da lei de finanças locais pela isenção do imposto de sisa.

O deputado comunista chamou igualmente a atenção para a necessidade de uma correcta gestão dos poderes atribuídos à entidade responsável pelo empreendimento, defendendo nesta perspectiva a importância de o respectivo conselho consultivo ser posto a funcionar mais regularmente e de lhe serem conferidos poderes de maior intervenção nos processos referentes ao Alqueva.

## Perícias médico-legais

O Parlamento aprovou a proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o regime das perícias médico-legais. Para a bancada comunista, que votou favoravelmente o diploma, trata-se de um reforço das medidas que garantam a dignidade na morte e a dignidade das vítimas nos exames médico-legais. Não obstante, como observou a deputada Odete Santos, "continuam por implementar medidas concretas que, para o bom exercício da Justiça, garantam exames médico-legais céleres e eficientes".

Existindo em letra de lei desde 1987, a verdade é que os Gabinetes médico-legais que deveriam ter sido criados nos Círculos Judiciais ainda não o foram - quando seriam de enorme importância para que os exames não durassem anos, como actualmente sucede, quando feitos nos Institutos de Medicina Legal - circunstância que levou Odete Santos a apelidá-los de "ficção jurídica", que os anteriores governos não concretizaram e que o actual também ainda não efectivou.

## Cheques carecas põem Governo em xeque

A despenalização dos cheques pré-datados esteve em debate no Parlamento. Considerada uma matéria sensível, face aos interesses directamente envolvidos, quer dos consumidores quer dos comerciantes, seria de esperar que o Governo tivesse incrementado primeiramente medidas na área do processo cível, em ordem a criar formas expeditas de cobrança dos cheques não pagos. Desta forma, restaurada a confiança no cheque, a despenalização do cheque pré-datado (que, no contexto actual, já configura uma forma insuportável de prisão por dívidas) seria feita sem convulsões.

Ao avançar com a proposta de lei agora sujeita a debate não foi aquele o caminho seguido pelo Governo, facto que levou a deputada comunista Odete Santos a antever que face ao estado em que se encontram os tribunais (nomeadamente o Tribunal da Pequena Instância Cível de Lisboa) as medidas cíveis anunciadas a posteriori terão uma "complicada implementação", não prevendo que das mesmas "possa surgir a curto prazo o reforço da confiança no cheque como meio de pagamento".

Odete Santos chamou ainda a atenção no decorrer do debate para a situação actualmente vivida neste domínio, fazendo notar que o arrastamento dos processos penais relativos à emissão de cheques sem cobertura - tanto pela fuga dos arguidos ao julgamento como pelas complexas questões jurídicas suscitadas pela lei que levam às mais variadas sentenças - levam a que a "impunidade pela emissão de cheques pré-datados alcance elevados índices que em nada contribuem para restaurar a confiança no cheque".

"A tudo isto se soma a condenável atitude das instituições bancárias que continuam a entregar carteiras de cheques a pessoas inibidas de passar os mesmos", concluiu a parlamentar do PCP.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Carvalhas na interpelação do PCP ao Governo

**"Governo abandonou referências de esquerda"**

O País carece de uma efectiva mudança de rumo no plano da política económica e social. Exige-o a resolução dos problemas com que se defrontam o País e os portugueses. Na interpelação ao Governo que dominou a agenda parlamentar da semana transacta, esta voltou a ser uma ideia reiteradamente defendida pelo Grupo Parlamentar do PCP. A sustentá-la, uma tese central: a linha de continuidade da política de direita, nas questões essenciais, assumida pelo PS, e o seu incumprimento das promessas eleitorais.

Ao optar por este caminho, na perspectiva do Grupo comunista, o Governo do PS sacrificou os valores da esquerda no altar dos interesses do grande capital. Lembrou-o o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, na sua intervenção de abertura (ver centrais), ao sublinhar que o Governo PS "abandonou voluntariamente todas as referências de esquerda e socialistas", assumindo-se simultaneamente como um "gestor do capitalismo", como um "servidor cego e obediente das orientações neoliberais e monetaristas impostas pelo mais alto poder político, económico e financeiro europeu e mundial".

Carvalhas lançava o mote para o que viria a constituir-se

num verdadeiro libelo acusatório contra as orientações e prioridades seguidas pelo Governo. Foram sete as acusações por si formuladas: em primeiro lugar, o líder comunista acusou o Governo de ter "abandonado uma séria perspectiva social da política em benefício do poder das forças do mercado" e apontou como exemplo as "ameaças lançadas sobre o sistema de Segurança Social".

Carvalhas criticou também o executivo por "ter posto à frente dos interesses das pessoas as pressões dos lobbies dos grupos económicos e as exigências cegas dos mercados financeiros".

"Não há matéria em que o Governo tenha falhado tão

rotundamente como na promessa de que iria governar para as pessoas", sublinhou.

O dirigente do PCP acusou o Governo de "sacrificar os interesses nacionais em benefício de uma Europa federal", e, noutro plano, de "deixar os problemas fundamentais sem solução, governando mais para a autopropaganda", ao mesmo tempo que "desbarata o património público num autêntico regabofe de privatizações", tornando o país num "despudorado casino".

Mas a interpelação do PCP ao Governo foi ainda o teste que permitiu confirmar, por um lado, que o PS visa dramatizar artificialmente a vida política - camuflando por esta via a ausência de resposta aos grandes problemas -, e, por outro, que aposta na instabilidade política.

Esta realidade não escapou à observação de Octávio Teixeira, presidente da formação comunista, que acusou ainda o Governo de ter como grande objectivo o do "enfundamento às políticas de Maastricht e à marcha forçada para a moeda única".

No entender do líder parlamentar comunista, resulta igual-

mente claro que o Governo tem como "grande ambição o poder absoluto" e que o "grande e principal inimigo" por si eleito é o PCP.

Coube ainda a Octávio Teixeira desmontar a propaganda

governamental, segundo a qual, citou, o Governo não executa o programa eleitoral do PS porque a oposição não deixa. "Não é o PCP que impede o PS de realizar o seu programa eleitoral. É o Governo do PS com a sua política", esclareceu o presidente da

formação comunista, antes de recordar que as "caldeiradas" não são entre o PCP e o PSD e PP, mas permanente e profusamente entre o Governo do PS e o PSD e o PP".

**O desemprego e as engenharias estatísticas**

A ideia de que a taxa de desemprego evoluiu favoravelmente continua a ser explorada pelo Governo. Na interpelação isso mesmo voltou a acontecer. A realidade, porém, é bem diferente, deitando por terra tais «engenharias estatísticas».

É o próprio e insuspeito Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território a reconhecê-lo, em relatório publicado em Abril último, dedicado ao "processo de convergência da economia portuguesa face à União Europeia".

Reportando-se às "áreas de vulnerabilidade", naquele relatório, a página 13, pode ler-se: "o facto de até agora Portugal ter revelado uma evolução contracíclica do desemprego, essa tendência não pode «escamotear» situações específicas de subemprego que estão patentes no crescimento do emprego na agricultura em

1994 e 1996 e mesmo no crescimento do emprego dos trabalhadores por conta própria desde 1994. A título ilustrativo, pode-se considerar a situação verificada em 1996: caso o emprego na agricultura tivesse estabilizado face ao ano anterior, como contrapartida de um crescimento do desemprego, a taxa de desemprego teria sido de 8,1 por cento e não de 7,3 por cento como se verificou".

E mais adiante: "num contexto de baixa inflação, em que a redução dos salários reais poderá só ser possível com redução dos salários nominais, poder-se-á assistir a uma maior rigidez dos salários do que a observada no passado, dando assim origem a uma evolução mais gravosa do mercado de trabalho do que no passado. É razoável admitir que à medida que forem avançando alterações estruturais inevitáveis, as pressões no sentido do agravamento da situação do mercado de trabalho ocorrerão".

## Octávio Teixeira

**"Governo não tem estratégia para enfrentar os problemas reais do País"**

O debate de hoje, provocado pela interpelação do PCP, reconfirmou uma verdade indelével: o Governo do eng. Guterres e do PS preocupam-se mais com as cenas de dramatização artificial da vida política portuguesa do que com a resolução dos persistentes problemas da economia do País e das graves questões sociais dos portugueses.

Confirmou que quem hoje em Portugal prossegue uma delineada estratégia de instabilidade política são o PS e o Governo com a insistência nos ameaços de demissão do Executivo e de eleições antecipadas.

E deixou bem claro que o Governo e o PS têm hoje um grande objectivo e uma enorme ambição e elegeram o grande inimigo.

O grande objectivo é o do enfundamento às políticas de Maastricht e à marcha forçada para a moeda única, indiferentes às profundas e negativas consequências económicas e sociais que daí decorrerão.

Esse objectivo, exclusivo no plano económico e social, substitui e procura encobrir a completa ausência de uma estratégia e de um projecto do PS e do Governo para enfrentarem os problemas reais com que o País se confronta.

As promessas eleitorais do PS e do eng. Guterres foram totalmente sacrificadas a esse objectivo sacralizado, a essa fixação doentia do Governo.

O Governo não tem políticas nem medidas concretas contra o desemprego, contra a injustiça fiscal, para a melhoria das degradadas pensões e reformas, para o emprego com direitos, para a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores e uma mais justa repartição da riqueza criada.

O Governo não apresenta orientações de política que concretizem a proclamada "paixão" pela educação, o combate estrutural à toxicodependência ou condições de acesso mais fácil e rápido aos cuidados de saúde.

O Governo e o Primeiro-Ministro rasgaram os compromissos de finalmente dar cumprimento às disposições constitucionais para a criação das regiões administrativas e de realização das respectivas primeiras eleições no final de 1997, bem como o da duplicação dos recursos financeiros transferidos para os Municípios.

Para o Governo do PS só existe o designio da moeda única!

A grande ambição do Governo e do PS é o de conseguirem o poder absoluto.

A essa ambição sacrificam a responsabilidade política, a estabilidade institucional e o respeito por regras essenciais da democracia pluralista, da proporcionalidade eleitoral e da isenção do Estado nos processos eleitorais.

Dramatizam crises virtuais para testar o sentimento da opinião pública, para irem preparando o "ambiente" para momento que considerem mais propício.

É certo que a seguir às dramatizações do Primeiro-Ministro, do Ministro do Planeamento ou do Ministro da Justiça, lá vem o Ministro Adjunto Jorge Coelho, que melhor se poderia designar por administrador-delegado

do PS no Governo, a declarar que o Governo e o PS não querem eleições antecipadas.

Mas haverá sinceridade nisso? Ou querem de facto? Mas só depois da aprovação do Orçamento para 1998, para não porem em causa o seu grande objectivo da moeda única? Mas só depois de impedirem a regionalização, para não terem que descentralizar o poder e partilhar os recursos orçamentais? Mas só depois da revisão constitucional e da aprovação de novas leis eleitorais, para poderem eleger mais deputados mesmo que com menos votos?

É ao serviço desta ambição que o Governo e o PS tudo fazem para tentarem incutir na opinião pública a falsa ideia de que "as oposições estão sempre de acordo contra tudo o que o Governo apresenta" e "para impedir que o País trilhe a senda do progresso".

Mas, senhor Ministro Adjunto: com seriedade, pode V. Exa. acusar as oposições de impedirem o Governo de governar, quando em dois anos o Governo viu chumbadas apenas 4 propostas de lei e aprovadas muitas dezenas?

No seu íntimo, ou melhor, quando não fala em público, também V. Exa. tem clara consciência que o que impede o país de trilhar a senda do progresso não são as oposições mas sim o Governo, com o seu objectivo da moeda única que imola o desenvolvimento e a coesão económica do todo nacional, a justiça e o progresso sociais.

V. Exa. e o PS sabem que o impedimento ao progresso resulta de o Governo impor cada vez mais ultraliberalismo, mais austeridade nos gastos públicos com as funções sociais, mais desigualdades sociais, mais precariedade no emprego e novas formas de exploração dos trabalhadores.

Que o impedimento maior é precisamente o Governo estar devotadamente a realizar uma política e uma prática em tudo idênticas, e em alguns casos piores porque mais obtusas, às que praticava o PSD quando Governo.

Vem agora o Ministro Jorge Coelho falar nas "caldeiradas entre os partidos das oposições". Mas os senhores Primeiro-Ministro e Ministro Adjunto conhecem, melhor que ninguém, as "peixeiradas" dentro do PS e do Governo.

Nós só conhecemos as que vêm a público... e já nos bastam.

Por exemplo, as frequentes ausências do Ministro das Finanças aos Conselhos de Ministros. As que ocorreram em torno do totonegocio entre o Ministro Adjunto e o Ministro das Finanças. Ou aquelas outras entre o Ministro do Planeamento ou da Agricultura e o Ministro das Finanças. Ou ainda os já corriqueiros desentendimentos entre o Ministro da Economia e... o Ministro das Finanças.

E isto, senhores membros do Governo, para já não falarmos das permanentes provas de "solidariedade" política entre os membros do Governo, como aquela a que todos nós pudemos assistir ontem, neste Plenário, quando um deputado do PP pediu a demissão do Secretário de Estado dos

Assuntos Fiscais e, usando da palavra imediatamente a seguir, o Ministro das Finanças não teve uma única palavra de solidariedade para com o membro da sua equipa ministerial.

Enfim, o senhor Ministro Adjunto desabafa publicamente que "o PS precisa de mais deputados". Pois é, senhor Ministro, senhores membros do Governo e senhores deputados do PS: o Povo não lhes deu mais... porque não lhes quis dar!

Tenham paciência democrática e não queiram fazer batota nas leis eleitorais para distorcerem e defraudarem a vontade dos eleitores.

O Governo, finalmente, elegeu o grande e principal inimigo: o PCP! Já não temos memória de um discurso tão anticomunista, tão anti-PCP, como o que nos últimos dias temos ouvido do lado do PS e do Governo.

Mas porquê, senhores?

Por causa da proposta de lei das finanças locais não é certamente. Esse é apenas o pretexto, enrolado numa catadupa de falsidades proferidas por membros do Governo e pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PS.

As razões são outras, bem mais verdadeiras e sérias.

O discurso anticomunista do PS sobe de tom porque o PCP vai mostrando publicamente que, como afirmou um deputado socialista, cada vez mais o PS e o Governo substituem os princípios e valores por interesses.

Porque nós mostramos e provamos, dia a dia, que não é o PCP que impede o PS de realizar o seu programa eleitoral. É o Governo do PS com a sua política!

Porque nós mostramos que as "caldeiradas" não são entre o PCP e o PSD e PP, mas permanente e profusamente entre o Governo e PS e o PSD e PP. Aí estão, por exemplo, os Orçamentos de Estado, as leis da flexibilidade e polivalência, do aborto, das uniões de facto, o impedimento da regionalização, a revisão constitucional, a corrida para o EURO e tantas outras dezenas de exemplos possíveis.

O Governo e o PS não suportam a oposição do PCP, fundamentalmente porque isso mostra em permanência aos portugueses que há uma política e um projecto de esquerda em Portugal. E isso torna mais evidente que, em tudo o que é essencial, a política e o projecto que o PS e o Governo prosseguem nada têm de esquerda.

Mas o Governo e o PS vão ter que se conformar com a nossa oposição responsável ao prosseguimento de uma política contrária aos interesses de Portugal e dos portugueses.

E o Governo tem de se resolver definitivamente: ou quer provocar a instabilidade política e eleições antecipadas, e então assumam o responsável e claramente sem encenar e ficcionar pretextos; ou não o quer e acaba de uma vez com as dramatizações de crises virtuais.

Pela parte do PCP, podem estar certos que em qualquer das circunstâncias continuaremos a pugnar por uma política de esquerda e por um Portugal de progresso económico e social.

## TRABALHADORES

## Doze anos para acabar

A categoria de escriturário-dactilógrafo foi legalmente extinta em 1985, mas na prática nunca acabou, por falta de legislação que assegurasse a transição dos trabalhadores para a categoria de terceiro-oficial. O acordo para a publicação de um diploma que permite esta transição foi obtido anteontem, na reunião de negociações entre a Frente Comum de Sindicatos e o Governo. A medida terá efeitos retroactivos a 1 de Junho.

## Ministros na Lua

A União dos Sindicatos de Braga contestou as declarações produzidas na semana passada pelos ministros do Emprego e da Economia sobre o desemprego na zona. «Só por ignorância se pode afirmar que na região foi feito "um trabalho de fundo em matéria de emprego" ou "expansão nos sectores têxtil e vestuário, que está a garantir boas perspectivas de emprego", afirma a USB/CGTP, para quem «pelo menos estes ministros vivem na Lua» e «não conhecem os seus próprios dados estatísticos». Na nota de imprensa distribuída dia 9, a União faz votos para que Maria João Rodrigues e Augusto Mateus «viesses à terra justificar perante os trabalhadores estes comportamentos e atitudes» e dispõe-se a mostrar-lhes «entre outros, o trabalho infantil que floresce nas obras apressadas de muitas autarquias, e a falta de cumprimento de normas de segurança, que leva a que acidentes e mortes continuem a acontecer».

Aos ministros são recordados os problemas vividos em algumas empresas: não pagamento de salários (casos da Luzmonte, Celestino Paiva, Garça Real, Fiandeira de Lordelo, Indústria de Vizela), despedimentos e «vigarices» (Têxtil Riopelle, Henrique Fluck, Grundig), abusos na flexibilidade, polivalência e precariedade (Calçado de Navarra, Malas Francor).

## Condução

O novo regime dos exames de condução automóvel (despacho da Direcção-Geral de Viação nº 15/97) «atenta contra a segurança rodoviária e coloca em perigo a integridade física de quem segue no veículo conduzido pelo examinando», alerta a federação sindical dos Transportes. Apontando concretamente o preceito que prevê a realização do exame num carro em que os lugares da frente são ocupados pelo examinando e outro candidato a condutor, seguindo no banco de trás o instrutor, o examinador e, eventualmente, um fiscal da DGV, a Festruc/CGTP reclama a suspensão do despacho.

## Sindicatos da Administração Pública indignados

## Semana de 4 dias é manobra de diversão

A alegada intenção do Governo, vinda a público na comunicação social, visa desviar as atenções e lançar a confusão, afirma a Frente Comum de Sindicatos, que recusa qualquer crédito à ideia de reduzir o tempo de trabalho e os salários.

Em jornais de sábado passado o ministro Jorge Coelho veio apresentar projectos que nunca deu a conhecer à estrutura sindical mais representativa dos trabalhadores do Estado. Uma nota divulgada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública na segunda-feira afirma mesmo que, nas negociações sobre horários de trabalho concluídas a 17 do mês passado, o Governo recusou uma proposta da Frente para uniformizar a semana de trabalho em 5 dias (mantendo alguns serviços a laborar cinco dias e meio).

Nenhuma medida como a diminuição da semana de trabalho para 4 dias e a redução de 20 por cento nos salários foi, «formal ou informalmente» apresentada pelo Governo aos sindicatos, o que denota «má-fé negocial». Assim, a alegada intenção do Governo

«não merece qualquer crédito», tal como, «face aos baixos salários praticados na Administração Pública, não tem qualquer receptividade trocar um dia de trabalho semanal por menos 20 por cento no salário».

Na nota recorda-se a conhecida falta de recursos humanos em inúmeros serviços públicos (alguns já têm só um trabalhador), a sistemática reafirmação de que se mantém o congelamento de admissões e o facto de muitos serviços estarem a funcionar com trabalhadores precários ou desempregados requisitados aos centros de emprego (sistema que a Frente Comum classifica como «de refinada escravatura»).

Neste quadro, a Frente Comum entende que «o Governo utilizou órgãos de comunicação social para uma manobra de diversão, tentando lançar a



O Governo continua a não dar resposta aos verdadeiros problemas da Administração Pública e dos seus trabalhadores, acusam os sindicatos (foto de arquivo)

confusão na opinião pública e nos trabalhadores», visando três objectivos:

- desviar as atenções dos trabalhadores face à falta de cumprimento do compromisso governamental de apresentar um documento sobre carreiras para negociação com os sindicatos;
- preparar o caminho para insistir nos baixos salários no

processo de revisão salarial para 1998;

- e medir a reacção dos trabalhadores face a medidas que pretendem pôr em causa a estabilidade do emprego e criar novas formas de precariedade.

## Terão resposta

Para a Frente Comum, «existem razões para que os trabalhadores fiquem mobilizados, pois, tendo em conta a campanha desenvolvida nos últimos tempos, a parte escondida da alegada proposta poderá consistir em colocar como alternativa, quer a estabilidade de emprego quer a redução de direitos quanto ao regime de aposentação». Os sindicatos previnem que «essas intenções, a confirmarem-se, terão ade-

quada resposta por parte dos trabalhadores».

É deixado um alerta acerca do «rejuvenescimento de quadros» e da criação de novos postos de trabalho, referidos pelo ministro nas declarações citadas pela imprensa. A Frente Comum avisa que «o Governo pode estar a pretender pôr em causa a estabilidade de emprego de milhares de trabalhadores da Administração Pública e ludibriar milhares de jovens com qualificações e à procura de emprego, acenando-lhes com "estágios" remunerados muito abaixo do seu nível habilitacional e sob novas formas de precariedade».

Na reunião marcada para anteontem, os sindicatos iriam exigir aos representantes governamentais a clarificação destas questões.

## Construção civil e Madeiras do Porto Sindicato reclama combate ao trabalho clandestino

«Mais de 60 por cento dos trabalhadores da construção civil do distrito trabalham em situação clandestina, de forma descarada ou camuflada», denunciou na semana passada o sindicato do sector.

Em conferência de imprensa, a direcção do Sindicato de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Porto afirmou, segundo a Lusa, que «esta praga tem aumentado consideravelmente nos últimos dois anos e é alimentada pelo lucro fácil propiciado pela prestação de serviços sem qualquer carga fiscal e contribuições para a Segurança Social».

«A falta de coordenação entre os diversos serviços inspectivos dos ministérios envolvidos - Emprego, Segurança Social e Finanças - e a sua atitude de indiferença tem permitido a prática contínua desta ilegalidade, com os custos que envolve e os dramas sociais a ela associados», afirmaram os sindicalistas.

O problema «não é só da responsabilidade dos que pretendem engordar a sua conta bancária, mas também das empresas reais que, em vez de criarem postos de trabalho, entregam as obras ganhas em concurso a subempreiteiros, favorecendo a exploração do trabalho clandestino».

Foi referida, perante os jornalistas, «a forma como algumas empresas engajadoras mascaram o trabalho clandestino de trabalho precário», que o sindicato considera «a situação mais preocupante, pois criam a ilusão ao trabalhador de ter um vínculo laboral com a empresa, quando na verdade é apenas um meio de manterem esses operários sossegados até ao fim do pseudocontrato de trabalho».

A fuga ao fisco, segurança social e seguros representa um valor total de 40 milhões de contos só no distrito do Porto, segundo uma estimativa do sindicato.

## Madeiras

Também no sector das madeiras foram apontadas críticas, nomeadamente no que respeita à falta de meios tecnológicos para competir com as congéneres europeias, aos salários escassos praticados e à perseguição, discriminação e violação sobre os trabalhadores.

«Há empresas que não têm água potável e só permitem uma ida à casa de banho por dia, que ameaçam fisicamente os trabalhadores e não pagam os salários como castigo», afirmaram os dirigentes sindicais, apresentando como exemplo a «Macarplac», «Barbosa e Alves» e a «Filporta».

Como solução, os sindicalistas propõem que apenas seja feita a entrega de obras a empresas cujo quadro de pessoal, só por si, permita o desenvolvimento da obra, defendendo ainda a fiscalização dos serviços camarários à situação dos trabalhadores nas empresas que apresentem projectos e a melhor interacção entre a Inspeção-Geral do Trabalho e os sindicatos.

Foi sugerido que estas entidades executem um levantamento eficaz do número de empresas do sector das madeiras existentes no distrito, com a fiscalização dos vínculos dos trabalhadores e dos seus reais rendimentos.

## O «livro amarelo» da propaganda

«A melhoria dos serviços públicos passa pela adopção de medidas efectivas e não por operações de propaganda», comenta a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, numa nota divulgada segunda-feira, dia em que o Governo publicitou mais uma vez o «livro amarelo», para permitir aos cidadãos expressar queixas contra o mau funcionamento dos serviços do Estado.

A federação recorda que «tal livro foi pomposamente anunciado no dia 31 de Outubro», o seu lançamento «foi objecto de uma campanha propagandista do Governo nas duas últimas semanas» e agora mereceu «nova acção de propaganda».

Recebendo a iniciativa do Governo com um hospitaleiro «seja bem-vindo quem vier por bem», a FNSFP/CGTP reafirma que «as razões dos maus funcionamentos já estão identificadas, mas as medidas é que tardam». Antes de sugerir uma deslocação a alguns serviços públicos para saber se o «livro amarelo» «já tem existência e, fundamentalmente, eficácia real», a federação interroga: «Se os prazos previstos em lei (Código de Processo Administrativo) são impossíveis de cumprir, será credível que a Administração passe a respeitar os direitos dos utentes pelo lavar de uma reclamação num livro de uma qualquer cor do arco-íris?»

## TRABALHADORES

## Plenário convocado para hoje na Somincor

# Vitória dos mineiros confirma razão da luta

Depois de uma reunião de cinco horas com os secretários de Estado da Indústria e do Trabalho e o presidente da Somincor, os trabalhadores aceitaram retomar a laboração no horário normal e marcaram um plenário para hoje, último dos 3 dias concedidos à administração para apresentar uma proposta para negociação.

O compromisso do Governo e da administração das Minas de Neves Corvo foi conseguido depois de cinco dias consecutivos de greve contra a introdução do regime de laboração contínua, sem negociação e em condições muito prejudiciais para os trabalhadores.

A luta teve uma forte adesão, levando à paralisação das minas, e implicou mesmo a deslocação a Lisboa de algumas centenas de mineiros, que desfilarão na passada quinta-feira entre a sede da Somincor, nas Amoreiras, e o Ministério da Economia.

### Acordo de princípio

Na madrugada de sábado foi alcançado o acordo de princípio entre os representantes dos mineiros, os secretários de Estado e o presidente da empresa. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira, os representantes do Governo apresentaram uma plataforma

para que fosse retomado o trabalho no horário que vinha sendo praticado; num prazo de três dias, a administração apresentaria ao sindicato, para negociação, uma nova proposta de horários que, visando a actividade sem interrupção (7 dias por semana, 24 horas por dia), deveria contemplar 104 dias de descanso por ano (e não 91, como estava no horário alterado unilateralmente), maior frequência de descansos semanais ao domingo, e possibilidade de os trabalhadores efectuarem trocas de horário.

Reafirmando que pretendem continuar a discutir os demais problemas que se vivem na Somincor (semana de 40 horas no exterior da mina, correcções nos horários dos transportes, negociação de prémios, classificações profissionais), os representantes sindicais comprometeram-se a levar a plataforma a um plenário de trabalhadores. Este teve lugar no sábado.



A penosidade do trabalho no interior da mina seria agravada com a perda de dias de descanso (foto de arquivo)

A aceitação da plataforma foi acompanhada da suspensão da greve e da retoma do trabalho a partir de segunda-feira, dia 14, no mesmo horário que era praticado até ao deflagrar do conflito.

Ao dar nota deste resultado, o sindicato mineiro afirmava que ficaria a aguardar a nova proposta da administração, «para ver se e como ela contempla as folgas e os dias de descanso, bem como o montante do respectivo subsídio (e, naturalmente, o pagamento dos feriados)».

Citando declarações públicas do secretário de Estado da Indústria, o sindicato frisa que «é preciso ter cuidado, porque isto mexe com a vida dos trabalhadores e famílias». A

observação precede pertinentes considerações quanto ao futuro imediato.

De acordo com o sindicato, «durante a paralisação foi sucessivamente comunicado à administração que, a todo o momento que aceitasse repor o horário anterior, se suspenderia a greve e entrava ao serviço a equipa de turno desse momento, pelo que, naturalmente, se espera que a empresa pague o tempo que estiveram paralisados contra um horário que não poderia ser aplicado e disponíveis para o anterior».

O sindicato realça que esta foi também uma luta pelo emprego, uma vez que com o horário do interior da mina, nas novas condições, e a aplicação das 40 horas no exterior, será necessário criar mais postos de trabalho.

### Saleiro afastado

A vitória dos mineiros de Castro Verde «teve a virtude de clarificar a injustiça das propostas da administração e o oportunismo do Governador Civil de Beja que, isolado pelo seu posicionamento partidário no exercício de funções políticas, foi afastado de mediador do conflito», afirma o Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP. Numa nota de imprensa, a estrutura que reúne as uniões de sindicatos de Beja, Évora e Portalegre (e que na semana passada pediu mesmo a demissão de António Saleiro do cargo de governador civil) expressa aos trabalhadores da Somincor o seu «apoio solidário e regozijo pela vitória alcançada».

## Malhas Pinto Lucas só pagou aos homens

O sindicato dos Têxteis da Beira Alta acusou segunda-feira a «Malhas Pinto Lucas» de discriminar trabalhadoras, pois pagou os ordenados de Junho no dia 4 de Julho, mas «só fez o pagamento aos homens, ficando 24 mulheres sem salário, propondo o pagamento a estas com a contrapartida da saída de três mulheres trabalhadoras», afirma o sindicato, num comunicado citado pela Lusa.

A empresa de Loriga (Seia) «é campeã na forma como trata os seus trabalhadores, em especial as mulheres, que obriga, sob chantagem, a trabalhar aos sábados, domingos, férias e feriados», acusa o sindicato.

A empresa, denuncia ainda o sindicato, retirou as portas das casas-de-banho das mulheres, ao mesmo tempo que reduziu o número destas.

O Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta afirma ter já dado conhecimento desta situação à Inspeção de Trabalho, mas frisa que «os trabalhadores não podem esperar que tudo seja tão moroso a resolver».

## Satisfação e preocupações com o acordo sobre a Torralta

A luta dos trabalhadores e o seu protagonismo foram fundamentais para contrariar a tese da falência, mas a assinatura do acordo de aquisição de créditos entre o Estado e a Sonae, no passado dia 9, não significa o fim das preocupações, afirmam o Sindicato da Hotelaria do Sul e as estruturas representativas do pessoal da Torralta, numa nota divulgada segunda-feira e onde anunciam a decisão de encetar novos contactos com o ministro da Economia e com a administração da Sonae.

Ressalvando que, «na globalidade, os termos do acordo são desconhecidos e existem cláusulas ainda por resolver, que eventual-

mente poderão originar um retrocesso», a nota regista que, «por parte da Sonae, não ficou claro que o relacionamento futuro com os trabalhadores e seus legais representantes será um relacionamento institucionalmente aceite, onde, em diálogo permanente e participado, se discutirão os problemas dos trabalhadores e se encontrarão as soluções que melhor sirvam ambas as partes».

As declarações feitas por Belmiro de Azevedo e Augusto Mateus, apontando para uma perspectiva de desenvolvimento da Torralta, colocam em causa a anunciada necessidade de reduzir o quadro de trabalhadores, afirmam o sindicato e as ORTs da empresa.

## Protestos na Autoeuropa

Contra a flexibilização dos horários de trabalho, que a administração tem procurado implementar desde a entrada em vigor da Lei 21/96, os trabalhadores da Autoeuropa expressaram o seu protesto. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, na quarta-feira (dia 9) e na primeira semana de Julho todos os trabalhadores se deslocaram à cantina e pediram um prato semelhante, o que provocou «paragens da linha superiores a uma hora, com as consequentes quebras de produção». Ficou assim claro, sublinha o sindicato, que os trabalhadores não aceitam «a obrigação de trabalhar mais 2 horas sem receber qualquer retribuição, no turno da tarde, e o ritmo desumano imprimido à linha».

## Comércio abusa

As agências de trabalho temporário estão a ser utilizadas de forma abusiva pelas empresas do sector de comércio, escritórios e serviços, que transforma os recibos verdes e os «empresários em nome individual» em vínculos ainda mais precários. Ao analisar a situação, na semana passada, a Executiva da federação sindical do sector (Fepces/CGTP) decidiu solicitar ao inspector geral do Trabalho uma reunião urgente, «de forma a fazer cumprir a legislação laboral e a contratação colectiva, que está violada de forma grosseira por parte das empresas que utilizam abusivamente o trabalho precário nas suas variadas formas».

Durante este mês e em Agosto os sindicatos vão lançar uma campanha, procurando envolver os trabalhadores, «no sentido de corrigir as ilegalidades cometidas pelas entidades patronais».

## Falta do PS em Aveiro

A um debate sobre revisão constitucional, promovido na semana passada pela União dos Sindicatos de Aveiro, não compareceu nenhum dos deputados socialistas eleitos pelo distrito. Esta falta, agravada pela ausência de qualquer explicação, motivou um protesto formal dos sindicalistas que participaram na iniciativa. Na moção aprovada com uma abstenção no final do debate, é saudada «a postura do Grupo Parlamentar do PCP que, não obstante não ter deputados eleitos pelo distrito, mais uma vez deu uma lição do que é estar, na realidade, perto e ser responsável perante os eleitores, ao designar para participar no debate o deputado António Filipe, e igualmente do Grupo Parlamentar do PSD, que também designou o deputado Francisco José Martins», refere uma nota de imprensa da USA/CGTP.

## Dispostos a continuar a luta

# Pescadores algarvios voltam à faina

Os trabalhadores da pesca da sardinha do Sotavento algarvio regressaram segunda-feira à actividade, após uma semana de greve pelo cumprimento de várias reivindicações, entre as quais o pagamento do subsídio de Natal de 1996.

Entretanto, e apesar da paralisação iniciada a 7 de Julho, os 110 trabalhadores não viram satisfeitas as suas reivindicações, pelo que se propõem continuar a lutar. Uma nova greve, agora de duas semanas, está marcada para 4 de Agosto.

Este processo de luta ficou decidido no passado dia 22 de Junho, num plenário em Olhão, altura em que os trabalhadores, com o apoio do seu sindicato, decidiram conceder um prazo de duas semanas para que o patronato cumprisse as suas exigências - recorda-se num telegrama da Agência Lusa.

Como até ao final daquele prazo (dia 7 de Julho) nada foi cumprido por parte do patronato, os pescadores sotaventinos (de Olhão, Quarteira e Vila Real

de Santo António) efectuaram um primeiro período de greve. Reunidos de novo em plenário, em Olhão, para fazer o ponto da situação, os pescadores acusaram o patronato de «ausência de diálogo» e decidiram continuar a greve de forma progressiva, conforme decidido anteriormente. Ficou agendado novo plenário para 3 de Agosto, véspera da anunciada continuação da greve progressiva.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, Josué Marques, voltou a afirmar que os trabalhadores não abdicam de nenhuma das suas quatro reivindicações que ficaram pendentes na sequência do patronato ter decidido romper as negociações iniciadas a 2 de Junho. Além do pagamento do subsídio de Natal de 1996, exigem a actualização do subsídio de férias, o aumento do subsídio de trabalho eventual (pintura e reparação nos barcos) e a fixação do horário de saída para o mar.

O Sindicato dos Trabalho-

res da Pesca do Norte manifestou-se solidário com a luta dos pescadores do cerco em Olhão, acusando o governo de uma atitude «impávida e de cedência às chantagens dos armadores», em carta enviada ao sindicato do Sul.

## Governo reage a desafio

Depois de historiar as diligências do PCP e da CDU, desde 1987, para a instalação de um meio de transporte sobre carril para o corredor de Odivelas, o cabeça de lista da CDU Eduardo Batista e os candidatos Natália Santos e Domingos Marques denunciaram em conferência de imprensa, realizada na quinta-feira passada, as inúmeras promessas e encenações que ao longo dos anos, em período de campanha eleitoral, o PS tem feito em torno do problema e as sucessivas quebras dos compromissos assumidos.

Ultrapassada mais uma vez a data-limite anunciada pelo Governo para uma tomada de decisão, a CDU, protestando «anticipadamente» pela nova e previsível encenação à volta do problema, exigia pois do Governo a divulgação definitiva de uma decisão, o que de facto se veio a verificar três dias depois da conferência de imprensa dos candidatos da CDU.

Aproveitando a sessão solene comemorativa de Odivelas a cidade, o ministro João Cravinho anunciou a inauguração do Metro para Odivelas para Junho de 2001.

## Falta de quorum inviabiliza AF

A falta de comparência dos eleitos do PS e do PP inviabilizou, no passado dia 26 de Junho, a Assembleia de Freguesia de Paranhos, convocada para a prestação de esclarecimentos e informações sobre a actividade da Junta por parte do Executivo.

A CDU denuncia este «desrespeito para com as mais elementares regras democráticas» e afirma que um tal comportamento, impossibilitando os eleitos da AF de acompanhar, fiscalizar e aprofundar a actividade da Junta, impedem a apresentação das propostas adequadas à resolução dos inúmeros problemas da freguesia.

## Um esclarecimento necessário

A CDU de Figueira da Foz, pronunciando-se desde sempre contra a venda do Parque de Campismo e do Horto Municipal, impediu, juntamente com os restantes partidos, que uma tal proposta fosse aprovada na reunião da Assembleia Municipal de 30 de Junho passado.

Contudo, para evitar que a Câmara Municipal viesse de novo a deliberar sobre a venda do Horto, apresentou uma recomendação no sentido de serem encetadas acções visando alterar o Plano Director Municipal e o Plano de Urbanização, de forma a que os referidos espaços fossem considerados zonas verdes de usufruto público. Ao votar contra esta recomendação, o PS deixou dúvidas sobre as suas intenções futuras em relação a esta questão, diz a CDU, exigindo deste partido uma «declaração pública que clarifique para o futuro a sua posição nesta matéria.»

## Uma obra duas vezes lançada

Por mérito da população e da Comissão de Utentes, a Ponte do Prado vai de novo ser lançada a concurso, não significando isto, porém, na opinião da CDU de Vila Verde, que a obra se venha a iniciar de imediato.

A propósito, a CDU lembra que a obra já havia sido concursada e entregue, fatando apenas a sua adjudicação, o que não veio a acontecer porque o Governo do PS resolveu anular o concurso e atrasar a obra pelo menos em dois anos, uma vez que nas prioridades das obras da JAE para 1997/98 e 1999 a ponte do Prado não aparece. Daí que a festa anunciada pelo candidato do PS à Câmara de Vila Verde seja considerada pela CDU como uma manobra demagógica que tem por finalidade «permitir uma eventual sessão solene de inauguração da obra» sem que haja, contudo, «qualquer garantia quanto à data do início e do fim da sua construção.»

## CDU corrige injustiça

Conforme denúncia já feita pela CDU, a ausência de leitura atempada dos contadores, por parte da Câmara Municipal de Tavira, levou a que muitos consumidores fossem confrontados com contas de consumo de água excessivamente elevadas, uma vez que a Câmara pretendia, ilegalmente, cobrar consumos anteriores aos últimos seis meses. A CDU, na tentativa de corrigir «as injustiças criadas pela gestão PS», apresentou na Assembleia Municipal de 26 de Junho uma proposta - aprovada por unanimidade - no sentido de se proceder à devolução dos montantes indevidamente cobrados e de vir a caber inteiramente à Câmara Municipal a responsabilidade pela leitura dos consumos registados.

Em comunicado à população, a CDU aconselha, pois, os consumidores que tenham contas de água a pagar fora do normal a dirigirem-se ao Presidente da Câmara requerendo a anulação dos respectivos recibos.

# Agricultores do Baixo Vouga no «limite da paciência»

O ministro da Agricultura, de visita à AGROVOUGA no passado sábado, teve a recebê-lo um comité especial: agricultores da região de Aveiro, a que se juntaram delegações de Coimbra, Guarda e outras regiões, apoiados pela CNA, com um autêntico «pacote» de reclamações.

Os protestos dos agricultores prendem-se com os graves problemas que afectam as respectivas regiões e com a ausência de medidas eficazes para os resolver, situação que está a deixá-los no «limite da resistência, do sofrimento e da paciência também», como se pode ler num comunicado divulgado a propósito.

No vasto rol de questões incluem-se os baixos preços do leite na produção, a falta de escoamento da carne bovina, os altos custos dos factores de produção e de crédito agrícola, para além das obras dos grandes regadios que não avançam a contento, enquanto avança a salinização de terrenos agrícolas no Baixo Vouga. Como se tudo isto não bastasse, referem os agricultores, há ainda a juntar ao rol as consequências das desfavoráveis condições atmosféricas (falta de chuva no início do ano, chuva em excesso no princípio

do Verão), que levaram a perdas significativas da produção de



A ausência de medidas eficazes para resolver os problemas da agricultura está a deixar os agricultores no «limite da resistência, do sofrimento e da paciência».

batata e outras hortícolas, que em alguns casos ascende mesmo

aos 100 por cento, e ainda nos milhos, frutas e vinha.

Afirmando-se sem dinheiro para pagar as prestações da Segurança Social, os agricultores estão apreensivos com as anunciadas baixas de preço para esta campanha nos cereais, leite, oleaginosas, arroz, «decretadas» pela Política Agrícola

sem controlo a «invasão das importações».

Face a este panorama, os agricultores dizem-se cansados de promessas e exigem medidas eficazes para fazer face à crise em que vivem. Lembram, a propósito, que «se há 70 milhões de contos para dar a «uma mão cheia» de famílias de grandes proprietários absentistas, então também tem que haver muito mais dinheiro para ajudar dezenas de milhares de famílias de pequenos e médios agricultores».

Das exigências consta igualmente o cumprimento de uma promessa de longa data: a entrada da CNA para o Conselho Económico e Social (CES). «Enquanto na "oposição", o actual Primeiro-ministro e o partido do Governo recordam os agricultores - sempre disseram que a agricultura familiar e a CNA deviam estar representadas no plenário do CES. Porém, agora, quando na Assembleia da República surgiu a proposta que permitiria isso mesmo, o partido do Governo votou contra». Trata-se, concluem, de uma afronta aos agricultores portugueses e à CNA, que não aceitam e contra a qual estão dispostos a bater-se, a todos os níveis.

la Comum (PAC) e aceites pelo Governo, enquanto prossegue

## Paredes

# Problemas locais em discussão

No dia 27 de Junho, decorreu na Academia de Música de Paredes o debate «Diálogos com o Futuro», promovido pela CDU de Paredes sobre os problemas locais e a política autárquica.

Após uma intervenção inicial de Serafim Brás, do Comité Central e da DORP do PCP, foi lida uma carta do escritor Mendes Moreira justificando a sua ausência.

O primeiro orador da sessão foi o arquitecto Fernando Leal, que abordou a questão do Urbanismo na cidade de Paredes, onde predomina a especulação e

a ausência de disciplina urbanística. Alvo de crítica sua foram as decisões quanto ao núcleo industrial de Paredes, a ampliação do edifício da Câmara e a escadaria de acesso ao Palácio da Justiça.

Por sua vez, Fernando Moreira, engenheiro do GAT do Vale do Sousa, falou do Planeamento Regional e dos instrumentos legais utilizados no ordenamento do território (PNOT, PROT's, PMOT's). O caso particular do Vale do Sousa foi objecto de esclarecimento, na sua articulação com os PDM's de cada município.

Álvaro Pinto, presidente da Cooperativa de Habitação Nova Amizade, de Parada de Todeia, historiou o associativismo no concelho de Paredes e José Orlando, chefe de redacção do Jornal Novas do Vale do Sousa, falou dos acontecimentos relacionados com o concelho na comunicação social.

Na intervenção que proferiu a seguir, José Manuel Oliveira, membro da Assembleia Municipal de Paredes, falou dos órgãos autárquicos e das suas limitações qualitativas, lançando algumas ideias para discussão.

O debate que cada tema sugeriu motivou um largo espaço de consenso quanto a questões ligadas à realidade do urbanismo e planeamento. Já nas questões estruturais o debate foi marcado pela diversidade.

A encerrar os «Diálogos» com o Futuro», interveio Cristiano Ribeiro, candidato da CDU à Câmara Municipal de Paredes, que apresentou linhas de actualização da CDU, nomeadamente de abertura às opiniões, ideias e propostas da sociedade civil e de crítica à prática política dos partidos mais representados nas autarquias do concelho de Paredes.

# Moeda única - Perguntas com resposta

Moeda única é o tema do último número da revista «Portugal e a CE», referente aos meses de Janeiro/Junho.

A revista - da responsabilidade do Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica, no Parlamento Europeu - dedica todo este número à moeda única. Com um objectivo específico - dar um contributo para um esclarecimento sobre «o significado global e as repercussões em Portugal da caminhada para a União Económica e Monetária e para a moeda única».

«Portugal e a CE» aborda esta questão sob formas diversas - de dados cronológicos a elementos concretos do posicionamento do PCP contra a moeda única, quer na Assembleia da República quer no Parlamento Europeu, passando pela denúncia de quem são os amigos do euro.

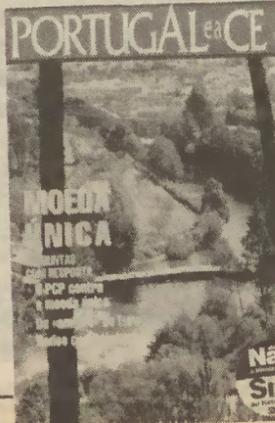
O corpo fundamental da publicação é constituído por um conjunto de «Perguntas com resposta».

Quinze perguntas - com resposta - cuja temática aqui brevemente indicamos: o significado da existência de

taxas de câmbio; a moeda única face às diferenças de produtividade; que reflexos no crescimento económico e emprego; taxas de juro e investimento; salários e pensões; empresas e consumidores; especulação monetária e financeira; que alternativa; direita e grande capital em defesa da moeda única; resultado de outras uniões monetárias; critérios de convergência do Tratado de Maastricht; que conciliação entre Maastricht e o emprego e a coesão económica e social; capacidade de as instituições e órgãos da UE corrigirem efeitos negativos da moeda única; e, por último - «A moeda única vai permitir à Europa opor-se à hegemonia do dólar?».

As respostas a estas candentes questões vêm ilustradas com opiniões múltiplas e quadros particularmente esclarecedores.

Todo um conjunto de trabalhos que visa um esclarecimento urgente. Porque - como é sublinhado em Editorial, a alternativa existe e o que está em causa é «a continuidade e agravamento de toda uma política económica e social e de toda uma política de integração europeia decorrentes do Tratado de Maastricht que têm tido profundas consequências sobre a economia do país, sobre as condições de vida e de trabalho dos portugueses e sobre a soberania de Portugal».



# Espanha unida contra o terrorismo

«Basta já» é o grito que percorre a Espanha desde o passado sábado.

Sob o lema «pela paz, pela unidade e pela liberdade», os espanhóis saíram à rua unidos no protesto comum contra as acções de terrorismo da ETA Militar.

As manifestações, sem precedentes nos 30 anos de actividade da ETA, foram despoletadas pelo assassinio do jovem vereador municipal Miguel Angel Blanco. O vereador do Partido Popular espanhol, de 29 anos, sequestrado na passada quinta-feira, foi encontrado no sábado com dois tiros na nuca, vindo a morrer na madrugada de domingo.

Ao enterro de Miguel Angel, sepultado na segunda-feira na localidade de Ermua (Biscaia), e às manifestações de pesar pela

sua morte, realizadas em praticamente todas as capitais regionais, não faltou ninguém.

Em Madrid, o primeiro-ministro José Maria Aznar e todo o executivo, bem como os ex-Primeiros-Ministros Felipe Gonzalez, Adolfo Suarez e Leopoldo Calvo Sotelo, juntaram-se aos Secretários-gerais de todos os principais partidos, presidentes de Governos regionais e membros dos respectivos executivos, aos líderes sindicais e empresariais, numa rara imagem de pluralismo.

Idênticas acções de protesto e repúdio tiveram lugar em Barcelona, Oviedo, Bilbao, San Sebastian, Pamplona, Burgos, Salamanca, e na generalidade das principais cidades do país vizinho, numa verdadeira explosão popular que uniu toda a sociedade espanhola.

Como afirmou segunda-feira o Rei Juan Carlos de Espanha, «a consciência dos espanhóis saiu à rua» em todo o país e deu um «exemplo incomensurável, inigualável, de civismo e unidade».

Em declarações à TVE, o monarca disse que «a morte de Miguel Angel não foi em vão» e servirá para «continuar a lutar nesta luta inacabada pela democracia, as liberdades e os Direitos Humanos».

Entretanto, registaram-se graves incidentes na noite de segunda-feira junto às sedes da coligação independentista basca Herri Batasuna (HB, braço político da ETA) nas cidades de Bilbao, Vitória e San Sebastian.

Os confrontos mais sérios tiveram lugar em Bilbao, onde as forças da ordem tiveram de intervir para evitar o linchamento de dois jovens militantes separatistas frente à sede do HB, tomada de assalto por centenas de manifestantes, segundo a imprensa estrangeira no local, citada pela Lusa. Antes, vários simpatizantes do HB tiveram de fugir sob escolta policial após terem tentado abrir uma faixa de apoio à ETA em plena manifestação pacifista.

No mesmo dia, os principais partidos espanhóis uniram-se numa ruptura «total e definitiva» com a coligação «Herri Batasuna».

Uma tamanha unidade é sem dúvida impressionante. No entanto, emoções à parte, e dado como adquirido que a luta do povo basco pelos seus direitos não pode servir de pretexto a qualquer espécie de terrorismo, cabe reflectir se é na consolidação da democracia que a direita espanhola está a pensar quando junta a sua voz ao grito popular de «Basta já». Sem falsas ingenuidades, é bom não esquecer que a acção da chamada extrema-esquerda sempre serviu para reforçar a extrema-direita. Não se vê por que motivo em Espanha há-de ser diferente.

## Carlos Carvalhas em Roma

A convite do Partido da Refundação Comunista, de Itália, Carlos Carvalhas participou na passada sexta-feira numa iniciativa política integrada na festa nacional do jornal comunista «Liberazione», a decorrer em Roma até domingo.

Para além da intervenção no debate, de que publicamos excertos em separado, o Secretário-geral do PCP concedeu um entrevista ao «Liberazione» em que se pronuncia sobre a política seguida pelo Governo de António Guterres, as lutas de massas

em desenvolvimento no país e as perspectivas que se abrem à acção das forças de esquerda e progressistas da Europa.

Após caracterizar a situação que se vive em Portugal, sublinhando que o pretense «milagre português» não passa de uma «imagem virtual», já que a realidade é o aumento da precarização do emprego, os salários e as pensões sociais mais baixos da Europa, e as mais elevadas taxas de pobreza e analfabetismo, Carvalhas classificou a posição do PCP face ao Governo como de «oposição de

esquerda». Oposição de esquerda porque «o Partido Socialista aplica a política do anterior governo de direita em muitos dos seus aspectos essenciais», mas não uma «oposição sistemática», como se comprova pelo facto de 34 das 57 propostas de lei do Governo terem sido aprovadas com o apoio dos comunistas.

Como se refere na entrevista, «o diálogo com o Governo é bom, o problema é de ordem política», sobretudo no respeitante à política neoliberal seguida para atingir os critérios de Maastricht, ou seja, «contenção dos

custos salariais, redução dos salários reais, redução das prestações sociais, tentativa de reforma da previdência social, privatizações, comercialização da saúde e da educação», entre outros aspectos.

Quanto às possibilidades de desenvolver a iniciativa da esquerda a nível europeu, o Secretário-geral do PCP sublinhou a importância de coordenar as lutas que se desenvolvem em cada país em defesa das conquistas sociais, contras as orientações de Maastricht, por uma outra concepção da construção europeia.

## Que política para uma esquerda "antagonista" na Europa?

*Excertos da intervenção do Secretário-geral do PCP*

(...) As forças de esquerda não podem deixar de protestar e lutar contra os défices democráticos na construção da União Europeia e contra as propostas e processos de revisão de Leis (eleitorais, greve, manifestação...) que representam limitação de direitos e empobrecimento da vida democrática que se verificam em muitos países.

Na União Europeia os burocratas de Bruxelas tomam medidas que dizem respeito ao quotidiano de todos os povos e que passam sem debate e sem um mínimo de controlo democrático.

(...) Veja-se o caso recente do Pacto de Estabilidade que representará para o futuro mais austeridade e mais desemprego e que, por exemplo em Portugal, passou de forma discreta, com apenas um debate na Assembleia da República e no meio de outras questões da Cimeira Europeia.

Exemplo claro de autoritarismo é a construção da UEM assente num futuro Banco central europeu feito à

medida do Bundesbank, e que decidirá sem controlo e em que o peso da Alemanha será determinante.

(...) No plano da democracia económica o que vemos é a concentração da riqueza, o primado da convergência nominal (financeiro) e a protecção às actividades puramente financeiras e especulativas em desfavor das actividades produtivas. O princípio da «coesão económica e social» e a aproximação dos níveis de desenvolvimento não têm tradução concreta.

(...) A luta pela convergência real das economias, por uma verdadeira e efectiva cooperação, pelo aumento do Orçamento comunitário, pela taxaçaõ dos movimentos de capitais especulativos, pela defesa e valorização da produção dos países comunitários são algumas das direcções, mesmo que limitadas que podem ser objecto de convergência das forças de esquerda.

(...) A luta pelo emprego com direitos, pela redução do tempo de trabalho sem perda de direitos, pela

melhoria da repartição do Rendimento nacional, das prestações sociais e das funções sociais do Estado (ensino, saúde, habitação social...) e a luta pelos direitos, são objectivos que podem congrega a acção e a intervenção das forças de esquerda na União Europeia e em cada um dos respectivos países.

A Cimeira de Amesterdão não aprovou nenhuma medida concreta para combater o desemprego, mas o facto de ter introduzido um capítulo sobre o emprego facilita a abertura de mais um campo de intervenção e de luta para que o mesmo tenha conteúdo concreto.

(...) Qual o papel da luta de massas? Pela nossa parte continuamos a pensar que a luta de massas é fundamental, a nível nacional e internacional.

O protesto popular e as lutas na Europa já obrigaram a Cimeira de Amesterdão a debaterem a UEM, questão que sempre afirmaram estar fora de agenda, mesmo que formal-

mente, assim como as questões sociais. Elas têm sido fundamentais para travar a ofensiva e pôr em causa as políticas neoliberais e também para obter novas conquistas sociais.

(...) As questões de segurança são quase sempre apresentadas na sua dimensão militar e não na sua verdadeira dimensão: social, desenvolvimento, cooperação.

A NATO e as forças de Intervenção rápida são apresentadas como forças necessárias para assegurar a paz e para desenvolver acções humanitárias e não para perpetuar a ordem económica e social mundial, o capitalismo e a dominação.

(...) Vivem num mundo em que se verifica um importante desenvolvimento das forças produtivas, em que as conquistas da ciência e da técnica permitiriam melhorar significativamente a vida das populações. Mas o capitalismo e a sua variante neoliberal continua a condenar milhões e milhões de cidadãos à exclusão social e à miséria.

## Distribuição de alimentos ao Iraque

A ONU e o Iraque aprovaram um plano de distribuição de alimentos à população iraquiana, no âmbito do acordo «petróleo por alimentos», por um segundo semestre, anunciaram as Nações Unidas no início da semana. «Concluímos com êxito as discussões sobre o novo plano global de distribuição» dos alimentos, declarou o coordenador geral para os assuntos humanitários da ONU no Iraque, Staffan de Mistura.

«O texto terá ainda que ser finalizado e pensamos que será necessária ainda uma semana para que o governo do Iraque submeta o plano ao secretário-geral da ONU», acrescentou. As vendas de petróleo iraquiano, suspensas desde Junho, estão a criar sérios problemas no país.

## Turcos e gregos discutem Chipre

Os dirigentes cipriotas gregos e turcos vão voltar a encontrar-se antes da segunda ronda de negociações formais, em Agosto, para discutir questões humanitárias, informou o negociador da ONU para o Chipre, Diego Cordovez, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Equador.

«A atmosfera é de tal forma boa que decidiram os dois encontrar-se em Nicósia», antes da segunda ronda de negociações formais que será na Suíça, disse Cordovez. Os dois dirigentes deverão encontrar-se a 11 de Agosto na Suíça para prosseguir as negociações formais iniciadas em Trobeck, nos arredores de Nova Iorque.

## Coreia do Norte recebe ajuda

O departamento de Estado norte-americano anunciou a atribuição de uma ajuda alimentar de urgência de 27 milhões de dólares à Coreia do Norte, no âmbito do Programa Alimentar Mundial (PAM).

Os Estados Unidos «decidiram desbloquear 100.000 toneladas de cereais, num montante avaliado em 27 milhões de dólares», a favor da Coreia do Norte, após o novo apelo do PAM, em 9 de Julho, declarou o porta-voz do departamento de Estado, Nicholas Burns. A ajuda alimentar norte-americana a Pyongyang, que se eleva a 60,4 milhões de dólares, tem sido usada como forma de pressão sobre as autoridades norte-coreanas para as forçar a negociar com a Coreia do Sul.

## PRI mexicano perde maioria

O Partido Revolucionário Institucional (PRI, no poder) perdeu a maioria absoluta na Câmara de Deputados do Congresso do México, ao obter 239 dos 500 assentos do órgão, mas manteve-a no Senado, segundo os resultados finais oficiais das eleições de 6 de Julho divulgados na segunda-feira pelo Instituto Federal Eleitoral mexicano.

# Discurso de Carlos Carvalhas na interpelação

## 'País precisa de uma

Decorridos perto de dois anos desde que o Governo tomou posse e quando se aproxima o meio da Legislatura, há duas conclusões inegáveis a tirar: primeira, o PS violou ou deixou sem cumprimento muitas das promessas eleitorais que fez há dois anos durante a campanha para as legislativas, incluindo promessas constantes dos Estados Gerais e do Programa Eleitoral; segundo, o Governo afastou-se decididamente de uma política de esquerda e realizou no essencial, no que é mais estruturante, uma política de continuidade das políticas de direita dos governos/PSD de Cavaco Silva. Bastariam estas duas graves constatações para que uma interpelação ao Governo como a que o PCP faz fosse absolutamente necessária e oportuna. Acresce entretanto um outro facto: **por responsabilidade do PS e da sua fúria revisora, o Governo encontra-se «dispensado» da obrigação de prestar contas neste momento ao País sobre o Estado da Nação, no debate que, desde que foi criado no Regimento desta Assembleia, sempre se realizou neste mês de Julho. Por isso, esta interpelação é a oportunidade para o Governo ser confrontado com o Estado da Nação, e com as críticas e acusações que a sua política suscita.** Esta não é uma interpelação sobre políticas sectoriais, não porque não haja graves responsabilidades do Governo no estado de muitas dessas políticas, mas porque a questão que hoje se coloca é da situação a que está a ser conduzido o País como resultado das opções fundamentais da política do Governo. **Só o Senhor Primeiro-Ministro e a sua equipa de propaganda é que podem não se ter dado conta do profundo desânimo e desencanto que grassa no País, nomeadamente em muitos milhares de cidadãos que votaram PS.** Quanto mais o Ministro Jorge Coelho proclama êxitos do Governo como quem vende banha-da-cobra, mais os portugueses se interrogam por que razão não lhes cabe nem uma migalha de tais autoproclamados êxitos e pelo contrário, o que sobra para o povo é uma pesada factura. Só o Senhor Primeiro-Ministro é que pode fazer de conta que ignora que nas questões essenciais o País enfraquece e desvitaliza o seu aparelho produtivo e está sem solução para os graves problemas que enfrenta. Não há propaganda que consiga disfarçar as dificuldades sociais de milhares de famílias, a crise que afecta importantes empresas e sectores produtivos e a debilidade em geral da economia portuguesa. Por alguma razão os Ministros que averbam os fracassos governativos mais espectaculares são precisamente os Ministros ligados à actividade produtiva, os Ministros da Economia e da Agricultura, e a Ministra do Emprego. Ao longo destes quase dois anos de Governo do PS, acentuou-se o processo de desindustrialização, e notícias recentes, como as que ainda esta semana surgiram sobre o sector metalomecânico mostram que esse processo tende a agravar-se mais ainda; quanto à agricultura e às pescas, prosseguiu o irresponsável processo do seu desmantelamento, deixando o País cada vez mais à mercê das importações alimentares; o comércio, ao mesmo tempo que é cada vez mais dominado pelas cadeias internacionais e pelas grandes superfícies, sofre duramente a falta de dinâmica do consumo privado, como resultado do escasso poder de compra e da falta de confiança dos consumidores no futuro; quanto ao desemprego, não só se consolida como um elemento estrutural da sociedade continuando sem qualquer perspectiva de solução, como se agrava o desemprego de longa duração, conduzindo milhares de cidadãos em idade activa ao drama da exclusão e da pobreza; quanto à qualidade do emprego, continua o processo da sua degradação, em tais termos que hoje nenhum jovem espera ter emprego estável, condenado como está ao recibo verde, ao contrato meio clandestino ou ao biscoite de ocasião.

**Dir-se-á que este é um resultado inevitável de um Governo PS que abandonou voluntariamente todas as referências de esquerda e socialistas e que não se quis mais do que um «gestor do capitalismo».** Só que, pior do que um «gestor do capitalismo», o Governo assumiu-se como um servidor cego e obediente das orientações neoliberais e monetaristas impostas pelo mais alto poder político, económico e financeiro europeu e mundial. Mais do que «gestor do capitalismo» o Governo PS adoptou como políticas alguns dos aspectos mais injustos e desumanos do capitalismo selvagem. E é desta orientação fundamental que resultam alguns dos traços mais significativos das políticas governamentais, que aqui registamos em sete notas acusatórias.

**Primeiro:** acusamos o Governo de ter abandonado uma séria perspectiva social da política em benefício do poder das forças do mercado. É o que resulta, por exemplo, das ameaças lançadas sobre o sistema de Segurança Social. É o que resulta do sistemático desar-

mamento do Estado para o exercício das suas funções sociais, como se o Estado fosse alheio aos valores da justiça, solidariedade e segurança que são património da sociedade e conquistas alcançadas ao longo de anos e anos de lutas sociais que marcaram profundamente o pensamento da esquerda. Não se trata de atender às situações-limite de pobreza e exclusão, trata-se da protecção e garantia dos direitos sociais fundamentais a toda a população, incluindo, entre outros, os direitos à educação, saúde, segurança social e habitação. Trata-se da situação dos trabalhadores, das profundas carências dos idosos e reformados, dos direitos da juventude, das mulheres, dos deficientes. **Uma real perspectiva social põe estes princípios e os direitos destas camadas acima das exigências neoliberais e monetaristas. É isso que também distingue a esquerda.**

**Em segundo lugar,** e em consequência, acusamos o Governo de ter posto à frente dos interesses das pessoas, as pressões dos lobbies dos grupos económicos e as exigências cegas dos mercados financeiros. **Não há matéria em que o Governo tenha falhado tão rotundamente como na promessa de que iria governar para as pessoas. O alto desígnio, hoje mais que uma vez confessado pelo Governo, não são as pessoas, são os critérios de Maastricht.** Em vez de pessoas, o Governo fala de competitividade, eufemismo para o lucro dos grandes, a que o Governo quer sacrificar tudo, incluindo as pessoas, o seu emprego, a sua subsistência e a das famílias.

**Em terceiro lugar,** acusamos o Governo de sacrificar os interesses nacionais, em benefício da construção de uma Europa federal e para ganho de grandes empresas estrangeiras que cada vez mais dominam a economia portuguesa. Muito para além das consequências objectivas do processo de internacionalização, o Governo capitula perante todas as exigências dos países mais poderosos, permitindo que sectores fundamentais da nossa economia, incluindo os têxteis, metalomecânica pesada, conservas, agro-alimentar, pescas, agricultura, construção naval, etc., sejam desmantelados ou levados a situações de concorrência desleal que os condena à falência e, a prazo, ao desaparecimento.

**Em quarto lugar,** acusamos o Governo de deixar os problemas fundamentais sem solução, governando mais para a autopropaganda do que para o País. Políticas como da Educação, da droga, da saúde, etc., são bem demonstrativas.

Na educação o Governo elege as propinas como paixão e preferir mercantilizar o sistema educativo, ignorar os numeros clausus e as exigências e as necessidades do desenvolvimento nacional.

Quanto à toxicodependência passado o «Dia D» verifica-se que as filas de espera nos Centros de Atendimento (CAT's) para consulta chegam aos 6 meses, continuando o Governo a não apostar numa rede pública de «comunidades terapêuticas». E a reinserção socio-laboral é pouco mais que inexistente.

Também nestes domínios a esquerda se afirma pelo combate ao elitismo, ao negociismo e por assumir as funções sociais do Estado dando a máxima eficácia aos dinheiros públicos.

**Em quinto lugar,** acusamos o Governo de desbaratar o património público, num autêntico regabofe de privatizações e concessões de serviços públicos que torna o País num despudorado casino onde só ganham os grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros. Com a desculpa implícita de Maastricht e com a desculpa da necessidade de diminuir o peso da dívida e o défice público, foram postas à venda empresas estratégicas, que constituem um alto valor patrimonial construído ao longo de gerações. **Para forças de esquerda que tenham o sentido da importância de um sector público estratégico e que saibam representar os sacrifícios de gerações que permitiram a sua constituição, o que o Governo tem feito constitui um crime contra a colectividade, só com semelhança na despudorada venda de bens nacionais feita no século passado e que esteve na origem das grandes fortunas fundiárias da nova burguesia.** Vender como o Governo tem feito, empresas como a EDP, a Telecom, a Tabaqueira... é ter perdido o sentido do interesse nacional. Mas a sanha privatizadora do Governo não tem limites. Quer privatizar tudo: estradas, aeroportos, água e lixos, indústria militar, vai tudo raso! Como comentava um ilustre autarca socialista (Mário de Almeida, «Semanário», de 21.06.97), «o Governo não pode ter uma lógica social na Europa e ultraliberal aqui...».

**Em sexto lugar,** acusamos o Governo de defraudar os interesses e direitos dos trabalhadores, como designadamente fez com a promessa não cumprida das 40 horas, com a aprovação da lei da flexibilidade e polivalência, com a rejeição da reposição da idade da reforma das mulheres aos 62 anos ou com as ameaças do aumento da idade da reforma. **E para que ninguém fique com dúvidas acerca do significado desta acusação, aqui reafirmamos que não há política de esquerda que não tenha a defesa do mundo do trabalho como critério e objectivo essencial. Uma política de esquerda tem os interesses e direitos dos trabalhadores no lugar de honra, e não os critérios de Maastricht como faz o Governo.**

**Em sétimo lugar,** acusamos o Governo de ter ocupado sistematicamente o aparelho de Estado com «tachos para a rapaziada», os famosos boys que o senhor Primeiro-Ministro esconjurou mas a quem depois abriu a porta completamente. Aliás, quanto à proclamada tese de que o que distingue os governos do Partido Socialista Europeu, incluindo o PS, dos Governos do Partido Popular Europeu, incluindo o PSD, é a «forma de governar», é o «estilo»(!), pelos vistos a diferença não é assim tão grande. Quem fala da arrogância dos Governos PSD pode encontrá-la no comportamento por exemplo do Ministro Sousa Franco, que vai ficar conhecido pelo ministro dos avales e Pilatos como o foi com o IVA em relação ao seu Secretário de Estado ou com o Ministro da Economia em relação aos negócios do Autódromo e da Torralta. Está a passar a fronteira do autismo. Quem fala das tiradas demagógicas género «deixem-nos trabalhar», pode encontrá-la na crise ficção das finanças locais e na pífia ida à televisão do Primeiro-Ministro. Quem fala do «Estado laranja» e dos tachos do PSD, encontra os jobs do PS e a vergonhosa utilização do aparelho de Estado para interesses partidários e eleitoralistas. Quem fala de privilegiar o betão, há-de achar que o Ministro Cravinho e as suas privadazinhas não desmerecem. Falará o Primeiro-Ministro nas gravuras de Foz-Coa e das pegadas da Pedreira de Rio Maior. **Conceda-se: em matéria de paleolítico e de dinossauros este Governo tem um estilo diferente do anterior. Só é pena não ser possível dizer o mesmo em matéria de pessoas!**

Fazemos estas sete acusações com a exacta consciência do que é que elas significam. Desde que o Governo se formou e apresentou o seu programa e as linhas fundamentais das suas orientações políticas, que afirmámos que o PCP era oposição e oposição de esquerda. Denunciámos o facto de o Governo com o seu Programa estar a defraudar a vontade de mudança que o eleitorado português tinha manifestado no dia das eleições, 1 de Outubro de 95.

Decorridos estes quase dois anos, as sete acusações que formulamos são a prova de que a prática política do Governo traiu os portugueses e a sua vontade de mudança.

A lista das promessas não cumpridas é enorme: Onde está a luta contra a injustiça social? Lembram-se quando o Eng. Guterres dizia que Portugal não se podia desenvolver à custa dos baixos salários?

Onde está a maior e melhor segurança dos cidadãos e o reforço e plena concretização dos direitos dos agentes das forças policiais?

Onde está a prometida política integrada de juventude? Onde está a política progressista em relação à mulher (idade da reforma, Interrupção Voluntária da Gravidez, Uniões de facto, «quotas»...)

Que é feito do reforço estrutural da economia portuguesa, onde param as políticas económicas orientadas para um desenvolvimento sustentável, regionalmente equilibrado, socialmente justo e criador de emprego?

**Mas a principal e fundamental promessa incumprida foi a de abandonar a política da direita.** Pelo contrário: o Governo PS optou decididamente pelas políticas de direita, de continuidade das políticas dos Governos do PSD, e ao longo deste tempo, sempre procurou para as questões essenciais o apoio da direita. Foi assim com a política económica e financeira, com os Orçamentos do Estado, com as leis laborais, com a política europeia, com a revisão constitucional, e mesmo na regionalização, no que toca a calendários e métodos, é a direita que o PS procura ficando inclusivamente nas suas mãos.

Ora com o PSD e PP, ora com o PSD, ora com o PP quando o PSD por manobra se entende distanciar, o Governo PS fez da direita o seu rumo, a sua muleta e o seu cúmplice. Por isso não espanta que Ferraz da Costa afirme mesmo que o Eng. Guterres é mais liberal do que Cavaco Silva!

Aliás, esta interpelação ocorre precisamente quando o entendimento essencial com o PSD é mais vasto e mais profundo. PS e PSD estiveram há dias juntos no apoio às decisões do Conselho Europeu de Amsterdão, incluindo a decisão de deixar intoxicado o objectivo da

CDU

# AUTÁRQUICAS 97



## Algarve precisa da CDU reforçada

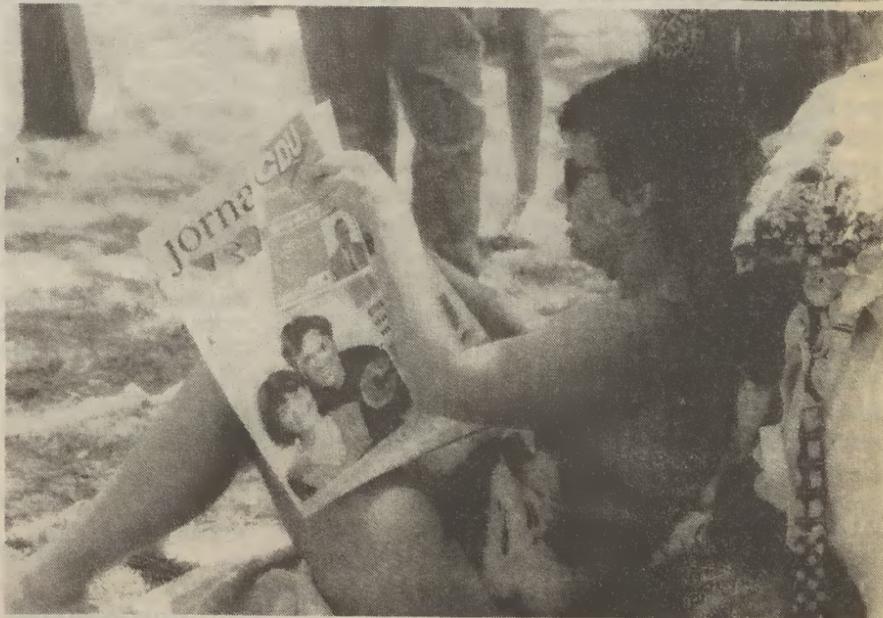
**E**m vésperas da realização de eleições autárquicas e com os mandatos a chegarem ao fim, é justo destacar que, nos três concelhos em que os algarvios entenderam dar a maioria à CDU, os eleitos honraram os seus compromissos. E fizeram-nos com grande firmeza e tenacidade. Nos casos de Vila Real de Santo António e Silves, até com o sacrifício de terem de superar situações muito desfavoráveis, deixadas de herança pela actuação anterior dos eleitos do PS. Se fosse possível mergulhar na gestão das próprias autarquias deste partido, que não se queixam contra elas próprias, não seria surpreendente se vissemos que os presidentes do PS e do PSD, com honrosas excepções, tinham deixado pesadas heranças a si próprios ou a camaradas ou companheiros de partido que lhes sucederam.

No Algarve, o PS, que tem sido largamente maioritário no número de municípios onde detém a presidência, não tem sabido coordenar, em favor da região, o enorme potencial que representam as suas autarquias, para criar uma voz forte que fale ao nível de outras regiões do País com o Governo, nem encontrar os mecanismos que proporcionem a coordenação das políticas necessárias ao

desenvolvimento de uma região que entrega milhões de contos no Orçamento do Estado, por via da actividade turística. Nem a sua voz se tem ouvido com firmeza contra a destruição do aparelho produtivo. A Assembleia Distrital tem sido alvo de um desprezo confrangedor, a ponto do seu presidente, eleito do PS, fazer apelos patéticos a que reúnam «em desespero de causa», devido às múltiplas faltas de quorum.

O PS tem-se deixado mais enredar nas malhas das armadilhas estendidas pelo PSD, entretido com o negócio político em torno de acordos que lhe dêem poder que não exerce com acuidade.

A regionalização prometida e desejada em especial pelos algarvios, onde a questão é pacífica, está longe de ser um dado concreto na actividade política. Nem a desconcentração do poder em múltiplas direcções regionais parece ser suficiente, uma vez que obedece à estrutura vertical dos ministérios e aos seus interesses, impedindo qualquer coordenação política à escala da região. Estão de costas. Nestas circunstâncias, o reforço da CDU apresenta-se como uma necessidade para o Algarve e acumulam-se indícios de que pode estar à vista um bom resultado.





O caminho municipal 1248 do Sítio do Buraco a Manta Rota, agora recuperado, foi uma das vias destruídas pelas intempéries. Em Vila Real de S. António, a câmara melhorou e criou novas zonas pedonais, dinamizando assim a actividade comercial



## Vila Real de Santo António à beira de uma refundação estratégica

**A** actividade da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, de maioria CDU e presidida pelo independente eng. António José Martins, intensificou-se de forma decisiva, vencidos os bloqueios, as dificuldades financeiras herdadas da administração PS, recuperado o equipamento e concluídas obras mal programadas que este partido deixou pelo meio.

Neste momento, quase todas as obras municipais lançadas encontram-se a ritmos de execução normal, incluindo as obras de iniciativa da Administração Central que contam com apoio da autarquia.

Com este quadro, pode afirmar-se, sem demagogia, que a CDU realizou, já em três anos e meio, um trabalho notável. Há a salientar o clima democrático e de abertura total que se vive em Vila Real de Santo António, e o empenhamento e participação dos trabalhadores da autarquia que têm visto os seus direitos respeitados e a sua carreira profissional defendida. Neste momento, a preocupação principal da autarquia passa pela necessidade da garantia total dos fluxos financeiros, incluindo a gestão dos fundos comunitários, para boa e normal execução das obras em curso.

No que respeita ao ordenamento do território, a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António está a aprofundar as opções do Plano Director Municipal e já entregou na Comissão de Coordenação da Região do Algarve, para nomeação das respectivas Comissões de Acompanhamento, sete protocolos correspondentes ao mesmo número de planos de pormenor. Ao abrigo destes planos, importantes áreas do concelho vão ser alvo de intervenção municipal e de investimentos da iniciativa privada, de forma ordenada e harmoniosa, possibilitando o desenvolvimento da construção civil, do comércio e do turismo, incluindo um campo

de golfe e estrutura hoteleira de apoio, investimento da ordem dos 10 milhões de contos, na freguesia de Vila Nova de Cacela e unidades hoteleiras em Monte Gordo.

### Urbanizações novas

Foram aprovadas, entretanto, três novas urbanizações de vulto em Vila Real de Santo António e Vila Nova de Cacela.

Finalmente foi dado início à construção do Palácio da Justiça de Vila Real de Santo António obra que tem sido uma justa reivindicação da população do concelho e para a qual a autarquia em muito contribuiu.

A Câmara Municipal deu parecer positivo às dragagens na Barra do Guadiana pela Junta Autónoma dos Portos do Sotavento do Algarve, obra indispensável para a reactivação do porto comercial e aproveitamento da Doca de Recreio, em fase de conclusão na marginal do Guadiana. Logo que sejam recolhidos

pela JAPSA os pareceres de todas as entidades, será aberto o concurso respectivo. Prevê-se que a barra e o canal de navegação fiquem abertos até à doca de pesca, com fundos de -5zh, o que significa que, em qualquer época do ano, mesmo com a maré vazia, a barra terá sempre uma profundidade superior a 5 metros. A Câmara Municipal

habitação social, destinados ao realojamento dos moradores do ex-Bairro CAR, a reparação dos Blocos de Habitação Social de Monte Gordo e continua a proceder-se ao arranjo de todos os bairros municipais. Encontra-se em preparação o concurso para a construção de 20 fogos de habitação social junto ao Bairro dos Ideais.

com o fornecimento de livros e material escolar, bem como refeições. Decorre com normalidade a realização de estágios profissionais de alunos da Universidade do Algarve e da Escola Secundária em diversos sectores dos serviços municipais, sendo aqui de realçar o bom acolhimento que tem sido

Misericórdia no projecto domiciliário de apoio aos municípios acamados do concelho e com a Fundação Irene Rolo, em Tavira, no transporte diário de cerca de 20 crianças diminuídas, utentes da instituição. Tendo em vista o combate ao flagelo da droga, decorre com normalidade o apoio a toxicodependentes, em colaboração com a autoridade concelhia de Saúde.

Está em execução o plano de animação turística do concelho que terá incidência principal nos meses de Junho a Setembro e foram definidos os apoios à Promoção Turística, em parceria com as empresas do concelho. As praias do concelho ostentam a Bandeira Azul, símbolo da sua qualidade.

A autarquia está a promover, em colaboração com a Marinha Grande, Fundão e Montemor-o-Novo, um festival em defesa dos valores da língua portuguesa e das formas de expressão artística da lusofonia, o Festival das 4 cidades, que termina no fim de Julho. Neste intercâmbio nacional decorre o projecto escolar «A Descoberta das Cidades Irmãs», onde participam escolas do Ensino Básico.

Em suma, o grande objectivo estratégico da CDU é transformar Vila Real de Santo António num concelho dinâmico, moderno e cooperante e, como se verifica, estão já sobre o terreno, neste preciso momento e após intensa preparação, numa conjugação feliz e nunca vista no município, entre a Câmara Municipal e a Administração Central, obras importantíssimas preparadas na vigência de dois governos de maioria diferente, que podem, se acompanhadas pela mobilização dos recursos empresariais e pelo empenhamento da população, transformar estruturalmente e para melhor o concelho de Vila Real de Santo António.

### Plano cultural

Está em curso o Plano Cultural Concelhio, com apoios diversos às associações e a preparação das diversas actividades da autarquia, nomeadamente festejos tradicionais e outros, edições e publicações e a aquisição de equipamentos e de bens culturais. Este plano integra, ainda, cursos socioeducativos, com mais de 300 alunos, nas práticas de renda de bilros, tapetes de arraiolos, trapologia, bordados da madeira, tapeçaria e pintura. É normal a colaboração com o Centro de Saúde, a Administração Regional de Saúde e a Santa Casa da



Em cima: as obras na marginal onde vão surgir parques de estacionamento, campos de ténis e um ringue de patinagem. Em baixo: a nova zona industrial, prometida por todos mas construída pela CDU, permitirá a realocação de pequenas indústrias com melhores condições de trabalho

observou à JAPSA que seria conveniente que a dragagem fosse efectuada de forma permanente e não apenas por períodos curtos de tempo.

### Habitação social

A autarquia adjudicou a construção de 48 fogos de

Foram atribuídos subsídios a todas as escolas e jardins de infância do concelho, para a execução dos respectivos projectos pedagógicos, a que se soma o apoio logístico e a utilização dos transportes proporcionados pela autarquia. Dezenas de alunos carenciados têm tido apoio

proporcionado a estes jovens pelos trabalhadores da autarquia.



**A** vitória da CDU na autarquia de Silves trouxe a este concelho uma dinâmica que se perdura nos últimos anos. Os grandes problemas estruturais foram fortemente atacados e em vários sentidos procuram-se novas soluções, para promover o desenvolvimento do concelho. No final deste mandato, prova-se o sabor do optimismo, que nasce de uma só realidade: «a obra feita».

Ao longo do mandato da CDU, a preocupação fundamental da autarquia de Silves foi a de tentar resolver os problemas de ordem básica, pelo que se privilegiou o investimento na rede viária do concelho e nas redes de água e saneamento básico. Nestes sectores as mudanças são visíveis. Em termos de caminhos rurais contam-se pelas centenas os quilómetros que foram alcatroados ou sujeitos a melhoramentos diversos. Nas freguesias, foram investidos centenas de milhares de contos, na colocação de tapetes nas ruas principais, ou em locais onde ainda existiam ruas de terra batida. Os exemplos sucedem-se: Silves, Messines, Armação de Pêra, Pêra, Tunes, Alcantarilha, S. Marcos da Serra viram significativamente melhoradas as condições de circulação e acessos. Foram

importante, em especial o sector da citricultura.

### Novos equipamentos escolares

Outros investimentos avultados têm sido realizados na área da educação. No final deste mandato o saldo é representativo: três novas pré-primárias, construídas pela autarquia; uma nova cantina, com capacidade para centenas de alunos, duas novas escolas EB 2.3., construídas com o apoio essencial da Câmara Municipal. No campo da cultura e do património também há motivos para orgulho. Em toda a cidade de Silves, cidade que se configura cada vez mais como essencial nos percursos turísticos, é visível o esforço que tem sido feito

João de Deus, estando a decorrer os trabalhos de musealização de uma parte desse espaço, e a instalação de uma biblioteca, no restante. Ainda em Silves, estão dados os primeiros passos para a criação do Centro de Estudos Luso-Árabes, cuja sede será nas instalações do antigo matadouro municipal. Não menos importante tem sido o esforço da autarquia no desenvolvimento da zona serrana do concelho, bastante extensa. Após a

acolher os frequentadores. Do ponto de vista social, a acção da autarquia tem-se revelado extremamente importante, pois tem possibilitado combater a desertificação humana que se faz sentir nestas zonas. Paralelamente a este trabalho, a autarquia tem investido dezenas de milhares de contos, nos últimos dois anos, na defesa e protecção da serra contra os incêndios, criando condições às pessoas que na serra exercem as suas actividades.

neste caso, no sector dos caminhos rurais e da educação básica do 1º ciclo. Uma outra constante deste mandato tem sido o aproveitamento integral dos fundos comunitários. Ao contrário do que sucedeu em anos anteriores, a autarquia não desperdiçou nenhuma oportunidade de se candidatar a programas de financiamento nacionais ou comunitários e através desse esforço tem alcançado resultados verdadeiramente positivos. Como nota «negra» deste

positivo a favor da autarquia. O concelho apresenta agora um dinamismo que há décadas não era visto e, em consequência disso, têm subido em flecha os investimentos autárquicos e privados, existindo numerosos projectos «em carteira», que aproveitarão o facto de ser este um concelho, quase virgem do ponto de vista turístico, não falando de Armação de Pêra, mas com imensas potencialidades nas áreas do turismo cultural, do património ou ambiental. Ou seja, o chamado turismo alternativo, que é cada vez mais procurado. Pela conjugação de todos estes factores, é com optimismo que Silves encara o seu futuro, crente que parte da batalha do desenvolvimento já está ganha. Para o presidente José Viola, o concelho tem condições para se impor como destino turístico durante 12 meses do ano. É este caminho que se propõe traçar. Em termos imediatos, as eleições que se aproximam também não o preocupam demasiado. Em todo o concelho, tem sido visível a promoção do candidato do Partido



É com optimismo que Silves encara o seu futuro



A Casa-Museu João de Deus é uma das obras do executivo presidido por José Viola (na foto à direita). Em baixo, a sessão de apresentação de candidatos em Silves



também construídas algumas novas estradas, que ligam o município aos concelhos vizinhos. Neste momento, já se iniciaram em Silves aquelas que podem ser consideradas as «Obras da Década», que dizem respeito à Remodelação da Avenida Marginal, que corre junto ao rio Arade e está para breve o início do Arranjo Urbanístico do Largo das Finanças, junto à entrada da cidade. Dois investimentos que, juntos, representam quase um milhão de contos, uma verba extremamente significativa para um concelho de poucos recursos financeiros, onde a agricultura, ainda desempenha um papel



na preservação e valorização do rico património existente, ligado sobretudo à herança árabe. Na freguesia de Messines, procedeu-se ao restauro e recuperação da casa onde viveu o poeta

criação da Zona de Caça Turística, têm sido dados passos no sentido de desenvolver o Centro Cinegético ali existente, bem como as infra-estruturas destinadas a

### Gestão eficaz

Mas nem só nas acções concretas, a actuação da autarquia tem sido diferente. Quem analisar a situação que se vivia neste concelho, no anterior mandato, com gestão do PS, apercebe-se rapidamente de diferenças fundamentais. Uma diz respeito às verbas que a Câmara Municipal distribuiu às Juntas de Freguesia. Durante este mandato, recuperou-se uma prática da CDU, em mandatos anteriores, e estabeleceu-se uma verba adicional que é distribuída pelas Juntas de Freguesia, o que lhes permite mais facilmente fazer face às necessidades das populações,

mandato, tem sido salientada a candidatura para o Desassoreamento do Rio Arade, que compreende a revitalização da sua margem direita, com a criação de várias estruturas de lazer, e a criação de condições de navegabilidade, independentemente da maré. Mas esta candidatura, apresentada há mais de um ano ao Ministério do Ambiente, ainda não obteve qualquer resposta, não obstante os esforços dos autarcas.

### Investimentos sobem

Apesar deste caso, o saldo geral é francamente

Socialista, feita à custa do aparelho do Estado e à boleia da visibilidade de governantes socialistas. Mas o presidente José Viola continua, como tem afirmado, tranquilo, porque a obra, essa não a leva o vento... todos a podem ver.



**CDU é obra!**

# Aljezur

## A caminho do terceiro mandato

A beleza de Aljezur é a primeira coisa que salta à vista de quem percorre estas paragens, onde o vento sopra agreste, sem aquela doçura de brisa que faz parte do cartaz turístico algarvio. Junto à serra, frente ao mar imenso, nas dunas quentes, estamos perante um dos últimos recantos do Algarve. Exactamente por isso, e ao contrário do que se poderia pensar, o concelho é confrontado com diversos problemas, que resultam de uma política governamental segundo a qual «desenvolvimento» parece incompatível com «defesa da natureza». Tentar compatibilizar os dois conceitos, tem sido a actuação do presidente da Câmara de Aljezur, Manuel Marreiros, a caminho do terceiro mandato, com certeza...

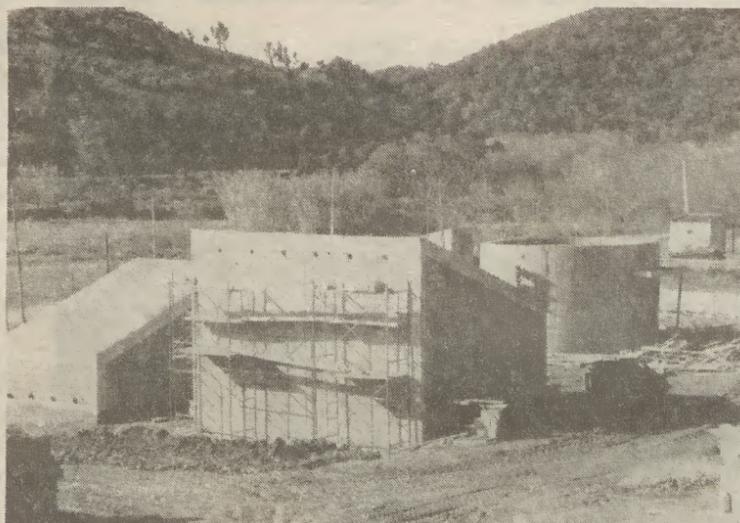


Manuel Marreiros



A defesa da paisagem é uma preocupação da Câmara

Quem visita Aljezur não pode deixar de notar como a vila brilha ao sol da manhã. Com as suas ruas estreitas, encosta acima e uma animação estival junto ao Mercado Municipal, Aljezur tem conseguido, nos últimos anos, inverter a desertificação, fixando novos habitantes, muitos deles estrangeiros, e tentando agarrar os mais novos. Em grande parte, este resultado deve-se à acção dinamizadora da autarquia, que tem investido fortemente nas infra-estruturas básicas de uma região, procurando criar melhores condições de vida para a população residente. Esta acção é bastante visível a nível das acessibilidades no concelho, na criação de condições para a educação, na aposta da habitação social, na luta que tem travado para fixar médicos (disponibilizando habitação), na construção de instalações desportivas, na promoção de acções de defesa e valorização do património arquitectónico e cultural do concelho... Em dois mandatos do presidente Manuel Marreiros, o concelho electrificou-se praticamente a 100 por cento, duplicaram as estradas alcatroadas e melhoradas, o abastecimento de água é garantido em quase todo o concelho, foi ampliada a rede de saneamento básico, complementada com novas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), construiu-se um pavilhão desportivo, etc. Obras importantes, sobretudo



quando se tem em conta que estamos perante um concelho de povoações dispersas pelas serras e um dos mais pobres do País. Para os autarcas da CDU, o desenvolvimento das potencialidades turísticas existentes, de forma a criar emprego, o que significará riqueza. Mas, uma das maiores riquezas de Aljezur – a sua beleza – tem sido um travão ao desenvolvimento. Espalhado pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina, o concelho encontra-se à mercê de situações deveras caricatas, já que até para alargar caminhos a edibilidade tem de pedir um parecer ao Ministério do Ambiente. Neste momento, a autarquia tem no referido Ministério processos que aguardam há quase dois anos por uma resposta... Por outro lado, a criação da chamada Rede Natura 2000, que vem trazer ainda mais

restrições, poderá colocar novos problemas.

### Proteger a paisagem

Na opinião da Câmara Municipal, há que tentar inverter esta situação, estudando-se alternativas de desenvolvimento que não prejudiquem a belíssima paisagem protegida, mas que não ponham em causa o progresso do concelho. De outra forma, acaba por suceder um fenómeno muito negativo, que se verifica em vários casos, ou seja, coloca-se a população contra os valores que a própria deveria ser a primeira a defender. Para o presidente Manuel Marreiros, uma das soluções poderia passar pela criação de «manchas», empreendimentos turísticos localizados em zonas pré-definidas, que cumprissem requisitos de qualidade. Caso contrário, o concelho dificilmente poderá apresentar resultados positivos, no caminho do desenvolvimento, já que a agricultura e as pescas são as actividades mais importantes da região, sendo amplamente conhecidas as dificuldades que atravessam. A nível da autarquia, destacam-se duas intervenções bastante importantes, relacionadas com a promoção turística do concelho. Recentemente, a autarquia começou a desenvolver um projecto de «Requalificação Urbana de Aljezur», que visa



Obras do mandato: A ETAR de Aljezur, a estrada para Arrifana, o pavilhão polidesportivo

tratar as áreas antigas ou mais degradadas da vila, criando espaços de lazer, fazendo o ajardinamento de espaços, renovando a iluminação e o pavimento e outras acções. Em breve dar-se-á início ao projecto de recuperação do muito antigo Castelo de Aljezur, deixado ao abandono pelo IPPAR.

Quando se fala em projectos, com a sua tranquilidade característica, o presidente Manuel Marreiros deixa antever que existem muitos. O mais espectacular será talvez o que diz respeito à criação de uma Zona Industrial, que a autarquia pretende transformar numa das maiores do Algarve, sempre atenta ao combate ao

desemprego e contra o abandono dos concelhos do interior. Mas estas já serão as histórias de um outro mandato. Em Aljezur, Manuel Marreiros, como outros autarcas da CDU, é um presidente confiante na sua reeleição e que não desiste dos seus projectos – os da sua terra.



Ao fundo, a freguesia de Igreja Nova

# CDU é obra!

PCP-PEV



ao Governo

# política de esquerda'

moeda única e todo o capítulo da UEM no Tratado de Maastricht, bem como de não mexer no Pacto de Estabilidade, com a sua imposição para o futuro, para além da moeda única, dos critérios monetaristas e neoliberais de Maastricht.

PS e PSD estiveram e estão juntos mais uma vez no adiamento do processo de Regionalização, no incumprimento da data de 15 de Julho como data-limite para aprovação no grupo de trabalho do mapa das regiões e no adiamento para depois da revisão ou talvez para todo o sempre.

PS e PSD estão juntos neste momento no objectivo de concretizar o seu vergonhoso acordo de revisão constitucional a mata-cavalos, antes de férias, para que passe o mais despercebido possível.

*Como dizia uma deputada socialista, «esta revisão constitucional não é decisiva para o País nem dá de comer a ninguém». E acrescentava: «nas questões de fundo é um Tratado de Tordesilhas feito entre o PS e o PSD para repartirem entre si o território eleitoral...».*

De facto o que no essencial se pretende com a revisão é através da redução do número de deputados combinado com os círculos eleitorais a obtenção de maiorias com menos votos. Maiorias de secretaria...

Mas como pode um cidadão de esquerda estar de acordo com estas engenharias eleitorais, ou com a decisão de se consagrar a existência apenas facultativa de um sector público, ou com a retirada de marcas do 25 de Abril ou com a inviabilização de referendo sobre a moeda única, ou com o voto sem equidade nem possibilidade de controlo dos emigrantes para a Presidência da República, ou também com a constitucionalização de limitações à lei da greve, ou ainda com o aprisionamento da Regionalização à vontade do PSD.

Um cidadão de esquerda não pode aceitar que o PS tenha acordado com o PSD uma revisão satisfazendo todas as velhas exigências da direita que vêm do tempo de Soares Carneiro. Um acordo que PSD e PP consideram uma vitória. Um acordo que levou à demissão do Presidente do Prupo Parlamentar do PS e do Presidente da CERC e que tem o repúdio da opinião democrática. Mas este é o acordo que o Primeiro-Ministro quer, contra tudo e contra todos, se traduza na Revisão até 31 de Julho.

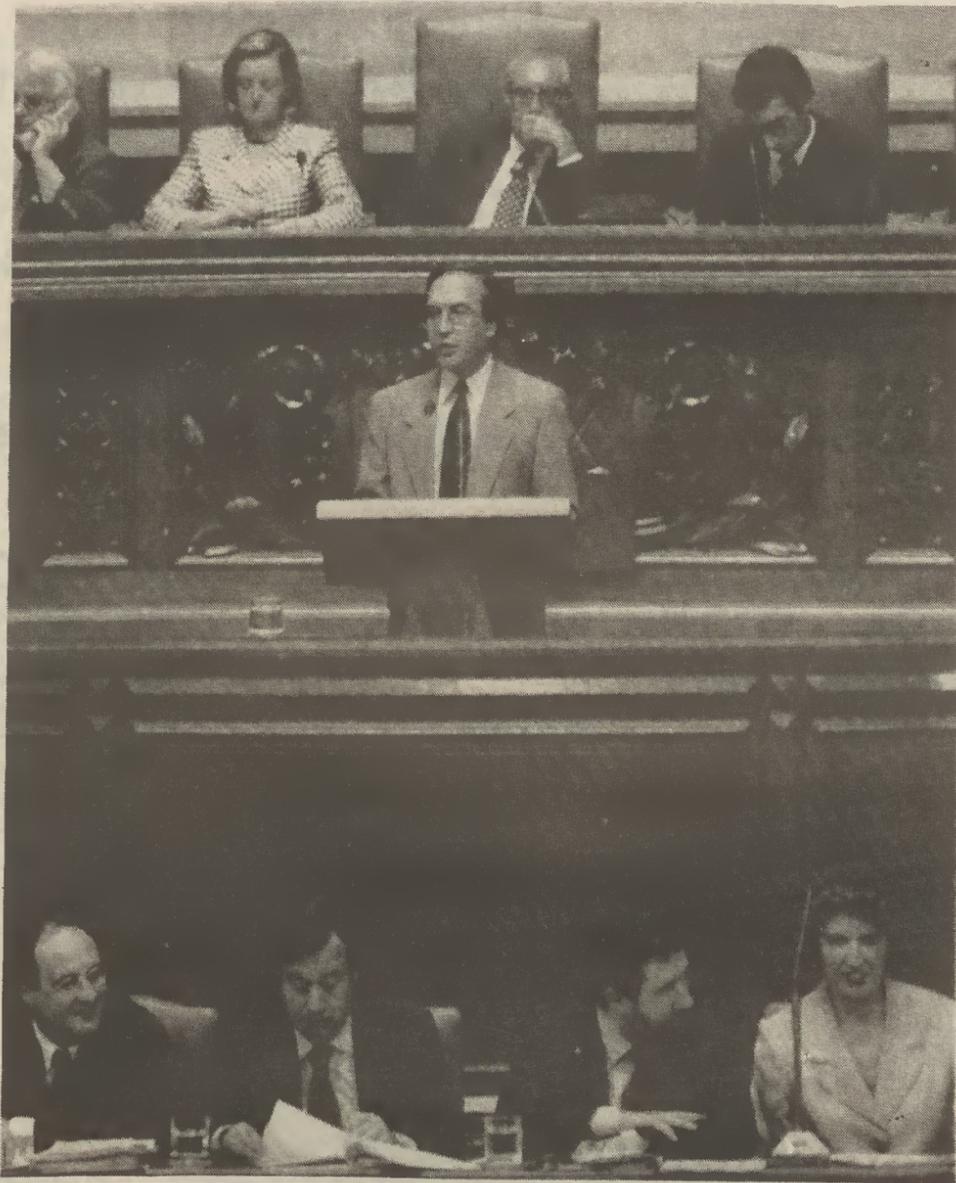
Do mesmo Primeiro-Ministro que também com as suas declarações derrotou na prática o projecto assinado por 50 deputados socialistas sobre o IVG e que se opôs a que o PS apresentasse qualquer projecto sobre «Unões de facto»...

Do mesmo Primeiro-Ministro que ainda há dois meses declarava que o PS e o Governo «só têm feito asneiras». Do mesmo Primeiro-Ministro que já se mostrou publicamente arrependido do Totonegocio, mas que mantém um pudico e prudente silêncio sobre os avals do ministro das Finanças, que nada diz, por exemplo, quando um deputado socialista acusa o seu Ministro da Agricultura de «defender interesses» e de ter uma política agrícola de «continuidade» da política do PSD, ou quando este por sua vez ofende os agricultores portugueses dizendo-lhes que não sabem produzir fruta. De um Primeiro-Ministro que devendo exigir solidariedade entre os seus ministros deixa, por exemplo, que o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares comente o fracasso do Plano Mateus nos seguintes termos (JN de 18.06.97): «Houve um excesso de ingenuidade na apresentação do Plano...», «O Plano não produziu os resultados esperados...!» Coitado do ingénuo Ministro Mateus...

O PS começa a sentir o terreno que pisa inseguro e movediço. Mas em vez de mudar de rumo tenta as «chantagens» e usa e abusa do aparelho de Estado para fins partidários e eleitoralistas. Ele são os boys nomeados logo após serem apresentados como candidatos, eles são os governadores civis na distribuição de cheques algumas vezes com os candidatos às Câmaras pela mão, ele é a apresentação de candidatos com o anúncio de ministros, ele é o

atrasar e adiantar obras em socorro dos autarcas na «corda bamba», ele são as inspecções às Câmaras e a divulgação à imprensa de conclusões no preciso momento do anúncio das candidaturas, ele são as visitas de ministros e mais ministros, como em Coimbra que só nos últimos dois meses recebeu 10 Secretários de Estado e 11 ministros, com realce para a Ministra do Emprego por coincidência Deputada pelo respectivo círculo! Um fartote!

Simultaneamente retoma a velha tese das «forças de bloqueio» com aquilo a que chama «coligações negativas» e, de dois em dois meses, diz que se vai demitir, no estilo do valentão que grita «agarram-me... senão eu bato-lhe!». Aliás o PS nem tem muito que se queixar pois até agora só teve quatro propostas rejeitadas. A do totonegocio, a do código penal com os cortes de estrada, a dos estrangeiros na televisão, e agora a das Finanças Locais.



Admitimos que a ideia da demissão já tenha passado pela cabeça dos dirigentes do PS. **O desejo de poder absoluto é claro!** Ensaíaram dramatizações mas o que aconteceu ao Sr. Juppé esfriou-lhes os ânimos... para já. A dramatização acerca da sua má proposta de lei das Finanças Locais para não ter uma derrota política foi uma encenação falhada. Uma encenação falhada porque:

- 1º o PS e todos os partidos sabiam que não havia vazão legal;
  - 2º que há três projectos aprovados em Comissão para a elaboração de uma nova lei;
  - 3º que a nova lei nunca será aprovada a tempo de ter implicações no próximo Orçamento;
  - 4º que os «custos» da nova lei nunca porá em causa o Euro pois este tanto é designio do PS como do PSD...
- Para quê então aquela farsa? Para preparar um pretexto futuro? Para tentar condicionar outras votações?

O País o que precisa é de resposta aos problemas e não de encenações e de dramatizações para efeitos mediáticos. De uma política que dê prioridade às actividades produtivas e não às actividades especulativas e parasitárias, que melhore a repartição do rendimento Nacional e não a concentração da riqueza, que aumente o poder de compra e alargue o mercado interno e não o seu estreitamento, que promova o emprego com direitos e não os vínculos precários, os biscates e o trabalho clandestino.

De uma política que na União Europeia se bata pela concretização do princípio da «coesão económica e social» e de medidas de combate ao desemprego e não de uma política de obediência servil e cega à marcha acelerada e forçada para a Moeda Única.

**É inaceitável que o País chegue a 31 de Maio com uma taxa de execução de 15% do II Quadro Comunitário de Apoio numa clara incapacidade de gerir com eficácia os meios financeiros disponíveis...** (economia virtual). E não é a economia virtual que disfarça o mal-estar...

O mal estar sentido ou difuso, a insegurança quanto ao posto de trabalho futuro, a indignação face às injustiças, o protesto e a luta das mais diversas camadas sociais – classe operária, trabalhadores da Administração e da Função Pública, professores e alunos, armadores, agentes funerários, guardas florestais, mineiros, polícias, têm

também reflexos e expressão mesmo dentro do PS. Por isso, não é de estranhar que um dirigente socialista tenha afirmado que o «Governo precisa de vitaminas», que outro socialista diga à laia de desculpabilização que «se criaram expectativas irrealistas» durante os «Estados Gerias», que outro no Porto, proteste contra a taxa de desemprego no distrito e que outro ainda afirme que «o PS navega à vista, para não dizer à deriva»...

Mas esta expressão de descontentamento tem também o seu jogo de sombras quando se pretende mostrar que há dois «PS»; o PS/Governo e o PS/JS; o PS governo e o PS oposição. O PS situação e o PS alternativa a si próprio.

Mas não é o jogo de sombras, nem a multiplicação das doses de propaganda, nem a divulgação de sucedâneos da tese do «oásis», nem as estatísticas criativas que alteram a realidade.

E a realidade o que nos mostra é que há muitas famílias a viverem mal, muitas que não terão férias ou que não sairão de casa este verão.

A realidade é a que nos coloca no «pelotão da frente» em relação às taxas de pobreza, às desigualdades, às taxas de analfabetismo, aos baixos salários e baixas reformas. Ninguém pode ficar indiferente em relação a este quadro, nem quando vê empresas e sectores produtivos a serem liquidados, ou quando toma conhecimento que cerca de 50% da população activa tem vínculos precários...

O Rendimento Mínimo foi uma medida positiva e ficamos satisfeitos por termos sido os primeiros a apresentar tal medida na

Assembleia da República. Mas creio que nos deve fazer pensar a todos por que razão é que havendo um significativo desenvolvimento das forças produtivas, se têm de multiplicar as sopas dos pobres, os bancos a favor da pobreza e medidas como o Rendimento Mínimo!

Isto não é a consequência da política de casino, da política de concentração de riqueza, da política neoliberal e da marcha forçada para a moeda única, da política ditada não pelas pessoas e a favor das pessoas, mas pelos mercados financeiros?

Haverá muita gente no PS que pensa que sim, que não aceita os dogmas do neoliberalismo e do «pensamento único».

Senhores Membros do Governo  
 Senhor Primeiro-Ministro  
**O País precisa de uma política de esquerda e não da continuação nas questões essenciais da política de direita.**

**O País precisa de uma política que defenda e valorize a produção nacional e não de uma política que abra as portas à sua destruição.**

**O País precisa que se dignifique quem trabalha e não de uma política ao serviço dos grandes senhores do dinheiro, que lança no desemprego ou empurra para a emigração a sua força de trabalho.**

**Continuaremos, por isso, a nossa luta por um novo rumo para Portugal.**

■ **Carlos Luís Figueira**

Membro da Comissão Política do CC do PCP

# O futuro das pescas nacionais

**N**a continuidade de um persistente trabalho que ao longo dos anos o Partido vem desenvolvendo para conhecer e defender os interesses do importante sector pesqueiro nacional, realizou-se no domingo passado (13.07.97) em Peniche uma importante Reunião Nacional de Quadros na qual foi possível, através de um vivo debate, fazer um balanço à situação do sector incidindo particularmente a análise sobre o período da integração de Portugal na União Europeia.

Não sendo possível, no curto espaço destas linhas, referir toda a multiplicidade dos problemas abordados, fica o registo das questões mais importantes do momento e sobretudo os principais problemas que num futuro próximo se vão colocar a esta importante actividade económica.

A actividade pesqueira nacional caracteriza-se por ser exercida, no fundamental, na zona das 12 milhas (mar territorial) através do exercício de pesca efectuado por uma multiplicidade de embarcações de pequeno porte, capturando espécies de grande variedade e, se excluirmos a sardinha (o nosso mais volumoso recurso), pescarias na sua essência destinadas ao abastecimento em fresco do mercado. A sardinha, destinando-se também ao abastecimento público, constitui a principal matéria-prima da indústria conserveira.

Esta realidade confere uma natureza específica às pescas nacionais, substancialmente diferente da exercida nos países do Norte da Europa. Natureza, especificidade, que tem de ser tida em conta na defesa de uma política de pescas para o País.

A importância do sector pesqueiro nacional não pode ser medido somente através do peso relativo que ocupa na formação do Produto Interno Bruto. Pelo número de trabalhadores que ainda hoje emprega (dificilmente reconvertíveis para outra actividade), pela interligação que mantém com outras actividades económicas (construção e reparação naval, indústria conserveira, entre outras), pelo papel que desempenha na nossa alimentação (Portugal encontra-se entre os países com maior capitação de consumo de peixe por habitantes, cerca de 60 Kg), pelo peso que ocupa na economia de numerosas populações do nosso extenso litoral continental e insular. Esta é outra realidade que não pode deixar de ser tida em conta na justa definição e defesa de uma política económica para o País.

## A política comunitária de pescas

A integração de Portugal na UE tem profundas repercussões no sector pesqueiro porque longe de ter contribuído para a necessária renovação e readaptação da nossa já então envelhecida frota e de ter permitido aumentar as nossas oportunidades de pesca em mares exteriores aos da Comunidade, verificou-se exactamente o inverso.

Fruto de políticas que sucessivos governos concretizaram tendo como base a aplicação subserviente de políticas comunitárias, privilegiou-se os incentivos aos abates o que conduziu, num curto espaço de tempo, à perda da nossa capacidade produtiva e à redução dos postos de trabalho na pequena pesca exercida nas 12 milhas, medidas às quais se somaram a perda de oportunidades de pesca em águas exteriores designadamente na Zona do Atlântico Norte o que teve como consequências a drástica redução de embarcações e postos de trabalho no também importante sector da grande pesca industrial. Assim, num período de 10 anos, Portugal passou de país produtor para importador de produtos derivados da pesca.

A eliminação das margens de lucro fixas, determinadas pelas políticas ultraliberais da Comunidade, tiveram como consequências aumentar o valor da transferência para o sector da intermediação na comercialização do pescado, da mais-valia criada na produção, provocando uma assinalável baixa de preços do pescado na primeira venda sem qualquer reflexo benéfico no consumidor ao mesmo tempo que diminuíram o rendimento de armadores e pescadores. A pesca deixou de ser um sector atractivo para a juventude, porque aos baixos salários e aos riscos da própria profissão se associavam deficientes condições de trabalho.

## Os recursos

Sempre defendemos uma linha de defesa e preservação dos recursos pesqueiros, considerando que tal atitude só pode favorecer os interesses gerais do sector. Mas, à volta da preservação dos recursos muitas medidas impostas pela Comunidade se revelaram não só infrutíferas como hoje se reconhece em documentos dela dimanados que tais medidas não eram devida e cientificamente sustentadas.

Sempre também defendemos um maior esforço dos sucessivos governos para dotar com mais meios financeiros e técnicos a investigação e preservação dos recursos nacionais, visando o seu conhecimento e a sua pronta divulgação das possibilidades de pesca existentes. Como sempre defendemos uma mais estreita articulação entre a investigação e a produção, ganhando para a aplicação de justas medidas a própria comunidade piscatória.

Nem sempre assim tem sido. Hoje quando de novo se exorciza a questão dos recursos para impor novas e mais gravosas restrições ao exercício da pesca, mais se exige a sua devida fundamentação.

Mais, a disponibilidade para o exercício de vários períodos do chamado defeso, é uma questão hoje ganha e amplamente aceite pelos pescadores. No entanto, é necessário que simultaneamente tal disponibilidade seja acompanhada de medidas de protecção social para quem deixando de trabalhar tem de ver devidamente assegurada a sua sobrevivência.

## O essencial

Os recentes conflitos ocorridos no sector pesqueiro que tiveram como palco a ocupação por algumas embarcações durante horas do Porto de Lisboa em protesto contra recentes Portarias publicadas por este Governo exprimem, como na altura o assinalámos, a profunda inquietação em que o sector em geral vive face ao presente e a insegurança que representa para muitos o futuro, as profundas contradições e conflitos criados pela especificidade do exercício da nossa pequena pesca no interior das 12 milhas e a tentativa, bem sucedida até ao momento, dos representantes da grande pesca industrial aproveitarem a maré para defenderem os seus exclusivos interesses, contra a pequena pesca, e pela mão deste Governo terem sido investidos como interlocutores privilegiados deste amplo, complexo e contraditório sector. De facto, este Governo conseguiu aquilo que nenhum outro tinha feito criando, na figura de Françoise Morte, uma espécie de Casqueiro para as pescas.

Neste complexo quadro importa então, mais que nunca, fixarmos-nos no que é essencial. E as questões mais grossas prendem-se mais uma vez com a defesa da nossa soberania, das nossas especificidades nacionais, face ao que no horizonte se desenha em relação à política comunitária para as pescas.

Não cabe aqui uma análise mais circunstanciada sobre as razões e interesses em que se alicerça a política dimanada e imposta pela UE em matéria de

pescas. Mas das medidas que estão em discussão para além de novas imposições para redução da frota e do montante de capturas, avulta a partir de 2002 (ou eventualmente ainda antes) o fim do período de derrogações das quais o nosso País tem beneficiado, o que significa, ou pode significar, a comunitarização de todos os recursos pesqueiros o que no nosso caso equivale a dizer a abertura das nossas 12 milhas (zona onde capturamos 80% dos nossos recursos) a frotas comunitárias sendo que passará ainda a caber a Bruxelas a distribuição das quotas de pesca a atribuir a cada segmento de frota em relação a cada país.

Na doutrina neoliberal em que assenta a política comunitária na qual a privatização, a competitividade, o mercado têm constituído instrumentos de execução para varrer direitos e eliminar soberanias, já hoje, há mesmo quem defenda a privatização dos recursos pesqueiros com o seu acesso a ser vendido em sistema de acções como se de uma instituição financeira se tratasse.

## As linhas de defesa

Estas são de facto questões grossas porque nelas se joga grande parte da sobrevivência do sector pesqueiro nacional, como tal. Para enfrentar tal desafio, tendo como experiência que este Governo PS segue no essencial as pisadas do anterior nestas como noutras questões, só um forte movimento que envolva pescadores e pequenos armadores, pode constituir uma forte e decisiva barreira para travar tais medidas. Só este movimento pode obstar a que os grandes interesses da pesca industrial se sobreponham aos interesses da pequena pesca pondo em causa um sector que é estratégico das pescas nacionais.

Este movimento não é contraditório, mas complementar, da justa luta dos pescadores por melhores salários, pelo justo pagamento do subsídio de Natal e por melhores condições de trabalho, por melhores direitos sociais.

Esse movimento não pode conduzir a que contradições e conflitos que emergem em muitos casos fruto das características e especificidades das pescas nacionais exercidas no interior das 12 milhas, muitos deles com expressões locais ou regionais, possa servir de elemento de divisão ou de enfraquecimento da luta mais geral e mais importante em torno da defesa da nossa soberania e neste caso, da defesa do mar territorial para o exclusivo exercício das pescas nacionais.



# O 'Estado rosa' ao serviço do PS

**A** medida que se aproximam as eleições autárquicas, cresce de forma despidorada a instrumentalização de cargos públicos e do aparelho de Estado ao serviço dos objectivos eleitorais do PS. Ministros, Secretários de Estado, Governadores Civis, Presidentes das CCR's e candidatos do PS a Câmaras Municipais, confundem-se uns com os outros a distribuir promessas e cheques por esse país fora.



■ António Filipe

A Constituição da República Portuguesa, dispõe no seu artigo 266º, que a Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos e que os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem actuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade. Daqui decorre, evidentemente, que os responsáveis da Administração Pública, qualquer que seja o Partido a que pertençam, não podem utilizar os organismos públicos que dirigem nem os poderes de que disponham em benefício partidário, devendo actuar de forma isenta e imparcial.

Acontece que a forma como muitos dirigentes do PS, que são ao mesmo tempo titulares de altos cargos da Administração Pública, têm vindo a actuar, com o objectivo de favorecer o PS nas próximas eleições autárquicas, contraria todos estes princípios, e assume aspectos particularmente vergonhosos em municípios de maioria CDU.

A ausência de escrúpulos dos responsáveis do PS na instrumentalização do aparelho de Estado a seu favor, parece não conhecer limites. Vale tudo, sobretudo quando se trata de combater a CDU. Desde a realização de inquéritos e sindicâncias por parte da IGF e da IGAT usando dois pesos e duas medidas, até à utilização de dinheiros e cargos públicos na campanha eleitoral do PS. Vale a pena alguns citar exemplos.

## Exemplos não faltam

- Os membros do Governo acotovelam-se na apresentação de candidatos do PS a Câmaras Municipais, aproveitando para repetir promessas de mundos e fundos. Só



no distrito de Coimbra, em dois meses, cerca de 50 iniciativas tiveram a presença de 11 Ministros e 10 Secretários de Estado. Em Mértola, o comunicado do PS que divulgava a apresentação do candidato do PS à Câmara, anunciava a presença da Ministra da Saúde, dos Secretários de Estado da Administração Pública e do Orçamento, bem como do Governador Civil de Beja, que é também presidente da federação regional do PS.

- Em Silves, o candidato do PS à Câmara, apresentou-se a visitar a escola básica 2,3 de Algoz, na companhia do Governador Civil de Faro.

- Em Setúbal, o Governador Civil, que é também presidente da distrital do PS, anunciou no edifício do Governo Civil o objectivo do PS, de retirar à CDU as Câmaras do distrito.

- Em Grândola, em suplemento ao boletim "Grândola socialista", informa-se que o Governador Civil de Setúbal, acompanhado pelo Director do Centro Regional de Segurança Social e do Director do Centro de Emprego, para entrega de diversos apoios financeiros. Assim, o Governador Civil entregou 1000 contos ao Centro Social de Rio de Moinhos, 500 contos ao jardim de infância de Grândola, 500 contos ao centro social de Azinheira de Barros, 250 contos à Casa do Povo de



Melides, 500 contos ao Centro Social do Carvalhal.

- Em Alcácer do Sal, o Centro de Emprego convocou por ofício um convívio de amigos da Carrasqueira "entre todos os que estão dispostos a contribuir para a construção de alternativas autárquicas muito abrangentes, de acordo com o espírito dos estados gerais e da nova maioria".

- Em Beja, a Direcção Regional da Educação promoveu um seminário sobre a educação itinerante, para o qual o único Deputado convidado a produzir uma comunicação foi o candidato do PS à Câmara Municipal, Agostinho Moleiro, que é médico pediatra.

- Em Évora, o médico candidato do PS à Câmara Municipal, José Ernesto Oliveira, foi nomeado Presidente da CCR após o anúncio da candidatura.

- Em Santa Iria de Azóia, uma colectividade viu marcada através de um militante do PS na freguesia uma reunião destinada a obter um subsídio para um projecto.



- Em Alverca, a deputada e candidata do PS à Câmara de Vila Franca de Xira, convocou uma colectividade para uma reunião na sede do PS destinada a debater as possibilidades de obtenção de um subsídio que posteriormente seria atribuído pelo Governo.

- Em Ponte de Sor, Câmara de maioria PS, o Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento regional deu conhecimento de que, dada a impossibilidade de encontrar apoio à execução de uma zona industrial no Programa operacional da Região Alentejo, seria tal apoio concedido directamente pela Direcção Geral da Administração Autárquica.

## Inquéritos e sindicâncias

- Quanto a inquéritos e sindicâncias realizadas por entidades da Administra-



ção Pública junto de Câmaras Municipais, muito haveria também a contar. No caso da Amadora, o Ministro das Finanças participou ao Ministério Público da aprovação intempestiva dos planos e orçamentos relativos a 1995 e 1996, para efeitos de dissolução da Câmara. Não procedeu de igual modo perante Câmaras como Sintra,

Gaia, Lisboa, Porto, Maia ou Gondomar, com as quais, em vários anos, se passaram situações semelhantes. No caso de um inquérito do IGAT à Câmara de Almodôvar, ao tempo presidida pelo actual Governador Civil António Saleiro, não foi dado conhecimento das respectivas conclusões a ninguém, excepto ao dito Saleiro, que se arroga o direito de não as divulgar. Ainda a

respeito de situações curiosas, merece a pena referir a de Almada, em que, no próprio dia em que o PS anunciou a candidatura de Torres Couto, teve início nova inspecção à Câmara.

Diga-se em abono da verdade que esta situação de instrumentalização do aparelho de Estado em benefício do partido do

Governo não é nova. Foi frequentemente praticada pelo PSD e criticada pelo PCP, mas também pelo PS. Valerá mesmo a pena consultar intervenções indignadas de Deputados do PS que erguiam a voz na Assembleia da República contra tais atitudes por parte do PSD. Acontece, no entanto, que muitos desses que se indignavam, muito justamente, estão hoje em condições de fazer aquilo que criticavam, e fazem ainda pior. A falta de pudor com que os dirigentes do PS utilizam o aparelho de Estado a favor dos seus objectivos autárquicos permite afirmar sem exagero que, como isto nunca se viu.

## EM FOCO

■ Odete Santos

# Unões de facto

## O direito à diferença (conclusão)

**A** Família é uma realidade sempre em transformação. As transformações económicas e sociais que se sucedem vertiginosamente acentuam o reforço dos direitos individuais.

O direito à privacidade é um direito que vem sendo reforçado contra o abuso do poder por parte do Estado.

A luta das mulheres pela despenalização do aborto, a luta pela conquista do direito à contracepção, fazem recuar o Estado na sua intromissão abusiva no seio da família.

O próprio Estado age como factor de desagregação da própria família entendida como instrumento de procriação.

As leis da flexibilidade, se privam os membros da família de tempo de convívio e repouso, reforçam a solidariedade dos membros do agregado familiar (e este é um conceito diferente do conceito de Família).

O agregado familiar, que não tem como suporte as relações sexuais, mas a entreajuda para minorar os ataques aos direitos sociais, reforça-se como realidade.

A negação ao Estado do «Direito» de manter um olhar vigilante sobre o Direito à Sexualidade, que resulta da reivindicação da liberdade e dos direitos individuais da mesma resultantes e que desemboca na privatização dos laços familiares, reforça o papel do agregado familiar baseado em relações de parentesco, de afinidade, de amizade, de solidariedade.

Aos agregados familiares (conceito existente no nosso direito civil) devem ser reconhecidos direitos em função da sua organização como resposata ao enfraquecimento do Estado de Direito social.

É nesse conceito que, em nossa opinião, devem ser resolvidos os problemas de uniões livres homossexuais. Em função da existência de economia comum e laços de entreajuda.

Estando para nós claro que as uniões de facto (segundo o conceito da lei necessariamente heterossexuais) são uma realidade diferente das uniões livres homossexuais, reconhecer a estes direitos em função das relações homossexuais do casal, autorizaria o Estado a continuar a intrometer-se abusivamente no direito à privacidade, no direito à sexualidade.

Na verdade, o enquadramento jurídico das uniões livres homossexuais deverá ser diferente, porque diferentes são as situações do enquadramento jurídico das uniões de facto.

Se nestas o regime de bens deve ser semelhante ou mesmo igual ao do casamento (regime de comunhão de adquiridos), já nas uniões homossexuais a frequência das situações de oportunismo e exploração leva a que se rejeite igual tratamento.

Se naquelas é aceite socialmente que os membros do casal sejam herdeiros um do outro como o são os cônjuges, desde que não tenham filhos de anterior casamento, já nas últimas tal solução seria rejeitada pela sociedade.

Se nas uniões de facto é aceite socialmente que a casa de morada de família seja dada de arrendamento, em caso de morte, ao sobrevivente, já nas uniões livres homossexuais uma solução igual poderia contender com a família do falecido.

Ora, a adopção de dois regimes necessariamente diferentes, representaria licenciar o Estado para uma maior intromissão, contra a evolução da sociedade, na privacidade, no direito a orientação sexual, no direito à sexualidade.

Adoptar um regime igual para as uniões de facto e para as uniões livres necessariamente inferior ao regime da família matrimonial, seria ainda acentuar o carácter moral e lícito das relações sexuais baseadas no vínculo matrimonial.

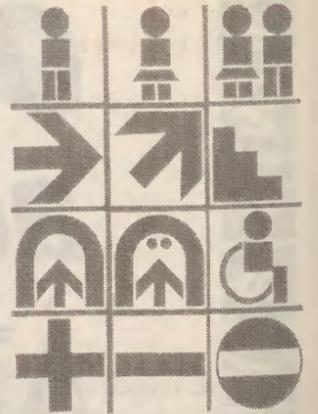
É isso, aliás, que se faz no pré-projecto da Juventude Socialista, badalado pelo Deputado Sérgio Sousa Pinto.

Tendo dito publicamente que teve a intenção de apanhar a boleia das uniões de facto heterossexuais, verifica-se que o que ele fez no pré-projecto (colocando a fasquia dos direitos nas uniões livres homossexuais e sujeitando as uniões de facto ao mesmo regime) foi apanhar a boleia como um intruso, expulsar o condutor e tomar conta do veículo.

Com um resultado lamentável e contra toda a evolução social.

É que, se a conquista pelas uniões de facto – regime-sombra do casamento – de direitos iguais ou semelhantes aos do casamento, representa a privatização da família e é um passo mais numa maior dignidade legal do agregado familiar, a consagração de um regime jurídico pelos agregados familiares constituídos por casal homossexual, em função das relações homossexuais, representa um reforço da intromissão do Estado na Família.

O quadro jurídico anunciado pela Juventude Socialista, em torno de um problema cuja discussão suscitou, acaba por representar uma solução retrógrada que não acompanha a evolução social.



## 10 Ou comem só alguns ou haja moralidade

**S**acatrapo, o nosso Sacatrapo de sempre, enfrenta corajoso o desafio da supressão da circulação automóvel no centro das cidades e decide comprar um carro novo, um Micra. Porquê? Por birra. É que o Cummings, vizinho da direita, substituiu o seu Ford-Fiesta por um BMW, e o Patrick Campbell, vizinho da esquerda, trocou o seu velho Morris por um Rover. Para onde vão eles com estas viaturas a espelhar novidade? Para lado nenhum. É que se a velocidade média de um automóvel nas ruas de Londres não passa de 6 kms por hora e em Paris de 5 e em Lisboa de 5, na vila de Barry, onde agora todos vivem, não passa de um quilómetro por cada sessenta minutos.

### SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres



Por hábito antigo, ao cair da tarde, vão ao pub, a cem metros de distância. Um pub com parque privativo. Privativo? Ótimo. Então podem ir de carro. Chegam. Recnam-nos. Olfam-nos. Sorriem-se. Estão felizes. Possuem o que os vizinhos possuem. Ninguém se sente diminuído. Não há pior mal que o da inveja. Se um come, comam todos. Mas comerão realmente todos?

É ir às cidades Londres, Paris, Madrid, Lisboa ou Porto. Consumem automóveis todos por igual? De forma nenhuma. Cidades bloqueadas de carros onde a parte maior da população mata-se para se deslocar de metro, depois de o fazer de autocarro, e depois de andar a pé uma data de tempo. Horas imensas para ir e vir do trabalho. Os que possuem o Ford Fiesta, ou Morris, ou BMW, ou Micra vão de popó.

Sentam-se ao volante, as viaturas seguem no sistema pára-arranca, cidades empestadas, um nojo de gases de tubos de escape a entrar solidamente pelos pulmões dentro. Cidades piores que o Rio, piores que Lagos na Nigéria, piores que em Macau onde, para cada automóvel, há apenas três metros do espaço disponível.

Sacatrapo senta-se no pub e explica estas coisas ao Cummings e ao Campbell. Este comenta:

– Você, Sacatrapo, é homem muito viajado. Eu nem sei onde é a Nigéria. Não é na Ásia, na fronteira com a Jordânia?

Sacatrapo goza mas não comenta. O inglês típico nada sabe de Geografia. Até porque a disciplina Geografia não é obrigatória no secundário.

– O mal, nestas coisas, é todos quererem o que os outros têm. Mas nem todos podem ter o que os outros têm. Daí as tremendas invejas.

O Cummings moraliza:

– Não estou de acordo. Todos deviam ter o que os outros têm. Como diz o ditado de abrangência universal: **Ou comem todos ou haja moralidade.**

Sacatrapo aborreceu-se com o ar de superioridade sábia do Cummings:

– Você conhece mal o mundo em que vive. Vamos ver, por exemplo, como se comportava o homem da caverna, há dezenas e dezenas de milhares de anos. A certa altura houve alguém que teve a ideia de fabricar a primeira faca de pedra. Talvez uma ideia ocorrida a um grupo desses homens primitivos, os avós dos nossos avós, como lhes chamou Aquilino, o grande escritor português.

O Campbell e o Cummings sorriram:

– Lá está você com a mania dos grandes escritores portugueses. Poupe-nos, por favor.

– Poupou, por agora. Quem inventou a primeira faca de pedra desatou a usá-la para raspar as peles dos animais, iniciou um negócio. Um negócio lucrativo. O grupo tribal desses primitivos logo ganhou vantagem. Até na caça, nas guerras, um sem fim. A faca de pedra era a bomba atómica deles. Aqueles outros grupos tribais que a não tinham começaram a invejar quem a possuía. E, ao invejar, sentiram-se pobres. Se a não tinham todos é porque não haveria moralidade.

O Cummings bebia a cerveja com estremeções de nervosismo histérico.

– Eu tenho de lhe dizer, Sacatrapo, que você é parvo. A primitiva faca de pedra! Olha do que você se foi lembrar! Esse passado é um passado excessivamente passado. Ninguém se lembra disso.

– Há sempre uma faca primitiva de pedra que se deseja e se ambiciona possuir. A vontade de se ter o que o outro tem, seja esse outro apenas o vizinho é algo de atávico. Nasceu com o género humano.

O Campbell que se arrastara anos dentro de um velho Mor-

ris, cheio dos maiores complexos, e agora os ultrapassara à custa de um Rover, disse:

– Hoje ninguém quer ser pobre ou remediado. Nem todos podem ser accionistas da British Telecom.

Sacatrapo anuiu:

– Sim, como nem todos em Portugal podem ser accionistas da EDP. Tudo muito privatizado, muito às falsas escâncaras, mas as acções cairão todas nas unhas dos banqueiros com umas migalhas para os mangas de alpaca.

– Mas eu acho – protestou o Cummings – que ou comem todos ou há moralidade. Daqui não saio.

– Estamos num mundo onde há alguns que ainda pensam que só eles podem ter tudo. Veja só esse Mobutu do Zaire a roubar um povo inteiro. A verdade é que os pobres constituem a grande maioria. E, desde sempre, os donos das facas de pedra começaram a ditar leis aos que as não tinham. Os que as não possuíam fizeram guerra para as ter. Sentiam-se lazeirados. Descobri então que os homens, afinal, não tinham nascido todos iguais. Até porque os donos das facas de pedra tornaram-se manhosos, arteiros, velhacos. Disseram mesmo que os deuses os tinham escolhido para esse privilégio. E decretaram que quem as possuía eram os Eleitos.

– Já passou muito tempo – impacientou-se o Cummings. – Hoje toda a gente pode ter tudo. Digo toda a gente, não apenas alguns.

– As facas de pedra – continuou Sacatrapo, sem se impressionar – continuam, todavia, apenas nas mãos de uma percentagem cada vez menor de cidadãos. Essa é que é a verdade. É fácil escravizar quem nunca as possuiu.

– O tempo dos escravos já passou – gritou o Cummings.

– Isso é o que falta saber. O seu ditado, de abrangência universal, **Ou comem todos ou haja moralidade**, não tem universalidade nenhuma. O verdadeiro ditado continua a ser, ou comem só alguns ou haja moralidade. E é por este ditado que se regem as sociedades classificadas de tão morais que elas próprias reivindicam para si a descoberta da própria Moral que se ensina nas escolas.

– Amem! – fechou o Campbell que se levantou para ir lá fora rever-se no seu novo Rover, uma faca de pedra que bilhava aos seus olhos como o mais belo diamante do mundo. Aquela faca era dele e de mais ninguém! Graças aos deuses! E haveria deuses sem moral? Ora cebolas! Sacatrapo enlouquecera, não havia volta a dar-lhe. O que estava atravessado na garganta do portuguêsinho era o pobre Micra que acabara de comprar. Realmente, só poderiam comer alguns. Se todos comessem, não haveria moralidade, sim, é verdade, ainda bem.

■ **Manoel de Lencastre**



## EM FOCO

# Grito supremo de William Wallace, há 700 anos:

# «Liberdade para a Escócia!»

O povo escocês está já a comemorar o 700º aniversário de vitoriosa batalha de Stirling Bridge em que o patriota dos patriotas, William Wallace, derrotou o rei de Inglaterra, Edward I, e, com o seu exército de populares, pequenos cavaleiros sem terra, expropriados, religiosos, estrangeiros amantes da liberdade e homens simples preparados para pegar em armas pela ideia da independência do país deu o grito supremo: «A Escócia deve ser livre!»

Stirling Bridge está para o povo escocês como Aljubarrota para o português. As comemorações da grande vitória estão a ganhar um significado a que nenhum homem livre pode ficar indiferente. A oposição da Inglaterra, tanto a conservadora como a trabalhista ou, melhor dizendo, a oposição do imperialismo inglês à reconquista da independência por parte do povo da Escócia, parece-nos injustificada, imprópria dos tempos que se vivem.

Estávamos em fins do século treze. William Wallace era um simples cavaleiro de reduzidas posses. A Escócia que surgia da cristianização, da entrada de povos irlandeses de Dalriada em regiões do Sul, da conversão dos Anglos, do declínio dos nórdicos, do estabelecimento dos normandos nas regiões banhadas pelos rios Clyde e Eorth, principiava a tomar forma. Barões feudais ligados à Inglaterra porque possuíam propriedades de ambos os lados da fronteira, hesitavam constantemente perante a ideia aliciante da independência. Mas Wallace, perseguido pelos juizes de Carlisle, Durham e York, fora o único que não jurara vassalagem a Edward I. O seu projecto de independência já tinha raízes. Os Pictos, um povo semiselvagem que habitara as Terras Altas e outras regiões do Norte, haviam lutado com êxito contra a 5.ª

Legião do general Agrícola quando os romanos entraram no país em busca de ouro e de escravos. E a monarquia escocesa tinha conseguido estabelecer-se e ganhar credibilidade perante o Papa devido aos esforços de Kenneth MacAlpin e, principalmente, de Malcolm III (Canmore) que ocupou o trono depois de derrotar o general Macbeth. Este, por sua vez, havia assassinado Duncan. Canmore, então, desposou uma princesa saxónica, Margaret, e esta, conhecedora da ética e dos métodos de governação que já se desenvolviam em Inglaterra, educou aquele que não passava de um bruto e acabou por transformá-lo num homem de Estado. Margaret, mulher de Canmore, passou à classe de Santa devido às abstinências e aos sacrifícios consentidos em nome da fé cristã, da coroa da Escócia, da sua própria família.

Quando Alexandre III chegou ao trono da Escócia, com apenas 12 anos de idade, o país começava a consolidar-se. Mas o rei de Inglaterra, Henry III, com os olhos postos

na colonização da antiga Caledónia, deu-lhe a filha em casamento, outra Margaret, de 8 anos. As festas que precederam este casamento criaram a impressão de que ia iniciar-se uma nova era de amizade e cooperação entre os povos escocês e inglês. Na cidade de York viveram-se oito dias de constantes arraiais, banquetes, torneios, que deixaram o Bispo às portas da falência. No entanto a natureza das coisas conduzia a que se produzissem rixas quase diárias nas ruas daquela cidade inglesa. Escoceses e ingleses não conseguiam entender-se. Mas o casamento realizou-se e Alexandre III levou a sua noiva, que, repetimos, tinha apenas oito anos de idade, para o castelo de Edimburgo.

## Stirling Bridge, imortal

Em princípios de 1291 já Edward I começava a tentar influenciar a solução das crises dinásticas da nação vizinha. O País

de Gales tinha sido subjogado e integrado na Coroa inglesa. Tropas galesas, as mais ferozes naquele tempo, foram apressadamente mobilizadas para o exército do rei de In-

laterra. Era preciso submeter aqueles escoceses e, entre eles, William Wallace cujo sentido de liberdade e de independência se tinham como uma conspiração que tinha de ser eliminada. A Inglaterra invadiu o Sul da Escócia, chegou a Edimburgo e apresentou-se diante de Stirling onde um exército de irregulares superiormente comandado por Wallace e Murray esperavam. Quando cerca de metade da infantaria inglesa tinha atravessado a famosa ponte romana, Wallace deu ordem às suas tropas para cortarem o avanço inimigo. Foi o que aconteceu. O exército inglês, sob o comando do bispo de Durham, ficou partido em dois. A cavalaria fugiu. Os arqueiros deixaram de ter hipóteses naquelas condições. Wallace e Murray, portanto, carregaram a fundo sobre as tropas inglesas que haviam atravessado o rio e destruíram-nas.

Wallace não queria nada para si. Tudo o que o impulsionava era o direito do seu país a não ser escravo da Inglaterra. Mas não foi acompanhado senão por mais meia dúzia dos nobres escoceses — o resto era o povo, o povo simples e pobre que sentia como ele. Wallace não teve quaisquer problema em avaliar os interesses das duas classes em presença e apontou a traição dos nobres que

tal inglesa saiu às ruas para ver como era o traidor que havia ousado desafiar Edward I. Mas Wallace, em cuja cabeça os seus carcosos haviam colocado uma coroa de pregos, disse, altivamente: «Traidor não sou nem poderia sê-lo visto que não jurei vassalagem ao rei de Inglaterra.»

A execução do patriota escocês teve lugar rapidamente. Cortaram-lhe a cabeça que ficou exposta na ponte de Londres (London Bridge) para que a navegação pudesse avaliar aquilo que aconteceria aos traidores que não obedecessem ao rei de Inglaterra. Para Glasgow foi enviada uma perna do mártir da liberdade da Escócia. Para Edimburgo, outra. Os braços foram presenteados às cidades de Aberdeen e St. Andrews. E foi neste momento de profunda tragédia nacional que o outro patriota Bruce pôs fim ao seu silêncio sentindo que era de mais o que estava a passar-se. Tornava-se necessário agir. Bruce, portanto, partiu para as terras do Norte onde os clãs «highlanders» lhe ofereceram protecção até que fosse possível reunir tropas suficientes para a guerra de reconquista de independência.

Com efeito, a 24 de Junho de 1314, travava-se a célebre batalha de Bannockburn (região de Stirlingshire) onde o exército de Bruce derrotou completamente as forças de Edward II, filho de Edward I que morrera sete anos antes. A independência estava garantida, assim, e os ingleses viram-se obrigados a reconhecer a soberania daquele país e daquele povo que vinham tentando subjugar desde o princípio do milénio. Chegado ao trono, Bruce desenvolveu uma obra de imenso valor histórico para o

povo escocês e a sua «Declaração de Arbroath» em que sublima o amor da Escócia pela liberdade e pela autodeterminação é um dos melhores documentos que escreveram no campo da luta dos povos contra o domínio e a opressão coloniais.

## Nada mudou...

Hoje, quando se celebra Stirling Bridge, o povo escocês ainda que em condições diferentes, olha o mundo em seu redor e verifica que um tempo de novas lutas se aproxima. O capitalismo violento e opressor estrangulou o país moderno apesar dos esforços e dos sacrifícios da nação de Wallace e Bruce em duas guerras mundiais. O declínio das indústrias de construções e reparações navais, por exemplo, constitui um trágico e doloroso capítulo na história do desmantelamento e da destruição do parque industrial escocês. Os estaleiros eram a

alma da Escócia pós-tratado de União com a Inglaterra. O que existe agora? Nada.

Há cem anos, dois terços dos navios construídos em todo o mundo saíam dos estaleiros escoceses. O mesmo pode dizer-se quanto a metade das locomotivas em serviço no vasto Império britânico. Contudo, o operariado escocês era um dos mais mal pagos em toda a Grã-Bretanha. A riqueza por ele criada, os capitalistas transferiram-na para outras paragens. Os estaleiros trabalhavam com um mínimo de capital fixo investido. Os gigantes da indústria pesada realizavam enormes lucros porque havia mão-de-obra barata e em grande quantidade. Mas esses lucros eram rapidamente investidos pela City em países estrangeiros. Os netos dos grandes magnatas da indústria escocesa vivem, agora, como financeiros de suaves maneiras, como directores de grandes companhias com suptuosos escritórios em Londres e Edimburgo. Estão a gozar o rendimento que o sangue e as vidas de milhões de operários produziram. A essência da situação, portanto, continua a mesma.



não tinham acompanhado a Nação naquela hora suprema tendo-se mantido na cómoda posição de não parecerem hostis perante Edward I. Entre estes nobres, Robert Bruce (de Bruis), um dos mais influentes, mantivera-se incrivelmente silencioso. Wallace não passava de um cavaleiro sem propriedades de real valor. Mas ele, Bruce, era um grande senhor feudal com vastos interesses nos dois países e, pelos vistos, sabia esperar a sua hora.

Em 1298, Edward I voltou a invadir a Escócia com um exército ainda mais poderoso. E ao largo de North Berwick surgiu uma esquadra naval que transportava mantimentos, armas, munições e material para uma demorada campanha. Os escoceses desceram de Stirling e, num dia de chuva ininterrupta, os dois exércitos encontraram-se na planície de Falkirk. Desta vez, porém, os arqueiros ingleses causaram baixas inaceitáveis entre as forças de Wallace cuja cavalaria não foi capaz de repetir aquilo que tinha feito em Stirling Bridge. O exército escocês foi feito dispersar e obrigado a retirar-se. Em 1305, Wallace era capturado por espíões ingleses e feito chegar a Londres em coisa de 17 dias. Toda a capi-

# O Brasil vai mal, mas Clinton felicita Henrique Cardoso

**O** Brasil vai mal. As ameaças que em 1996 se esboçavam concretizaram-se. Neste inverno austral encontrei um país mais céptico, mais tenso, mais endividado, consciente de que o abismo entre uma minoria privilegiada e uma maioria empobrecida e desprezada se aprofundou em vez de diminuir.

O Plano Real esgotou a sua capacidade de sensibilizar a opinião pública. O Presidente Fernando Henrique Cardoso – cujo índice de popularidade cai de mês para mês – continua a repetir que as reformas constitucionais são indispensáveis ao êxito do seu grande projecto. Mas, dezenas de milhões de brasileiros estão decepcionados com os resultados do seu projecto.

A emenda que permite agora a reeleição fez do Brasil uma espécie de ditadura constitucional onde o poder das mafias políticas que o desgovernam vai crescer muito. As privatizações, efectuadas numa atmosfera de escândalos, tornaram o país ainda mais dependente e destruíram em grande parte o antes poderoso sector empresarial do Estado.

O Governo obteve êxito no combate à inflação (este ano não deverá, segundo as previsões, exceder muito os 7%). Mas a estratégia de FHC promoveu o desemprego, alargou as assimetrias sociais, favoreceu o alastramento da corrupção a todos os níveis.

A dívida externa atingiu 175,8 mil milhões de dólares em fins do ano passado. A dívida pública interna na mesma época ultrapassava já os 230 mil milhões de reais.

Os tradicionais excedentes da balança comercial acabaram. Este ano, o défice estimado é de 12 mil milhões de dólares. Quanto ao défice das transações correntes, deverá superar os 35 mil milhões de dólares. O país exporta cada vez menos e importa cada vez mais.

Os mais altos juros do mundo procuram atrair capitais estrangeiros. A entrada desse fluxo de dólares é financiada pela emissão de títulos, o que provoca o aumento da dívida interna. O círculo vicioso trava o crescimento do país.

A orgia neoliberal prossegue, entretanto, numa atmosfera de euforia das «elites». O Brasil lança em praças estrangeiras empréstimos a longo prazo pagáveis a vinte anos, endividando gravemente as gerações futuras. O real, contudo, permanece equiparado ao dólar (vale sete centavos menos).

Conforme salienta o prof. Paulo Singer, da Universidade de São Paulo, assiste-se a «um processo de degenerescência do trabalho que está muito ligado à forma da estabilização, pela abertura de mercado, sobrevalorização cambial, pela alta da taxa de juros e baixo nível de crescimento».

O PIB somente aumentou 2,8% em 96, e enquanto o cabaz de moedas da União Europeia e o ien japonês se desvalorizaram brutalmente, o real continuou artificialmente estável.

Com sobrançeria olímpica, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, declara publicamente (Folha de S. Paulo 29.6.97) que as prioridades para o seu governo são a contenção da inflação, a descentralização da economia e a sua competitividade. Reconhece que o Brasil é «um país injusto», mas entende que esse desafio somente deverá ser enfrentado «a médio e longo prazo». No futuro imediato, «o grande desafio» para o Executivo é «o conjunto de questões ligadas à modernização do Estado».

Na linguagem de Malan, modernização implica obviamente o aprofundamento estratégia neoliberal no contexto da globalização, na fidelidade ao pensamento único.

Não é de estranhar que o Presidente Clinton tenha felicitado recentemente FHC pela sua vitória no Congresso (aprovação do projecto relativo à reeleição), sugerindo que o Brasil peça a admissão como observador no G-7.

A euforia de Clinton não surpreende. Washington identifica hoje no Brasil o modelo não apenas para a América Latina, mas para quase todo o Terceiro Mundo.

FHC, excelente actor, simula certo distanciamento para ganhar credibilidade interna e formula mesmo reparos inócuos ao poder imperial norte-americano. Afirmou, por exemplo, na Escola Superior de Guerra, que o FMI e o Banco Mundial estão aquém dos desafios que enfrentam, pois não prestam a atenção necessária aos países não desenvolvidos. Sugeriu também a criação daquilo a que chamou «uma autoridade política mundial», sem precisar, porém, a sua natureza e modo de intervenção.

Ao discursar na ONU, FHC dirigiu tímidas críticas aos EUA por não colaborarem na redução de emissões de gases destruidores da camada de ozono, mas, enquanto assim falava, o Brasil esforçava-se por boicotar um acordo internacional tendente a impedir a exportação ilícita de mogno, madeira ameaçada pela devastação das matas amazónicas.

FHC sabe que a destruição galopante das florestas prossegue no Brasil, mas não tocou no assunto.



Em estados como o Mato Grosso do Norte e Rondônia, a base da actividade económica continua a ser a exploração ilegal da madeira. As leis da República são ali desafiadas e os madeireiros (tal como os garimpeiros) quase não são estorvados nas suas actividades ilícitas. Um rasto de morte fica a assinalar a sua passagem pelas selvas centrais. Na sua rota, erguem para o céu as suas estruturas arruinadas, cidades espectrais, já abandonadas pelos antigos moradores. Lembram as do Velho Oeste norte-americano do século XIX.

O governo federal não desconhece a extrema gravidade dos atentados ecológicos, mas não adopta uma política firme de defesa do Ambiente.

## A Reforma Agrária no banco dos réus

FHC manifesta, porém, indignação cada vez que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST ocupa fazendas de grandes latifundiários que as não cultivam. Não obstante, 153 milhões, de um total de 325 milhões de hectares – quase metade das terras cadastradas – serem consideradas improdutivas, o Presidente reage às ocupações ameaçando os camponeses com as bainetas do Exército.

A Reforma Agrária marca passo e os responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás continuam em liberdade, mas o Executivo, sensível às pressões dos representantes no Congresso dos grandes fazendeiros, editou um pacote legislativo que inviabiliza a expropriação de quaisquer terras ocupadas ou que venham a ser invadidas.

Segundo o ministro da Política Fundiária, Raul Jungman, essa iniciativa jurídica traduz «o basta do governo» às violações da legalidade e a sua disposição de defender o Estado de Direito.

Entretanto, quase simultaneamente, um tribunal do Espírito Santo, na cidade de Pedro Canário, condenava o líder do MST, José Rainha, a 26 anos e meio de prisão por duplo homicídio. O escândalo foi enorme porque José Rainha não se encontrava sequer naquele Estado no dia em questão.

Num artigo intitulado «A Reforma Agrária no banco dos réus» (Folha de S. Paulo, 13.6.97), Rainha desmascarou a manobra que fez do tribunal de Pedro Canário instrumento de uma engrenagem. Condenado sem provas e sem a presença das próprias testemunhas de acusação por um crime que não cometeu, o dirigente do MST sublinhou que, afinal, «foram julgados o poder de mobilização popular, o desejo de

mudanças estruturais neste país e a luta pelo emprego, pelo fim da fome e da miséria. Não basta a impunidade dos verdadeiros criminosos, é preciso desencorajar qualquer um de lutar. Mas vai acontecer exactamente o contrário. O MST sai mais forte e a sociedade muito mais indignada. Explodirão mobilizações por todo o Brasil contra a fome, o desemprego, pela Reforma Agrária, e agora contra as arbitrariedades da Justiça».

O julgamento terá de ser repetido. Pode-se dizer que o tiro saiu pela culatra. Quanto ao pacote legislativo que inviabiliza a expropriação de terras ocupadas, o MST já informou que as invasões de fazendas improdutivas prosseguirão.

Rainha tem carradas de razão ao dizer que o Governo e o Poder Judicial falam e actuam como se o lugar dos Sem Terra deva ser a cadeia ou o cemitério.

## Escândalos na ordem do dia

Tão severa quando o MST ocupa terras incultas, a Justiça exhibe uma ostensiva passividade perante a orgia de escândalos financeiros que povoa o quotidiano como semente e brasão da seara neoliberal.

Cito três dos mais recentes:



■ Miguel Urbano Rodrigues

• A Caixa Económica Federal avalia em 45 mil milhões de reais a quantidade necessária para pagar um crédito extra nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. Houve um esquecimento absurdo na correcção da caderneta de poupança em 1990 e o dito crédito não foi então incorporado à remuneração dos saldos das contas vinculadas ao Fundo. Os trabalhadores lesados estão agora, naturalmente, a reivindicar a reposição do dinheiro que lhes é devido.

• As fraudes na utilização de títulos precatórios emitidos em diferentes Estados da União ultrapassam 3,7 mil milhões de reais. Esse dinheiro foi gasto em operações não autorizadas, estranhas aos fins das emissões. O caso envolve alguns destacados governadores estaduais.

• Um relatório oficial revela, com um ano de atraso, que a falência do Estado de São Paulo - Banespa foi forjada e decretada com a conivência do próprio Presidente da República. O Banespa, afinal, não estava falido. O objectivo da manobra foi a criação de condições para a privatização do banco.

Estes e outros escândalos financeiros (e políticos) não impressionam minimamente os epígonos do Plano Real. Recebem o tratamento de acontecimentos menores, de rotina.

É um facto que a direita não se apresenta unida. A política monetária de FHC está longe de suscitar aprovação unânime nos partidos, forças e personalidades que apoiam o projecto neoliberal. Mas as dis-

cordâncias - transparentes no que se refere ao câmbio artificial do real - não impedem as convergências de fundo quanto às opções ideológicas subjacentes à estratégia presidencial.

ceiros da ditadura militar. Em textos insidiosos e ridículos não faltou mesmo quem fizesse a apologia do desemprego e a destruição do Estado do Bem-Estar Social como condições *sine qua non* da democracia, do progresso e da liberdade. As montras das livrarias exibem, aliás, como obras de leitura útil, traduções de autores norte-americanos que aconselham os trabalhadores desempregados a não se preocuparem excessivamente com a perda dos seus postos de trabalho.

Só falta afirmar que os europeus devem sentir gratidão pela existência de vinte milhões de desempregados.

O presidente FHC achou que o momento era oportuno para um exercício de auto-elogio. Em artigo publicado na Folha de S. Paulo (19.6.97), esboçou o perfil de um salvador milagreiro, humilde, mas feliz perante o espectáculo de uma obra grandiosa. Espera poder dar-lhe continuidade. Os males, claro, não os considera da sua responsabilidade. Está ciente de que o Brasil é uma República peculiar que funciona em benefício das «elites».

«Tenho dito sempre - escreve - que o Estado, no Brasil, nunca esteve preparado para atender os pequenos, a maioria dos cidadãos.»

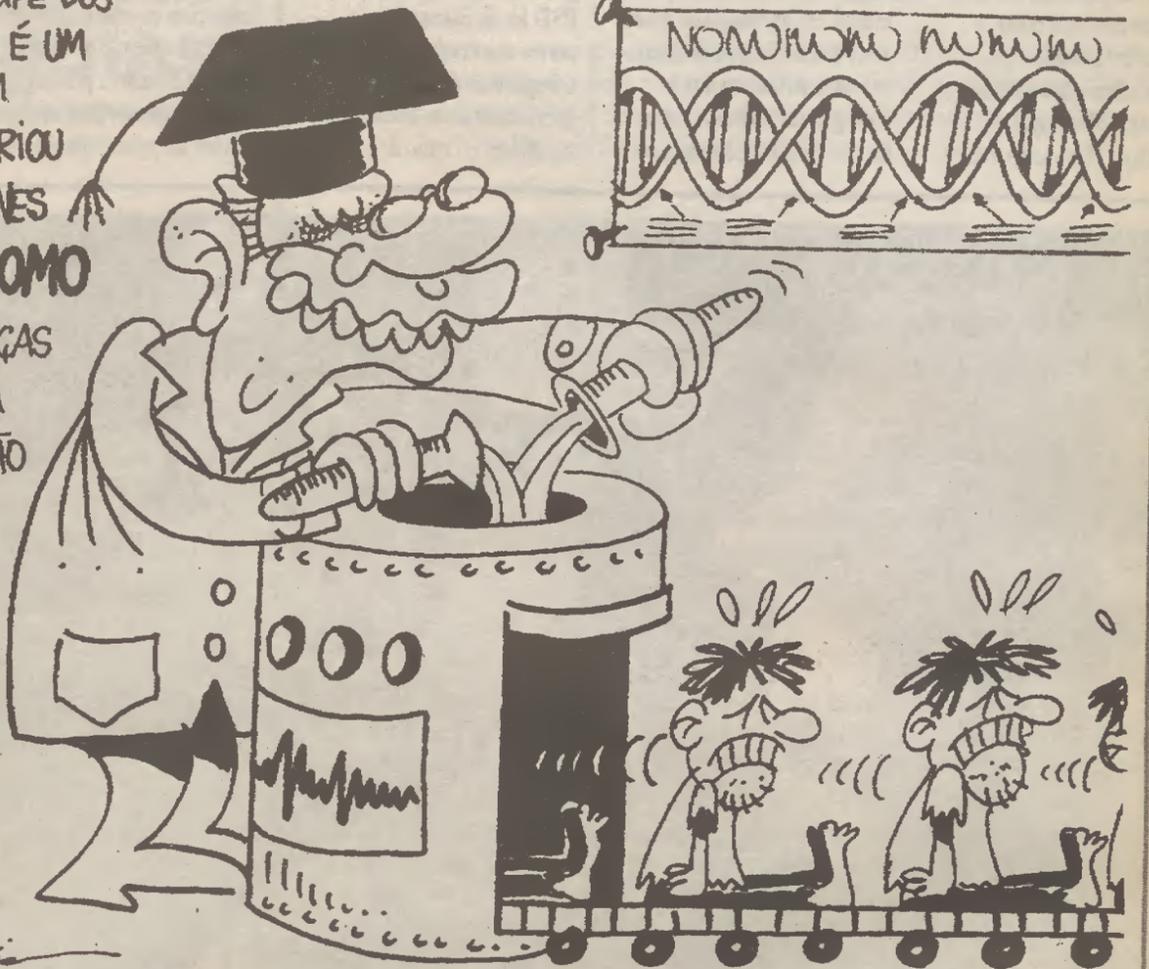
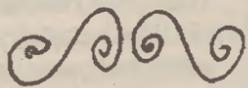
Essa evidência não o preocupa. Enfático, assevera e anuncia: «Posso garantir que ele vai aprender.»

Mofina garantia para um grande e sofrido povo, pauperizado num país fabulosamente rico.

Não surpreende que o modelo de «governo cívico autoritário que exclui o povo e as correntes progressistas da normalidade do convívio democrático» esteja a suscitar uma contestação popular crescente que se desenvolve num contexto em que a luta de classes tende a intensificar-se.

## Ciência Moderna

O INCRÍVEL PRÍNCIPE DOS CIENTISTAS FHC É UM ESPECIALISTA EM CLONAGEM. JÁ CRIOU MILHÕES DE CLONES DO ESPÉCIME "HOMO POBRIS", GRACAS À SUA TÉCNICA DE MULTIPLICAÇÃO DO DNA (DESEMPREGO, NEOLIBERALISMO E ARROGÂNCIA)



## O looping do Lopes

Santana Lopes anda muito entretido com um novo brinquedo - a sua «candidatura à presidência» da Câmara Municipal de Figueira da Foz - pelo que

desatou a esforçar-se por parecer, se não um autarca (coisa que não é e muito improvavelmente será), pelo menos um animador de matriz autárquica. Vai daí, deslocou-se compenetradamente a Ourique, no Alentejo, onde foi convidado de honra num

# PONTOS CARDEAIS

jantar de apoio ao candidato PSD local. Estava tudo a correr nos conformes, quando o imprevisível Lopes - aliás previsivelmente - começou a desatinar: no meio de

inflamadas trivialidades, denunciou os «dirigentes de partidos» que «ao nível mais alto» continuam a privilegiar com a sua presença apenas as sessões de pré-campanha em

Lisboa e Porto e não dizem «presente neste e noutros momentos bem difíceis». Toda a gente percebeu, no meio de tão difícil momento, que os «dirigentes de partidos» de «nível mais alto» se resumiam ao principal responsável do partido do Lopes - o cada vez menos azougado Marcelo Rebelo de Sousa. Com tanto jeito para o *looping*, Santana Lopes devia ser aviador. De qualquer modo, continua a ser um ás nos sucessivos festivais de cabeças no ar em que o PSD continua embrenhado.

## O Sr. «absoluto»

Quem anda igualmente embalado em pré-campanha autárquica é Fernando Gomes, presidente PS da Câmara Municipal do Porto. Após estudadas hesitações em se recandidatar, parece ter esmorecido com a expectativa de outras e inconfessadas ambições políticas, mergulhando a fundo na campanha por novo mandato. À semelhança de Santana Lopes, escolheu terreno alheio - Vila Verde, onde inevitavelmente se deslocou em apoio ao candidato PS local - para debitar mais uma poderosa teorização. E afirmou Gomes: «O PS necessita de ter uma maioria absoluta para poder realizar as reformas necessárias ao País. Governar com estabilidade significa ter maioria absoluta». Como o descaramento era excessivo, Gomes acorreu em socorro de si próprio garantindo não haver qualquer contradição com o discurso anterior do seu partido (que negava, e bem, a tese cavaquista da necessidade da maioria absoluta), argumentando que «a oposição não deixa passar as reformas do Governo». Absolutamente. Já Cavaco dizia o mesmo - e apenas com a diferença de que nunca disse outra coisa...

## Em ruínas

Aliás, a pré-campanha autárquica parece ter desembestado por esse País fora ou, pelo menos, em alguns locais estratégicos. Em Lisboa, é Ferreira do Amaral que aparece como única (literalmente...) proposta da direita para governar a capital. Projectos? Propostas? Estudos? Inventariação de problemas? Alinhamento de soluções? Nada disso. O «candidato-clone», como já alguém lhe chamou ao vê-lo, em triplicado, nuns incriveis cartazes com que inundaram a cidade, parece ser a única

coisa de que a direita dispõe para disputar a Câmara alfacinha. O homem dispensa listas ou vereadores que o acompanhem: ele sozinho é tudo isso, apesar de já ter advertido que, em caso de derrota, não ocupará o seu lugar na vereação, o que levanta um problema interessante. Quando for derrotada nas próximas eleições autárquicas, a direita desaparecerá, pura e literalmente, da Câmara Municipal de Lisboa, dado que a sua consubstanciação, o inefável Dr. Ferreira do Amaral, recusa franquear os Paços do Concelho... Deve ser por isso que o novo cartaz da campanha de Ferreira do Amaral consiste numa fotografia de casas degradadas. É a ilustração impressionante duma campanha que já nasceu em ruínas.

## Imagens reais

Artur Albarran anda a anunciar na SIC a estreia de um programa assente em «imagens reais», o que, no pressuposto do apresentador, significará imagens colhidas no quotidiano e ao abrigo de encenações. Para dar mais peso ao produto, Albarran acrescenta que são imagens «sem exageros», subentendendo assim a preocupação do rigor e do equilíbrio. Entretanto vão passando no fundo do *spot* promocional algumas das tais «imagens reais», em geral arrancadas de situações dramáticas, embaraçosas, absurdas ou ridículas, o que indicia claramente o objectivo do programa: chocar o espectador a todo o preço, com o picante adicional e *voyerista* de se estar a surpreender situações ocorridas com alguém. Os responsáveis da SIC continuam a fingir ignorar que a organização de quaisquer registos da realidade é, pela sua própria natureza subjectiva, uma ficção produzida pelo organizador, por muito «reais» que sejam essas imagens. O que conta no produto final é, obviamente, a orientação que foi dada aos elementos integrados, que é como quem diz a «ficção» engendrada. E, só pela amostra, se percebe que novo pano vem aí: mais uma obscenidade, agora com a caução suplementar do «rigor» colhido da «realidade». Quanto aos exageros, eles não estão nos «factos» (que não têm moral em cima nem códigos dentro), mas na selecção que deles se faz. Ou não será, ó Albarran?!...



## PONTOS NATURAIS

Mário Castro

### Do meu diário

#### Auto-estima

Desabaram os céus povoados sobre as nossas cabeças Alguns mudaram para outras mesas onde lhes ofereceram chá de tília numa sala com música.

Tudo pareceu um súbito deserto Eu nem lhes quero mal mas se me convidarem para a sua música de chá viro os olhos para a janela que continua a dar para um jardim.

Olho-me num espelho. Tenho alguma estima por ti, pá.

#### Herdeiros

Rui Zink lembra. Era criança e chorava com os *Esteiros*.

(Herdeiro de menino solidário...)

Herdeiros de um dia estaremos vivos ontem ou amanhã.

#### Televisão

Se eu não estivesse a ver televisão

andava lá por fora a colher folhas para guardar nos livros.

Se eu não estivesse a ver televisão andava pela noite dançando à Fred Astaire com a Cassiopeia ou a Orion

Se eu não estivesse a ver televisão estaria (é o mais certo) como estou escrevendo estes versos.

Se eu não estivesse a ver televisão onde iria aprender as mil razões para o amor?

#### Ali se via o mar

E por falarmos de Orion. Chamava-se Orion o café Onde encontrava à tardinha a minha última namorada.

Era esse o tempo dos mastins à solta para caçar os astros. Nós íamos na rua de constelação na lapela enquanto à nossa frente de par em par se abria o Mar Vermelho.

#### Sansão e Dalila

David Mourão-Ferreira veio esta noite visitar-me.

Pôs um disco a tocar e perguntou-me:  
- Gostas?  
- Muito. Muito.  
- Então leva-o contigo.  
- Como se chama isto?  
- É o «Sansão e Dalila».

Digam-me um verso - um só - e eu nomeio o poeta Mas em músicas (meu Deus, não me castigues!) sou o que se chama um nabo. Opus, sei lá? Com algumas poucas excepções (Figaro cá, Figaro lá son'un barbiero di gran qualità...) (ou o va pensiero, vá, também não exageremos) raro coloco a ária na ópera certa.

Por isso apelo a todos os leitores que me contem de «Sansão e Dalila» e me digam onde posso encontrar.

Se é que tudo não passa de uma daquelas difíceis ficções em que os sonhos são mestres

## AGENDA

## CDU apresenta candidatos

### AVIS

Apresentação pública dos candidatos da CDU à CM e AM: dia 17, às 17h, no salão da Junta de Freguesia de Avis, com a participação de Jerónimo de Sousa.

### PENAFIEL

Jantar de apresentação dos candidatos da CDU no concelho: dia 18 às 20h, no Restaurante Penafidelis (Sameiro), com a presença de Emídio Ribeiro, Ilda Figueiredo, José Calçada e Honório Novo.

Vilarinho - Plenário de militantes do PCP: no salão da Junta de Freguesia, dia 19 às 21h30.

### PORTALEGRE

Comenda - Reunião de preparação de lista e programa da CDU para a freguesia: dia 19 às 21h, na garagem do Sr. António Miguel.

### SETÚBAL

Apresentação pública da candidatura de Maria João Luz à presidência da JF de Santa Maria da Graça: dia 18 às 21h30, no Edifício Arrábida, com a participação do arqueólogo Carlos Tavares da Silva e de Ruben de Carvalho, cabeça de lista à CM.

Apresentação pública da candidatura de José Manuel Carvalho da Silva à AF de Anunciada: dia 19 às 20h, no Restaurante de Fernando Pinho (prolongamento da Rua do Castelo), com a participação de Ruben de Carvalho.

Apresentação pública da candidatura de Luís Custódio à AF de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra: dia 20 às 13h, na Gâmbia, com a participação de Ruben de Carvalho.

### VILA REAL

Almoço-convívio de apresentação dos candidatos CDU às CMs e AMs do Distrito: no Hotel Miracorgo, dia 20 às 12h30, com a participação de Henrique de Sousa.

### ALJEZUR

Apresentação pública de candidaturas da CDU aos órgãos autárquicos do concelho: dia 19, às 21h30, nas instalações do Rancho Folclórico de Rogil.

## A CDU promove o debate

SETÚBAL,  
o concelho e a cultura

Com a participação de Ruben de Carvalho e de convidados, designadamente

Instituições e Agentes Culturais do Concelho.

Hoje, quinta-feira, às 21h30, na Capricho Setubalense

No FUNCHAL

A transformação da Sociedade  
e a Literatura Contemporânea

Com a participação de Urbano Tavares Rodrigues  
Sábado, 19, às 17h30, na Sala Cidade (R. da Carreira)

### FOROS DE ARRÃO

Almoço-convívio e Tarde Cultural nos Pavilhões da Cooperativa  
Dia 26 a partir das 13h  
Intervenção de Luís Sá sobre a situação política.

### LAGOS

Exposição de Jovens Artistas promovida pela Juventude CDU  
"Workshop" para jovens músicos  
Na sede da CDU-Lagos  
de 16 a 20 de Julho (das 15 às 21h).

### LOURES

Festas do Concelho  
Pavilhão da CDU - Banca da Juventude CDU  
Vídeos, música ambiente, bar  
Junto ao Jardim de Loures,  
de 18 a 27 de Julho.

### III ACAMPAMENTO PELA ESQUERDA

- Acampamento da Juventude CDU em Belmonte -

Dias 25, 26 e 27 de Julho, na Quinta do Rio  
(Informações: CTs do PCP em Castelo Branco - Tel. (075) 25031).

### GRANDE CONVÍVIO NO DOURO

- 15, 16 e 17 de Agosto -

promovido pela Organização da Penha de França do PCP  
De Lisboa a Mesão Frio e Vila Nova de Foz Côa  
Figueira de Castelo Rodrigo - Cruzeiro no Douro  
(Informações: CTs da Zona Oriental de Lisboa)

## Carlos Carvalhas

Sexta e Sábado em VIANA DO CASTELO e BRAGA  
Terça-feira em ALVITO e FERREIRA DO ALENTEJO

Nos próximos dias e a convite das organizações do PCP e da CDU locais, o Secretário-geral do PCP participa em jornadas de esclarecimento das propostas eleitorais da CDU e em sessões de apresentação dos seus candidatos às eleições de Dezembro nos distritos de Viana do Castelo e Braga e, terça-feira, no de Beja.

O programa anunciado é o seguinte:

### • VIANA DO CASTELO/BRAGA

Sexta-feira, 18

- Jantar-convívio em Viana do Castelo com os trabalhadores dos Estaleiros de Viana do Castelo, da Portucel e de outros sectores, no CT do PCP (Rua Manuel Espargueira) - às 19h.  
- Comício-festa na Praça da República em Viana do Castelo, com apresentação dos candidatos da CDU às Câmaras Municipais do Distrito - a partir das 21h30.

Sábado, 19

- Ainda no distrito de Viana do Castelo, visita à Ribeira - às 10h e paragem em Cabeços/Areosa - às 10h30. Concentração em Vila Praia de Âncora - às 11h15, seguindo-se visita à sede da candidatura da CDU. Concentração em Caminha, no Terreiro - às 12h, e concentração em Vila de Mouros, no Largo do Casal - às 12h45  
- Almoço em Vilar de Mouros, no Restaurante-Bar Retiro da Ponte - às 13h  
- Passagem em Darque - Passeio pelo rio, do Cabedelo até à ponte - a partir das 16h, paragem na Meadela - às 17h30, em Ponte de Lima / Largo Camões - às 18h30, e em Ponte da Barca, junto ao CT do PCP - às 19h30, seguindo-se jantar em Ponte da Barca, no Restaurante O Moinho  
- Comício-festa no Jardim Público de Guimarães, também com a presença dos candidatos da CDU às Câmaras Municipais do Distrito de Braga - às 21h30.

### • Distrito de BEJA

Terça-feira, 22

- No Alvito, inauguração do novo CT do PCP (na Rua Nova) - às 18h, e Sessão Pública de apresentação dos candidatos da CDU, na Praça da República - às 19h  
- Em Vila Nova da Baronia, jantar-convívio no Salão de Festas (junto à Estação da CP) - às 20h  
- Em Ferreira do Alentejo, Sessão Pública de apresentação dos cabeças de lista da CDU às autarquias do concelho, no Centro Cultural Manuel da Fonseca - às 22h.

— ★ —

### Projecto Vida

Acompanhado pelos camaradas Francisco Lopes, da Comissão Política, e António Filipe, deputado da AR, Carlos Carvalhas visita hoje, dia 17, a partir das 9h30, o "Projecto Vida".

## Plenários de células do PCP

ALMADA

Plenário da célula da Lisnave para discussão da situação na empresa: sexta-feira, 18, às 17h, no CT concelhio.

LISBOA

Plenário de militantes da célula da EDP sobre a situação política e a situação na EDP: hoje, dia 17, às 18h30, no CT da Av. Duque de Loulé.

MONTE ABRAÃO

O que se propõem os comunistas e a CDU fazer pela nova freguesia de Monte Abraão? Uma lista capaz de ganhar as eleições, o respectivo programa eleitoral, a elaboração de um plano de acção até Dezembro estarão em discussão no plenário da Organização da Freguesia que se realiza sexta-feira, 18, a partir das 21h30, na Escola Primária de Monte Abraão.

OEIRAS

Reunião da Comissão Concelhia sobre a situação política, social e eleitoral - designadamente sobre a proposta de composição das listas CDU para a CM e AM de Oeiras: dia 21 às 20h30, no CT de Algés, com a participação de Agostinho Lopes.

TELEVISÃO

Quinta, 17

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Assalto com Estilo  
(de Martin Brest, EUA/1979, com George Burns, Art Carney, Lee Strasberg, Charles Hallahan. Ver Destaque)  
15.30 Alondra  
17.00 Notícias  
17.15 Carmen  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Filhos do Vento  
21.50 Concurso 1, 2, 3  
23.50 TV Verdade  
00.25 24 Horas  
01.10 Magacine  
01.40 Ciclismo - Volta a França  
02.30 O Distintivo da Morte  
(de Douglas Barr, EUA/1994, com Brian Wimmer, M. Emmet Walsh, James B. Sicking. Telefilme Policial)

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Volta a França em Bicicleta

Sexta, 18

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Olho Clínico  
14.25 North, O Puto Maravilha  
(de Rob Reiner, EUA/1994, com Elijah Wood, Bruce Willis, Jason Alexander, Dan Aykroyd. Drama)  
16.15 Alondra  
17.00 Notícias  
17.15 Carmen  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Lições do Tonescas  
21.25 Filhos do Vento  
22.20 Jogos Sem Fronteiras  
24.00 24 Horas  
00.50 Volta a França em Bicicleta  
01.05 Ante-estreia - «Man in Black»  
01.40 Caçador Infernal  
(de Fred Williamson, EUA/1995, com Miles O' Keeffe, Fred Williamson. «Thriller» Policial)

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Volta a França em Bicicleta

Sábado, 19

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
12.20 Confissões de Adolescentes  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top +  
14.55 Especial Bon Jovi  
15.15 Confissões de Adolescentes  
15.30 Alta Voltagem  
16.05 Amores e Rebeluia  
17.05 86-60-86  
18.05 Companhia dos Animais  
18.40 Super Bébés  
19.20 Jet 7  
20.00 Telejornal  
20.50 Isto Só Video  
21.25 Há Horas Felizes  
22.40 Jornadas Olímpicas da Juventude Europeia  
23.35 Segredos da Ecuridão  
00.30 24 Horas  
01.25 Veia de Campeão  
(de Peter Markle, EUA/1985, com Rob Lowe, Cynthia Gibb, Patrick Swayze, Ed Lauter. Desporto)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
12.05 Vida por Vida  
12.15 Ilha de Baleias  
13.10 Segredos do Mundo das Feras  
13.35 Dinheiro Vivo  
14.00 Desporto 2  
18.30 Foyer  
19.30 Tourada  
21.00 Semana ao Sábado

Domingo, 20

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
11.45 Sem Limites  
12.20 Confissões de Adolescentes  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Made in Portugal  
14.45 O Caminho das Estrelas  
15.45 O As Vale Mais  
(de Giuseppe Copizzi, It/1969, com Eli Wallach, Terence Hill, Bud Spencer, Brock Peters. «Western-Spaghetti»)  
18.00 Notícias  
18.15 Amores e Rebeluia  
19.20 Casa Cheia  
20.00 Telejornal  
20.45 Contra-Infomação (Compacto)  
21.05 Casa de Artistas  
22.25 Filhos do Vento  
23.20 O Polvo VII  
01.05 24 Horas  
01.45 Desporto - Volta a França  
02.00 Polícia em Acção

RTP 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes

Segunda, 21

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Ataque ao Amanhecer  
(de Tim Whelan, EUA/1955, com Randolph Scott, Forrest Tucker, Mala Powers. «Western»)  
15.40 Alondra  
17.00 Notícias  
17.15 Carmen  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.00 Filhos do Vento  
21.25 TV Verdade  
22.00 Portugal Democracia  
00.15 24 Horas  
01.15 Imunidade Diplomática  
(de Peter Maris, com Bruce Boxleitner, Billy Drago, Tom Breznahan. Acção)

Terça, 22

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Ousadia  
(de Richard Thorpe, EUA/1951, com Burt Lancaster, Robert Walker, Joanne Dru, Sally Forrest. «Western»)  
15.25 Alondra  
17.00 Notícias  
17.15 Carmen  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Filhos do Vento  
21.45 TV Verdade  
22.20 Antenas no Ar  
23.35 24 Horas  
00.35 Relação Escandalosa  
(de Peter Barber-Fleming, Gr.Br./1985, com Kenneth

Quarta, 23

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Bonanza  
(de William F. Claxon, EUA, com Michael Landon Jr., Barbara Anderson, Robert Fuller. «Western»)  
15.25 Alondra  
17.00 Notícias  
17.15 Carmen  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
19.30 Vamos Jogar no Totobola  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Filhos do Vento  
22.25 TV Verdade  
23.00 Jackie Chan nas Ruas de Nova Iorque  
(de Stanley Tong, com Jackie Chan, Anita Mui, Françoise Yip. Acção)



Uma Família às Direitas

16.30 Poder e Traição  
17.25 Agente Secreto  
18.15 Aventuras do Séc. XX  
18.40 Um, Dó, Li, Tá  
19.50 Infantil  
20.20 Euronews  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Amigos por Acaso  
22.00 Jornal 2  
22.30 O Império dos Sentidos  
(de Magisa Oshima, Jap./Fr./1976, com Tatsuya Fuji, Eiko Matsuda, Aoi Nakajima. Ver Destaque)  
00.10 O Último Governador

SIC

09.10 Buérré  
11.30 Receitas do Dia  
11.55 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Walker  
15.45 Buérré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 As Aventuras de Camilo  
21.20 A Indomada  
22.30 Paródio Nacional  
24.00 Último Jornal  
00.25 O Cliente  
01.45 Vibrações

TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 Éramos Seis  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 Esquadrão Classe A  
18.30 Doutores e Engenheiros  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 A Boa Esposa  
(de Ken Cameron, Austrália/1986, com Rachel Ward, Brian Brown, Sam Neill, Steven Vidler, Jennifer Claire. Drama)  
00.30 TVI Jornal  
00.50 Fora de Jogo  
01.05 A Balada de Hill Street

16.30 Poder e Traição  
17.25 O Santo  
18.15 Aventuras do Séc. XX  
18.40 Um, Dó, Li, Tá  
19.50 Infantil  
20.20 Euronews  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Carolina na Cidade  
22.00 Jornal 2  
22.30 As Idades de Lulu  
(de Bigas Luna, Esp./1990, com Francesca Neri, Oscar Ladoire, Maria Barranco. Erótico)  
00.05 Rumo ao Sul  
01.00 Ciclo Beethoven / Bernstein - Sinfonia nº4

SIC

09.10 Buérré  
11.30 Receitas do Dia  
11.55 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Walker  
15.45 Buérré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Malucos do Riso  
21.20 A Indomada  
22.20 Miss Universo  
24.00 Crianças nas Trevas  
01.30 Último Jornal  
01.55 Um Homem de Sorte  
03.15 Vibrações

TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 Éramos Seis  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 Esquadrão Classe A  
18.30 Doutores e Engenheiros  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Especial U2 em Roterdão  
24.00 Assédio Fatal  
(de Yves Simoneau, EUA/1993, com Jamie Lee Curtis, Peter Gallagher, Joanne Whalley-Kilmer. Terror)  
02.00 TVI Jornal  
02.35 A Ballada de Hill Street



Bon Jovi

22.00 Onda Curta  
(Ernst e a Luz, de Kim Magnusson e Anders Thomas Jensen, Din./1996, Curta-Metragem; O Jasmin Florido, de Daniel Gruener. Curta-Metragem)  
22.30 O Lugar da História - «Pedro, O Grande»  
23.20 Bye, Bye, Baby  
(de Edward Bennett, Gr.Nr./1992, com Ben Chaplin, Jason Fletmyng, Colin Tierney, Robert Portal. Comédia Dramática)

SIC

08.00 Buérré  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.40 Hércules  
15.45 A Sentinela  
16.50 Walker  
18.00 Fuga do Triângulo das Bermudas  
(de Ian Toynton, EUA/1996, com Sam Behrens, Susanna Thompson, Lisa Jakub. Aventuras)  
19.00 Salsa e Merengue  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Mundo VIP  
21.15 Big Show Sic  
00.40 Último Jornal  
01.00 Mistério nas Caraíbas  
(de Richard Lang, EUA/1985, com Jenny Seagrove, Murray Crutchley, Maury Chaykin, Robert Webber. Telefilme)

TVI

08.30 Animação  
11.00 Vamos ao Circo  
12.40 Caloiros  
13.00 Notícias  
13.25 Contra-Ataque  
15.00 O Caminho do Oeste  
(de Mike Newell, Ir./1991, com Gabriel Byrne, Ellen Barkin, Ruaidhri Conroy, Ciaran Fitzgerald. Ver Destaque)  
17.00 Uma Família às Direitas  
17.25 Competente e Descarada  
17.55 Se o Amanhã Chegar  
20.00 Hospital Universitário  
21.00 Telejornal  
21.30 Savannah  
22.30 Picket Fences  
23.30 Disposta a Tudo  
(de Gus Van Sant, EUA/1995, com Nicole Kidman, Matt Dillon, Joaquin Phoenix, Alison Folland. Ver Destaque)

10.00 70 x 7  
10.30 Missa  
11.20 Os Hapsburgos  
12.20 Máquinas  
12.40 Em Buseca de Vestígios Esquecidos  
13.30 Jornal d'África  
14.05 Desporto 2  
18.00 Adeus Princesa  
(de Jorge Paixão Costa, Port./Fr./Esp./1991, com Miguel Molina, António Capelo, Lidia Bosh, Judith Henry, Inês de Medeiros. Ver Destaque)  
19.35 Bom Bordo  
20.10 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - W H. Auden»  
21.00 Terra Estranha  
21.55 Horizontes da Memória  
22.30 Bailado: «Na Floresta»  
23.00 Kaspar Houser: Um Drama Real (Parte II)

SIC

08.30 Buérré  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.50 Xena, a Princesa Guerreira  
16.00 Cidade Escaldante  
17.00 Batman  
(de Tim Burton, EUA/1989, com Michael Keaton, Jack Nicholson, Kim Basinger, Robert Wuhl, Pat Hingle, Jack Palance. Ver Destaque)  
19.00 Salsa e Merengue  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Circo  
21.30 Viver e Morrer em Los Angeles  
(de William Friedkin, EUA/1985, com William Petersen, Willem Dafoe, John Pankow. Acção Policial)  
24.00 Último Jornal  
00.25 Jô Soares

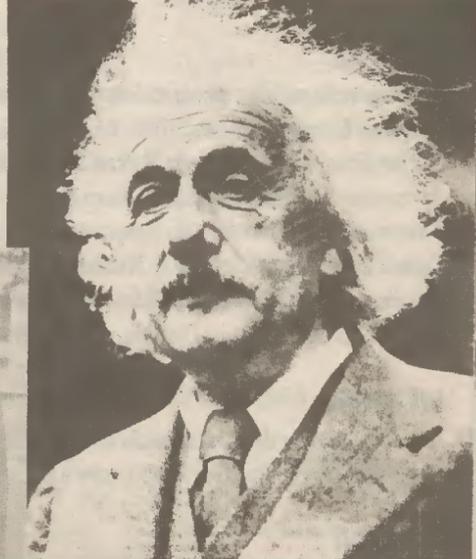
TVI

08.30 Animação  
09.50 Vamos ao Circo  
11.10 Missa  
12.30 Portugal Português  
13.30 Notícias  
13.50 O Detetive das Mil Caras  
14.50 E Urgente Salvar o Planeta  
15.30 O Homem Aranha - Experiência Desastrosa  
(de Joseph Manduke, EUA/1978, com Robert F. Simon, Chip Fields, Ellen Bry. Aventuras)  
17.20 Desafios  
18.00 Se o Amanhã Chegar  
20.00 I West Waikiki  
21.00 Telejornal  
21.35 Edição Especial  
22.30 Notícia Escaldante  
23.30 Apolo 11 - Caminhos Errados  
(de Norbert Barba, EUA/1996, com Xander Berkeley, Jim Metzler, Jeffrey Nording, Jane Keszmarek. Histórico)



Murphy Brown

O Cliente



«Einstein»: um filme documental na série «Génios do Nosso Século», quarta-feira na RTP2

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Ciclismo - Volta a França  
16.35 Poder e Traição  
17.30 Agente Secreto  
18.20 Aventuras do Séc. XX  
18.45 Um, Dó, Li, Tá  
19.55 Infantil  
20.25 Universidade Aberta  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Murphy Brown  
22.00 Jornal 2  
22.30 O Fugitivo da Selva  
(de Peter Markle, EUA/1988, com Gene Hackman, Danny Glover, Jerry Reed, David Marshall Grant. Guerra)  
00.15 Nas Entrelinhas

SIC

10.10 Buérré  
11.30 As Receitas do Dia  
11.55 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Walker  
15.45 Buérré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Ponto de Encontro  
21.45 A Indomada  
23.00 O Perito  
(de Reck Avery, EUA, com Jeff Speakman, James Brolin, Elizabeth Gracen. Acção)  
01.00 Último Jornal  
01.25 O Fim do Império  
02.55 Vibrações

TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 Éramos Seis  
16.40 O Barco do Amor  
17.30 Esquadrão Classe A  
18.30 Doutores e Engenheiros  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Um Homem sem Passado  
23.00 PSI Factor  
24.00 TVI Jornal  
00.35 A Balada de Hill Street

Branagh, Helen Mirren, Alison Steadman. Drama)

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Ciclismo - Volta a França  
16.35 Poder e Traição  
17.30 Agente Secreto  
18.20 Aventuras do Séc. XX  
18.45 Um, Dó, Li, Tá  
19.50 Infantil  
20.00 Rotações  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Crimes Verdadeiros  
22.00 Jornal 2  
22.30 O Caçador  
(de Michael Cimino, EUA/1978, com Robert De Niro, John Cazale, John Savage, Christopher Walken, Meryl Streep, George Dzundza. Ver Destaque)  
00.20 Jools Holland

SIC

10.10 Buérré  
11.30 As Receitas do Dia  
11.55 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Walker  
15.45 Buérré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Imagens Reais  
21.20 A Indomada  
22.30 Grande Reportagem  
23.30 O Cliente  
00.30 Último Jornal  
00.55 Primeiros Anos  
02.20 Vibrações

TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 Éramos Seis  
16.40 O Barco do Amor  
17.30 Esquadrão Classe A  
18.30 Doutores e Engenheiros  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 S6 Contra Tudo  
(de Christopher Leitch, EUA/1995, com Tiffani-Amber Thiessen, Brian Austin Green, Isabella Hofmann. Drama)  
23.50 Jornal do Mundo  
00.40 TVI Jornal  
01.15 A Balada de Hill Street

00.45 24 Horas  
01.45 Perfume do Ciclone  
(de David Irving, com Kris Kristofferson, Marisa Berenson, Alla Karot)

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Ciclismo - Volta a França  
16.35 Poder e Traição  
17.20 Agente Secreto  
18.20 Aventuras do Séc. XX  
18.45 Um, Dó, Li, Tá  
19.55 Infantil  
20.20 Euronews  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Os Simpsons  
22.00 Jornal 2  
22.30 Bom Dia, Vietnam  
(de Barry Levinson, EUA/1987, com Robin Williams, Forest Whitaker, Tung Thanh Tran, Bruno Kirby. Ver Destaque)  
01.00 Vidas do Século - «Albert Einstein»

SIC

10.10 Buérré  
11.30 As Receitas do Dia  
11.55 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Walker  
15.45 Buérré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 O Fantasma  
21.20 A Indomada  
22.20 Cantigas da Rua  
23.20 Nostromo  
00.25 Último Jornal  
00.50 Toda a Verdade - Vietnam, as Imagens Proibidas  
02.10 Vibrações

TVI

10.10 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 Éramos Seis  
16.40 O Barco do Amor  
17.40 Esquadrão Classe A  
18.40 Doutores e Engenheiros  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Os Três Fugitivos  
(de Francis Veber, EUA/1988, com Nick Nolte, Martin Short, James Earl Jones, Sarah Rowland Doroff. Comédia Policial)  
24.00 TVI Jornal  
00.20 Fora de Jogo  
01.15 A Balada de Hill Street

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## Assalto com Estilo

(Quinta, 13.45, RTP1)

Fartos de um quotidiano vazio de sentido e sobretudo de «acção», três velhos reformados estudam meticulosamente o assalto a um banco e, se bem o pensaram, melhor o fizeram - a operação é coroada de êxito e, com isso, o lado «perverso» que nestas situações costuma revelar-se nos espectadores congratula-se com o facto de que tudo tenha corrido bem! A partir daqui, a história tem vários desvios: um dos nossos «heróis» tem um ataque cardíaco, os outros dois vão para Las Vegas e, com a fortuna que ganham ao jogo, regressam ainda mais ricos a Nova Iorque. Mas um deles acaba por morrer e o terceiro é preso, não sem que antes tenha conseguido que o dinheiro fosse parar a boas mãos: o sobrinho de um dos seus amigos. Claro que uma história comovente e irresistível como esta só podia ter um realizador de bom gosto e sensibilidade - e ele é Martin Brest - e três intérpretes à altura: os veteranos Art Carney, Lee Strasberg e George Burns, este último se possível ainda melhor que os restantes. Quanto ao filme, se a programação cinematográfica da RTP 1 fosse de primeiríssima ordem - e sabe-se que vai pelas ruas da amargura! - ele estaria bem neste horário. Não sendo assim, só a incompetência estratégica dos programadores faz com que indigências como *Imunidade Diplomática*, *Jackie Chan nas Ruas de Nova Iorque* ou *Perfume de Ciclone* (exemplos entre muitos) tenham desesperadamente, noutros períodos de maior visibilidade, «furar» a concorrência...

## O Império dos Sentidos

(Quinta, 22.30, RTP2)

Naturalmente que, no meio de um ciclo dedicado ao chamado «cinema erótico» através do qual, numa clara jogada de «piscadela de olhos», se procura dar uma cobertura «cinéfila» a alguns produtos cinematográficos de duvidoso calibre, esta obra do cineasta nipónico Nagisa Oshima constitui o alibi «de qualidade» de que o ciclo manifestamente carece. Filme altamente polémico - como a memória de alguns recordarão pelas verdadeiras «cenas chocantes» que (ultrapassando em muito as que se desenrolam do ecrã) entre nós se passaram aquando da sua estreia - *O Império dos Sentidos* é uma transposição para o cinema de um caso real, uma relação de paixão louca, levada ao paroxismo e à morte, que envolveu a geisha Sada e o amante da sua patroa Kichizo. Admiravelmente filmado e encenado (e sem jamais poder ser confundido com os subprodutos pornográficos que infestam o baixo negócio «cinematográfico»), estamos perante um dos filmes que mais longe ousaram ir nas representações do acto sexual.

## O Caminho do Oeste

(Sexta, 15.00, TVI)

Dizer que se trata de um filme para plateias (ou espectadores de televisão) juvenis é limitar o espectro de potenciais interessados numa história filmada que, recusando os mecanismos do cinema comercial, se afigura ter preocupações acerca das pessoas de que fala, as quais nos são mostradas com a maior das sensibilidades. Tudo se passa nos miseráveis subúrbios de Dublin, onde vivem com o seu pai (viúvo) e atacado pelo vício da bebida dois miúdos ciganos. Um dia, o avô dos miúdos resolve dar-lhes como prenda um cavalo branco (um presente que dificilmente se pode guardar na grande cidade!) mas este é roubado. Visto mais tarde por eles na televisão, numa corrida de cavalos, os dois jovens vão em sua busca e depois de o recuperarem inicia-se uma série de aventuras que apaixonam a opinião pública... *O Caminho do Oeste* é um dos mais interessantes filmes que nos chegam de uma cinematografia em crescente afirmação - a irlandesa - e que se debruça, aliás, sobre uma temática de grande actualidade entre nós: a conflitualidade gerada pela incompreensão do meio urbano hostil aos costumes e tradições culturais ciganas. Tudo isto é desbaratado pela TVI, como é evidente, às 15 horas de uma sexta-feira!

## Disposta a Tudo

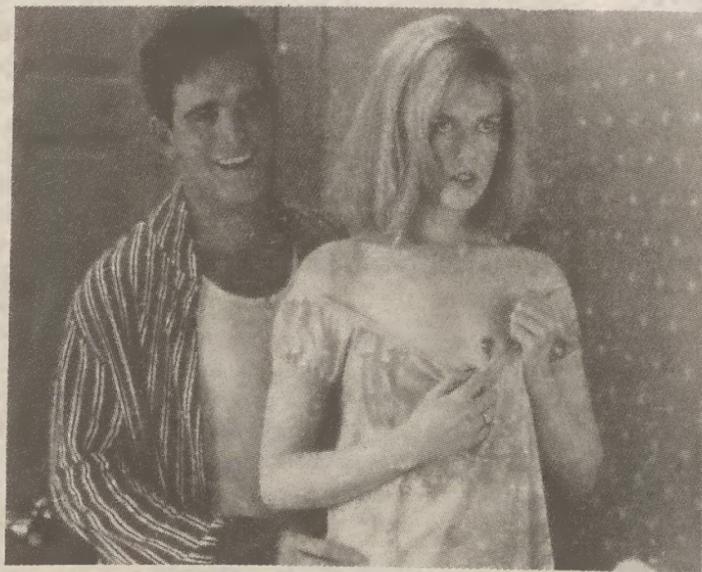
(Sábado, 23.30, TVI)

Uma jovem apresentadora do boletim meteorológico numa TV local, é perseguida por um grande objectivo: ser apresentadora, no horário nobre e num canal de expressão nacional, de um programa de televisão. Para tal, revelando o lado psicopata da sua personalidade, demonstra-se capaz de tudo para conseguir atingir os seus objectivos - até matar! Contraditoriamente recebido pela crítica, esta *comédia negra* que, é certo, se diz sofrer de algumas fraquezas ao nível da construção do argumento, pelo menos parece ter duas qualidades: as interpretações perfeitas de Nicole Kidman (cada vez mais actriz) e de Illiana Douglas no papel de sua cunhada.

## Batman

(Domingo, 17.00, SIC)

O destaque que aqui se faz não é tanto para exaltar particulares qualidades do filme mas antes para constituir necessária prevenção face a certa decepção que a sua visão pode provocar no espectador, tanto mais que o seu principal problema (estranho numa adaptação que parte de uma célebre «banda desenhada») é, precisamente, levar-se demasiado a sério, mais parecendo que ninguém se divertiu a fazê-lo, ressentindo-se o seu tom, sem dúvida, disso mesmo. A composição de Jack Nicholson, independente de alguns bons momentos, também não ajuda grande coisa e apenas a invenção e criatividade dos cenários -



Uma cena de «Disposta a Tudo» de Gus Van Sant, com Nicole Kidman



Robert De Niro em «O Caçador», de Michael Cimino



Robert Williams, principal intérprete de «Bom Dia, Vietnam», de Barry Levinson

parecendo inspirados pelos de filmes como *Metropolis* (Fritz Lang) ou *Blade Runner* (Ridley Scott) - se mostram à altura da encomenda. O que, convenhamos, não é muito.

## Adeus Princesa

(Domingo, 18.00, RTP2)

Estreia no cinema de Jorge Paixão da Costa, que realizou este filme a partir da adaptação do romance homónimo de Clara Pinto



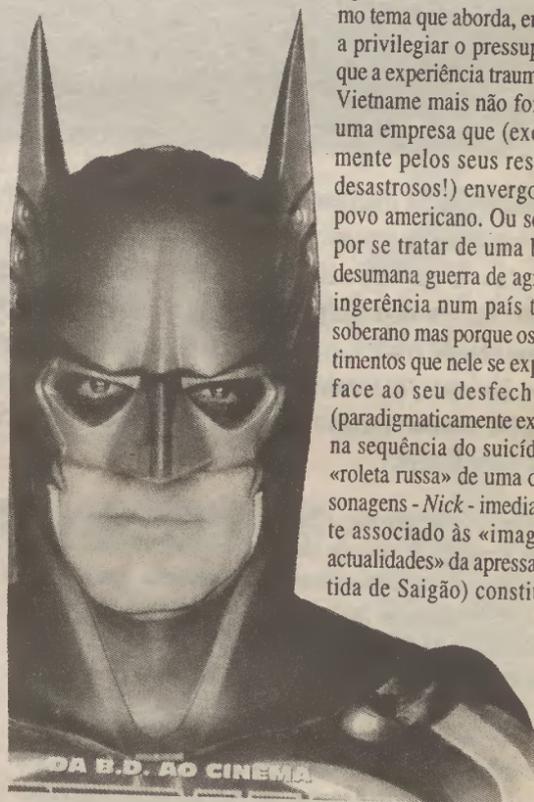
Um fotograma de «O Império dos Sentidos», de Nagisa Oshima

Correia, a história revela-nos um caso de paixão e morte passado no Alentejo. As referências apontam-lhe, como principais qualidades, as boas interpretações de actores e actrizes de várias nacionalidades e o bom aproveitamento dos cenários locais. Mas esta inflação de estranhos à língua - e a conseqüente necessidade de dobragens, típica das co-produções - arrisca-se a tornar o linguajar da banda sonora um «esperanto» potencialmente exasperante. A confirmar.

## O Caçador

(Terça, 22.30, RTP2)

Criticado por uns por dar uma visão da Guerra do Vietname em que a alegoria e o simbolismo funcionam como elementos que se substituem à realidade e exaltado por outros porque, não sendo alegadamente «um filme sobre o Vietname» ou «sequer uma reflexão sobre a guerra», estaríamos perante uma obra em que «o que define e faz evoluir as personagens é a experiência do conflito e não o conflito em si» (como se escrevia no *Boletim de Programas* da RTP, a propósito de uma das suas primeiras transmissões, então no Canal 1, em Dezembro de 93) - *O Caçador* é um filme nitidamente populista destinado a desviar o espectador das questões centrais que estão na raiz do intensíssimo



«Batman», de Tim Burton

tema que aborda, em ordem a privilegiar o pressuposto de que a experiência traumática do Vietname mais não foi do que uma empresa que (exclusivamente pelos seus resultados desastrosos!) envergonhou o povo americano. Ou seja: não por se tratar de uma brutal e desumana guerra de agressão e ingerência num país terceiro soberano mas porque os ressentimentos que nele se expressam face ao seu desfecho final (paradigmaticamente expressos na sequência do suicídio pela «roleta russa» de uma das personagens - Nick - imediatamente associado às «imagens de actualidades» da apressada partida de Saigão) constituem o

## Bom Dia, Vietnam

(Quarta, 22.30, RTP2)

Não deixa de ser curioso ter sido a visão de posteriores composições dramáticas (ou cómicas) de Robin Williams - um actor de enormes talentos mas frequentemente ofuscados por não menos aflitivos sinais de cabotinismo - que vieram alertar alguns (entre os quais este escriba se arregimenta) acerca do lado por vezes altamente desconfortoso em que acaba por resultar o seu desempenho neste filme o qual, numa primeira visão, até tinha impressionado bastante pela positiva. Como se sabe, o filme debruça-se sobre uma figura real - um *disc jockey* da Rádio das Forças Armadas norte-americanas em Saigão, em meados dos anos 60 - cujos «solos» e «diálogos consigo próprio» ao microfone se afiguraram altamente incomodativos para o «sistema». Sem deixar de constituir uma visão trágicómica da Guerra do Vietname, o filme realizado por Barry Levinson sofre da sofrível concretização de um argumento irregular - precisamente no momento em que o tom passa a ser o do *melodrama* - e de notórios desequilíbrios em termos de ritmo narrativo.

■ Correia  
da Fonseca

# Bertold Brecht, rios e margens



**S**abendo-se, como muito bem se sabe, que a BBC é aquela referência de isenção e cavalheirismo que de há muito se tornou a estrela polar que orienta a RTP, não espanta que na série «Grandes Escritores do Século XX», em transmissão na TV2, tenha sido incluído o alemão Bertold Brecht. É sabido, porém, que

velho Adolfo cometeu aquele excesso de mandar bombardear Londres, e essas coisas não se perdoam facilmente mesmo quando compensadas pela invasão da URSS e a liquidação de milhões de soviéticos). De passagem, e a propósito de Baal, foi dizendo que Baal era um deus egípcio. Não é que eu me importe ou tenha parentes fenícios, mas se nem nestas pequenas coisas já podemos ter confiança na BBC, onde é que vamos parar?

lhidos pela BBC capricharam em falar pouco ou nada da obra de Bertold Brecht, preferindo inventariar defeitos pelo menos antipáticos na sua qualidade humana. Segundo eles, Brecht pouco terá ultrapassado a condição de mero sedutor de donzelas confiantes, e isto desde a sua juventude até aos últimos anos do Berliner Ensemble. Além disto era «prepotente, ditatorial», uma peste. Quanto à dramaturgia, para além da já mencionada referência a «Mãe Coragem» e da desastrosa alusão a «Baal», o mais que recordo é a afirmação de que, actualmente, o teatro do Brecht quase só tem êxito na América do Sul, porque só aborda situações de subdesenvolvimento económico, com populações exploradas em países atrasados. Assim caracterizou a excelente BBC o teatro do homem cuja obra dramática desmascarou os mitos da sociedade norte-americana e a ascensão política de um aventureiro de extrema-direita numa sociedade capitalista «avançada». A BBC está cada vez melhor, e a RTP, que lhe retransmite as imposturas sem pelo menos cuidar de lhe acrescentar alguma reserva que a si própria desresponsabilizem, nem parece dar por isso. Ou, o que é mais provável, dá por isso, sim, mas não se importa. E até gosta.

## Os estranhos deponentes

Passada a fase introdutória, e após ter informado, assim como quem não quer a coisa, que Brecht nascera em 1898, altura em que a Alemanha estaria tomada por uma espécie de mania das grandezas a que o jovem Bertold teria sido sensível, a BBC disse-nos que, por insuficiência de idade, o rapaz não tinha sido mobilizado durante a guerra de '14-18 e que, por essa altura, «trabalhara» como «paramédico». Era verdade, é claro, mas era uma verdade que curiosamente podia ter sido dita de outro modo não menos verdadeiro e muito mais esclarecedor: que Bertold Brecht foi enfermeiro nos campos de batalha. Por mim, quando ouvi falar no «paramédico» lembrei-me, sabe-se lá porquê, da figura do cirurgião-dentista que Lima Duarte interpretou há anos numa das melhores telenovelas que já vimos. Ainda que mais nenhum outro telespectador tenha sido tomado por desvario semelhante, quantos terão entendido, perante as palavras da BBC, que Brecht lidou com mortos e feridos no grande açougue que foi a Primeira Guerra Mundial? Quantos terão podido relacionar essa sua experiência trágica com o veemente antibelicismo de «Mãe Coragem»?

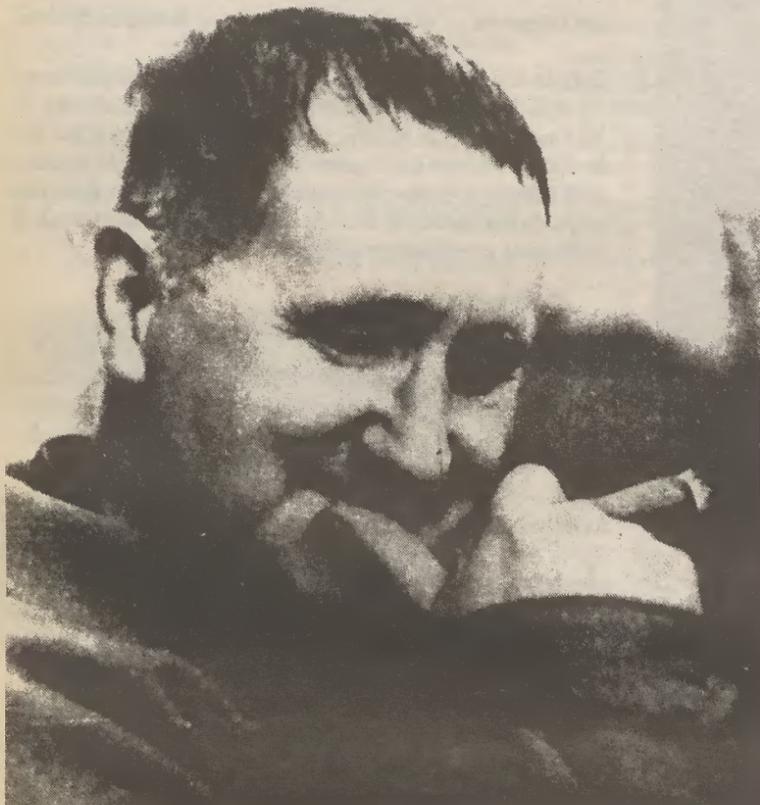
Vieram mais dados biográficos, e também alguns depoimentos. De entre estes, houve o de sua filha e também, creio que por integração de extractos antigos, o da actriz Helena Weigel, sua viúva. Dir-se-ia, porém, que quase todos os deponentes esco-

## Rio das verdades contidas

Alguns pórmemores do telefilme foram de tal modo típicos que chegaram a aflorar a fronteira do ridículo. Por exemplo: quando, falando de Kurt Weil, a locução «off» asseverou que o homem era baixote e feio, «com aspecto de intelectual» a que nem sequer faltavam os óculos. Imagina-se facilmente como o ar de intelectual, com óculos e tudo, comprometeu irremediavelmente a música de Weil aos olhos da posteridade, sobretudo quando essa posteridade trabalha para a exemplar televisão da Sua Graciosa Majestade. Mas compreende-se mais: compreende-se como não há vergonha nem escrúpulos que detenham os assassinos da memória cultural. Que às BBC's deste mundo que de «ocidental» se tornou unipolar já não bastam as execuções pelo silêncio e pela omissão: agora, usam com grande desembaraço as manipulações mais rasteiras que, sendo embora muito torpes, só são detectáveis por quem tem alguma informação prévia e experiência de caça ao embuste. Quanto à experiência, depende talvez da pachorra anterior de cada um. No que respeita à informação básica, porém, sabe-se bem que a TV não só cada vez mais a recusa como cada vez mais a impede.

Esta última frase, que suspeito de obscura, exige um esclarecimento. A questão é que o progresso mediático utiliza hoje formas de censura que remetem os antigos métodos para o sótão das velharias ingénuas. Há uns anos, uns sujeitos bacteriologicamente puros opor-se-iam à feitura ou transmissão de um telefilme sobre Bertold Brecht e o caso estaria assim arrumado, pelo menos por uns tempos que se suporiam largos. Era a censura pura e dura, com divisas de coronel e política à paisana a ocupar-se dos complementos directos. Porém, dava nas vistas. Creio mesmo que era contrária aos direitos humanos. Agora, as coisas são mais hábeis, mais democráticas e mais eficazes: onde estava a supressão foi posta a falsificação, a mentira insinuada mas só raramente assumida. Assim, não há faltas que dêem nas vistas, «buracos negros», totalitarismos que caíam mal. E a mentira torna-se rapidamente verdade oficiosa, senão oficial. Até porque não há ninguém que faça eventuais correcções, ou melhor, que possa colocar correcções e desmentidos em lugares onde se dê por eles.

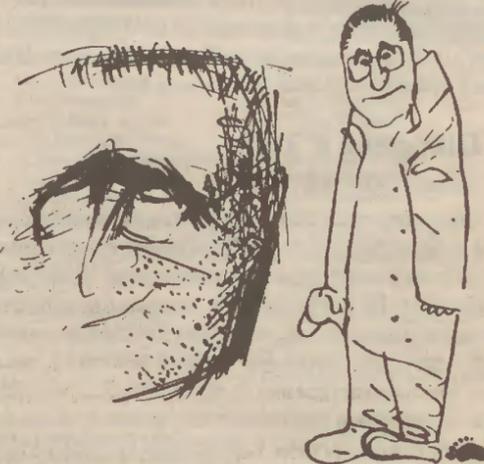
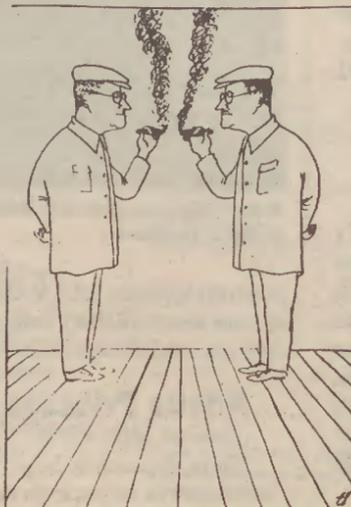
Um dia, porém, acontece que o rio das verdades longamente contidas galga as margens que o escondiam. Porque elas, as verdades, lá estavam, embora sem visibilidade, como agora se diz. Por sinal, Bertold Brecht falou desta história de rios e de margens. A BBC é que também se esqueceu dela.



**Bertold Brecht foi (melhor dizendo: é) um sujeito sobre o qual recai a mais terrível das suspeitas: a de ser, senão um autor comunista com cartão do partido e tudo (o que nas condições em que viveu pode não lhe ter sido muito fácil), pelo menos um perigosíssimo «compagnon de route», como diria o dr. Mário Soares nos seus bons tempos. De onde, naturalmente, as precauções muito compreensíveis que a BBC tomou: mesmo a mais britânica das democraticidades tem os seus limites.**

Assim, logo de entrada, a BBC tratou de caracterizar politicamente o escritor, tendo sido claro que logo aí enfrentou embaraçosas dificuldades. Podia chamar-lhe comunista, mas o prestígio de que Brecht ainda goza por todo o lado podia resultar em que a palavra revelasse não haver incompatibilidade entre ser-se comunista (embora não filiado) e draturgo genial, o que seria inconveniente. Chamar-lhe marxista seria praticamente o mesmo, a menos que se pudesse acrescentar que Brecht se regenerara a páginas tantas e seguira o caminho mais tarde trilhado pelos drs. Pacheco Pereira e Durão Barroso, mas nem Brecht se arrependeu nem é seguro que a justa fama destes senhores doutores já tenha chegado à BBC. Nestas circunstâncias, os ingleses resolveram a dificuldade chamando a Brecht «inconformista de esquerda», o que, não se sabendo bem o que é, pode naturalmente ser quase tudo.

Havia, é certo, o perigo de que ao longo do programa a posição ideológica de Bertold Brecht fosse ficando esclarecida. Porém, para conjurar perigos destes é que servem à BBC os anos e anos de superior isenção que ornamentam a sua imagem internacional. Por um lado, foram cuidadosamente evitadas referências, demoradas ou não, às peças de Brecht que com maior evidência revelam convicções fundamentais, género «A Excepção e a Regra». Mesmo quanto a «Mãe Coragem», a obra que mereceu à BBC mais demorada alusão, não ficou nada claro que se trata de um espantoso libelo contra a guerra. Com «A Irresistível Ascensão de Artur Ui», contudo, foi a BBC mais generosa: permitiu a identificação de Artur com Adolfo Hitler (compreende-se: o





# A TALHE DE FOICE

## Fitas

Marcelo Rebelo de Sousa (MRS) foi segunda-feira à SIC para explicar em directo aos telespectadores do canal de Carnaxide por que é que nesse mesmíssimo dia não poderia ser visto no debate político que reuniu na RTP António Guterres, Carlos Carvalhas e Manuel Monteiro. Que debates só a dois, diz, deixando no ar a ideia de que isto da política é como o casamento, tudo o que transcenda o par é multidão a dar para a promiscuidade. Tanto mais, como fez o favor de explicar o professor, que «o confronto que os portugueses esperariam neste momento era entre o primeiro-ministro e o líder da oposição», ou seja ele próprio. Pelo que, não tendo Guterres aceitado o tête-à-tête, logo ali foi apontado como exemplo de «autoritarismo e de falta de coragem». É verdade que MRS não explicou como é que, havendo vários partidos da oposição com assento parlamentar, sendo que dois à direita e um à esquerda, ele ascendeu ao cargo de líder da dita, ou das ditas; ou até mesmo se com rigor se pode afirmar que PSD e PP são oposição ao PS, tamanho é o entendimento que a diversos níveis manifestam, como é o caso mais recente da revisão constitucional, onde um diz «mata» e logo os outros gritam «esfola». Sendo certo que lá para as bandas do PSD os cargos são como as cerejas, tanto caem no colo de uma rodagem de carro como na batina de um examinador encartado, manda a decência que as coisas, não sendo sérias, ao menos o aparentem. Afinal, vivemos na era da imagem. Lá por ser virtual, a realidade não deixa de ter as suas exigências. Com a agravante de que MRS tem ainda muita cõdea para roer até se afirmar como líder, seja lá do que for. Se ainda nem conseguiu convencer o PSD...

Mas adiante. Grave, mesmo grave, foi aquela de MRS dizer esperar que Guterres, «depois deste treino, deste aquecimento, aceite um dia jogar a nível de seniores». Ó doutor, então «o primeiro milho é para os pardais»? Então PCP e PP são arraia miúda? Júniores da política? Manuel Monteiro vá que não vá, caído de pára-quadras no Largo do Caldas ainda não se sabe bem como. Mas Carlos Carvalhas? O dirigente de um Partido que já escrevia a História do país quando MRS ainda nem sonhava aprender a nadar para se lançar ao Tejo a ver se pescava a Câmara de Lisboa?

É caso para pensar que MRS ficou nervoso com o «jogo», perdeu a pose, esqueceu as conveniências, teve uma segura de boca que lhe obliterou a verborreia democrática. Talvez por isso MRS foi a correr à SIC provar a máxima «apareço, logo existo». Para jogador de sueca nem mostrou grande tacto. Revelou os trunfos antes de tempo. A meio da tarde, com aquele ar de Madalena arrependida que lhe assenta tão bem, Teresa Patrício Gouveia já havia informado a imprensa que o líder do PSD voltava a «desafiar o primeiro-ministro para um verdadeiro e esclarecedor debate político, blá-blá-blá, blá-blá-blá, blá-blá-blá...».

Na SIC, nada de novo. Quem estava à espera de Marcelo, «O Destruidor», teve que se contentar com Chuck Norris, o das outras fitas, que chegou depois.

■ AF

## ÚLTIMAS

# Sindicatos de Braga na luta pelas 40 horas

Prossegue este fim-de-semana e pela 33ª semana a luta dos trabalhadores pela aplicação da lei que reduz o horário de trabalho para as 40 horas semanais. A União dos Sindicatos de Braga (USB) vai levar a efeito depois de amanhã, sábado, uma acção pública junto das empresas que não cumprem a lei, com a presença do Coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva. Entretanto, a USB informa que após as férias (em princípio a 20 de Setembro, pelas 9 horas) vai levar a cabo uma «Vigília pelas 40 horas» em Guimarães, no Largo do Toural, para o que estão a ser convidadas «personalidades prestigiadas da Igreja Católica e de sectores de intervenção tão

diversos como a música, o desporto, o ensino, a cultura, artes e letras, Direitos Humanos, Direitos da Mulher, capitães de Abril e personalidades com relevante passado político democrático». A USB sublinha que «a luta pelas 40 horas e pela exigência do cumprimento da lei vai acentuar-se até que o Governo deste País se convença que as leis são para cumprir e fazer cumprir».

### Guardas florestais amanhã em greve

Entretanto, amanhã, sexta-feira, os Guardas Florestais entram em greve como forma de protesto «pelo facto de o Conse-

lho de Secretários de Estado não ter ainda aprovado o projecto de diploma legal que revaloriza a carreira profissional destes trabalhadores», afirma um comunicado da Comissão Executiva da FNSFP.

Esta luta surge na sequência da grande concentração da classe realizada em 15 de Junho passado à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro, exigindo do Governo respeito pelas negociações efectuadas com a Direcção Geral das Florestas em torno da melhoria do estatuto profissional dos Guardas Florestais.

O projecto de diploma legal não aprovado pelo Conselho de Secretários de Estado do passado dia 7 e devolvido ao Ministé-

rio da Agricultura «resultou de um processo negociado levado a cabo entre Agosto e Dezembro do ano passado, entre a Direcção Geral das Florestas e a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. O próprio Ministro da Agricultura deu o seu aval ao projecto acordado, pelo que não se compreende que, agora, o mesmo seja posto em causa e a sua aprovação adiada indefinidamente».

Deste modo, e tal como foi decidido pelos Guardas Florestais, o processo de luta vai prosseguir amanhã, dia 18 de Julho, com uma greve nacional de 24 horas, «não estando posta de parte a hipótese de serem concretizadas novas formas de luta durante o mês de Agosto».

# Alentejo reivindica aeroporto em Rio Frio

A Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE) deliberou dirigir-se ao Governo e aos demais órgãos de soberania «manifestando a necessidade de se localizar o novo Aeroporto Internacional de Lisboa em Rio Frio, dado o forte contributo que tal decisão poderá vir a ter para o desenvolvimento do Alentejo».

Recordando que as opções em análise são a Ota, no Concelho de Alenquer e na margem Norte do Tejo, e Rio Frio, na Margem Sul, a Assembleia da AMDE afirma que «a opção que interessa ao Alentejo é, evidentemente, a de Rio Frio» pois, «independentemente de outras virtudes desta opção, para o Alentejo ela significa que a região passa a ser ser-

vida pelo aeroporto internacional mais importante do País, em condições de muito boa acessibilidade, com as vantagens daí resultantes, nomeadamente para a localização de actividades económicas».

Acrescenta a Assembleia Intermunicipal da AMDE que o Governo, quando tomar a decisão, «não poderá deixar de ter em

consideração as vantagens duma localização ao Sul do Tejo no que se refere à estruturação do território da AML e à área de influência do novo aeroporto», tal como «não poderá também ignorar mais uma oportunidade para promover o desenvolvimento da mais pobre região do País e a terceira mais pobre da União Europeia - o Alentejo».

# PS em Cascais Prepotência e medo

A propósito das alegadas declarações do Presidente da Câmara de Cascais, José Luís Judas, noticiadas pelo jornal «Público» de 14 de Julho, sobre o «afastamento» da CDU da Administração dos SMAS, a CDU de Cascais emitiu um comunicado onde considera que elas vieram confirmar que a demissão do vereador Vítor Silva corresponde de facto a «um infame e ostensivo saneamento político».

«Falaciosa» e «desprovida de sentido» é como a CDU classifica a argumentação aduzida por José Luís Judas, uma vez que «todos os eleitos de todas as forças políticas do Concelho com responsabilidades na Administração dos SMAS» já produziram críticas idênticas à actividade dos serviços, incluindo o próprio Presidente da Câmara quando da análise do Relatório de Actividades.

«Tanta agressividade exclusivamente dirigida à CDU» revela, no entender desta Coligação, um «claro e inequívoco receio de uma força que aparece com largas perspectivas de crescimento eleitoral», pondo em risco a maioria absoluta do PS.

Entretanto, um largo número de eleitores no Concelho de Cascais, indignados com o acto perpetrado pela maioria absoluta do PS, dirigiram um abaixo-assinado ao Provedor de Justiça, onde repudiam o «inqualificável saneamento político» de Vítor Silva, «destacado activista do movimento associativo e o mais antigo autarca deste concelho» e exigem uma «urgente e rigorosa intervenção» no sentido de impedir a concretização de um acto «prepotente» e «no mínimo, ilegítimo».

# Eufrázio Filipe na Região Costa Azul

Em nota à Imprensa, a lista concorrente ao Executivo da Região de Turismo Costa Azul (Distrito de Setúbal) considera que a candidatura do actual presidente da Câmara Municipal do Seixal, Eufrazio Filipe, à presidência desta Região de Turismo garante «a reconhecida experiência, sensibilidade e capacidade de diálogo de uma personalidade de prestígio que muito contribuirá para a qualificação da Costa Azul».

Caracterizando a Região de Turismo Costa Azul como «um território que se configura como um dos principais destinos turísticos do País revelando um crescimento que é preciso ponderar», onde se atingiu já «uma procura assinalável ultrapassando as 700 mil dormidas na hotelaria, dominada pelo turista nacional», a lista encabeçada por Eufrazio Filipe acredita no envolvimento de todos - operadores, hoteleiros, autarquias, trabalhadores e outras entidades com competência nestas matérias - para que «a Região de Turismo de Setúbal seja o ponto de convergência na construção de entendimentos, na definição de parcerias e no encorajamento de projectos inovadores».

# «Festa do Avante!» Prosseguem jornadas de trabalho

As organizações prosseguem na Atalaia as jornadas de trabalho com vista à concretização dos seus stands.

Esta semana o concelho de Oeiras mobilizou os seus militantes para uma jornada que simultaneamente é de trabalho e de convívio, no próximo sábado, tendo para o efeito divulgado os horários e

locais de passagem do autocarro: partida de Oeiras (estação) às 7h20, passando em Paço d'Arcos (mercado) às 7h30, em Porto Salvo (SIMP) às 7h40, em Lacia (Largo) às 7h45, em Tercena (GTR) às 7h55, em Quêijas (junto à Igreja) às 8h05, em Carnaxide (Vimeca) às 8h15, em Linda-a-Velha (CGD) às 8h20, em Algés (estação) às 8h30.

O regresso está previsto para as 17h00.

